

**POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO: O ENSINO/ APRENDIZAGEM  
DA LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DE  
ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE ADULTOS IMIGRANTES**

**MARIA GABRIELA VARELA SEMEDO**

**Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e  
Transnacionalismo**

**DEZEMBRO 2011**

---

# **POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO: O ENSINO/ APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE ADULTOS IMIGRANTES**

**Maria Gabriela Varela Semedo**

---

**Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e  
Transnacionalismo**

Sob orientação do Professor Doutor Casimiro Manuel Marques Balsa

**DEZEMBRO 2011**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Casimiro Manuel Marques Balsa

*A integração tanto em termos sociais e cívicos baseia-se no conceito de igualdade de oportunidades para todos. Em termos sócio-económicos, os migrantes devem ter oportunidades iguais para terem um estilo de vida justo, digno, independente e activo. Em termos cívicos, todos os residentes devem ser incluídos como membros em condições de igualdade. Quando os migrantes se sentem seguros, confiantes e bem acolhidos, são capazes de investir no seu novo país de residência e de fazer contribuições valiosas para a sociedade. Ao longo do tempo, os migrantes podem assumir mais oportunidades de participarem, mais direitos, mais responsabilidades e, se assim o desejarem, a plena cidadania nacional.*

*Nissen et al. (2007) MIPEx – Migration Integration Policy Index, p.4*

*“A diversidade linguística é um desafio para a Europa, mas, na nossa opinião, é um desafio Compensador”*

*(Amin Maalouf, Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural).*

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar.  
Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”*

*(Madre Teresa de Calcutá)*

## **AGRADECIMENTOS**

Neste processo de construção de um percurso de investigação que culminou na apresentação da presente dissertação de mestrado, é muito frequente os momentos solitários e outros mais motivantes, ainda assim, não seria possível “chegar a bom porto” sem a contribuição de várias pessoas e instituições/organizações. A realização deste trabalho não teria sido possível sem o enorme contributo de todos aqueles que de diversas formas estiveram presentes neste percurso e às quais gostaria de expressar a minha gratidão, pela amizade, estímulo, compreensão e sabedoria que tive o privilégio de receber e que me acompanharam e deram alento para que conseguisse cumprir este objectivo.

Agradeço de forma especial, ao Professor Doutor Casimiro Marques Balsa, pela competência, entusiasmo, dedicação com que orientou este trabalho e também pela partilha dos seus conhecimentos e experiência profissional.

Aos professores que durante o ano curricular do Mestrado de Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo (2008-2009) contribuíram para o aumento de conhecimentos que permitiram a realização desta dissertação.

Aos meus colegas do Mestrado, que quer durante o ano curricular quer durante o processo de investigação, souberam ajudar, partilhar, motivar e promover a minha auto-estima, nos momentos mais críticos.

Às Direcções Regionais de Educação do Norte, Centro e Algarve que junto da rede de escolas da sua área de intervenção incentivaram/promoveram a realização deste inquérito por questionário. Às Escolas, dirigentes, técnicos e professores que se disponibilizaram para durante as acções de formação que leccionaram, proceder à aplicação do inquérito por questionário aos formandos/as.

Aos formandos e formandas que aceitaram participar na pesquisa, pela disponibilidade, coragem de emigrar e por acreditarem que a aprendizagem ao longo da vida é possível.

Ao ACIDI, IP, que através da Alta Comissária, do Director e dos vários serviços/gabinetes: CNAI; CLAII, Observatório da Imigração e Programa PPT, sempre disponibilizaram a informação necessária, bem como o acervo documental disponível e publicado por esta instituição, bem como o apoio necessário para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho do ACIDI, IP. e também do POPH, que ao longo deste processo, ouviram, motivaram e apoiaram neste percurso às vezes “solitário”.

À minha família e amigos, que acompanharam o meu percurso, sobretudo ao Jorge pelo amor, paciência, motivação, infinita compreensão e ajuda para a conclusão deste projecto.

A todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

## **RESUMO**

### **DISSERTAÇÃO:**

#### **POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO: O ENSINO/APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE ADULTOS IMIGRANTES**

**MARIA GABRIELA VARELA SEMEDO**

A chegada a Portugal de um número considerável de imigrantes das mais diversas proveniências, origens, culturas e diferentes graus de qualificação tiveram implicações ao nível político, económico e social, promovendo uma nova actuação do estado, bem como o desenvolvimento de novas políticas migratórias e de integração de imigrantes.

O crescente e diversificado *boom* imigratório que Portugal sofreu após o ano 2000, fruto do aparecimento de novas nacionalidades, potenciou o aprofundamento das políticas de imigração e particularmente de integração dos imigrantes, através da implementação de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, tendo-se assim tornado um dos actores mais relevantes no processo de integração de imigrantes

O presente trabalho procura assim abordar as políticas de integração levadas a cabo pelo estado português, em particular, as respeitantes à promoção da aprendizagem da língua portuguesa pelos adultos imigrantes. Assim, a análise é efectuada considerando a importância da aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento e o que representa nas políticas comunitárias e nacionais para o acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, residência permanente, estatuto de residente de longa duração e nacionalidade.

Neste sentido, procede-se à análise dos conceitos de políticas públicas e avaliação de programas, bem como do processo de integração dos imigrantes através da aprendizagem da língua e por outro lado, realiza-se uma Avaliação do Programa PPT – Português para Todos, no sentido de avaliar o Programa em si e o seu mérito, no que respeita aos objectivos conseguidos, nível de satisfação dos beneficiários directos, a eficácia e eficiência.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Imigração, Integração, Imigrantes, Ensino da Língua Portuguesa, Avaliação

## **ABSTRACT**

### **INTEGRATION POLICY: TEACHING/LEARNING PORTUGUESE LANGUAGE IN THE CONTEXT OF THE RECEPTION AND INTEGRATION OF ADULT IMMIGRANTS**

**MARIA GABRIELA VARELA SEMEDO**

The arrival in Portugal of a considerable number of immigrants from various backgrounds, origins, cultures and levels of qualification have implications for political, economic and social development, promoting a new act of the state, as well as the development of new immigration policies and integration of immigrants.

The growing and diverse immigration “boom” that Portugal suffered after 2000, due to the emergence of new nationalities, has increased the depth of immigration policies and especially the integration of immigrants through the implementation of public policies developed by the State, having thus become one of the most important actors in the integration process of immigrants

This paper attempts to describe the integration policies undertaken by the Portuguese state, in particular those relating to the promotion of learning Portuguese for adult immigrants. Thus, the analysis is performed considering the importance of learning the language of the host society and what it represents in the EU and national policies for access to the labor market, family reunification, permanent residence status of long-term residence and nationality.

In this sense, the procedure is the analysis of concepts of public policy and program evaluation, as well as the integration of immigrants through language learning and on the other hand, carried out an evaluation of the PPT Program - Portuguese for All in order to evaluate the program itself and its success in relation to the objectives achieved, level of satisfaction of participants, effectiveness and efficiency.

**Keywords:** Public Policy, Immigration, Integration, Immigrants, Teaching the Portuguese language, Evaluation

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1. Objecto de estudo.....	3
1.1. Pergunta de partida.....	3
1.2. Metodologia .....	5
2. Objectivos do estudo.....	8
3. Justificativa e relevância do estudo .....	8
4. Conteúdo e organização do trabalho .....	13
<b>PARTE I – ESTADO DA ARTE: BREVE SÍNTESE.....</b>	<b>15</b>
Capítulo 1 - Políticas Públicas .....	15
1. Conceitos-chave .....	15
2. Análise de Políticas Públicas .....	18
3. Fases, Processo ou Ciclo da Política Pública .....	20
4. Avaliação de Políticas Públicas .....	22
Capítulo 2 – Aprendizagem/ Ensino da Língua: Estratégia e objectivos enquanto política pública .	32
1. A aprendizagem da língua como direito fundamental do migrante.....	32
2. Uso da Língua e o utilizador aprendente.....	34
3. Diversidade Linguística e coesão: a língua como veículo para a integração social dos adultos migrantes.....	37
4. Processo de aquisição de uma língua estrangeira .....	39
<b>PARTE II – POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES: actores, estratégias e promoção da aprendizagem da língua do país de destino .....</b>	<b>47</b>
Capítulo 1 – Breve abordagem aos fenómenos migratórios .....	47
1. Políticas de Integração de Imigrantes na União Europeia .....	50
1.1. Agenda Comum para a Integração .....	51
1.2. Relatório Anual sobre a Migração e Integração (2007).....	54
Capítulo 2 - População Estrangeira e Políticas de Imigração e Integração em Portugal.....	55
1. Evolução da população estrangeira .....	55
2. Políticas de Imigração e Integração em Portugal .....	60
3. PII – O Plano para a Integração de Imigrantes enquanto “directório “integrado” para a política pública de integração.....	68
3.1. I Plano para a Integração dos Imigrantes (2007-2009).....	68
3.2. II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013).....	70
Capítulo 3 - A promoção do ensino/ aprendizagem da língua enquanto componente das Políticas de Integração .....	72
1. Programa Portugal Acolhe (2001-2007) .....	75



2.	Programa Português para Todos (2008-2013) .....	77
2.1.	Regulamento Específico da Tipologia 6.6 e congéneres .....	79
2.2.	QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas .....	82
2.3.	Referencial de Formação .....	84
2.4.	Certificação dos/as Formandos/as .....	86
2.5.	Catálogo Nacional de Qualificações e o S.I.G.O .....	88
3.	Benchmarking – Políticas de promoção da aprendizagem da língua em diversos países .....	89
3.1.	Manual de Integração para decisores políticos e profissionais (2004) .....	90
3.2.	MIPEX – Migrant Integration Policy Index (2007) .....	90
3.3.	International Migration Outlook: Sopemi Annual Report (2008) .....	92
Capítulo 4 – Acesso à Nacionalidade e as exigências de domínio da língua .....		94
1.	Lei da Nacionalidade e a Prova do conhecimento da língua portuguesa .....	94
1.1.	Certificado de Habilitação emitido por estabelecimento de ensino .....	96
1.2.	Teste de Diagnóstico .....	96
1.3.	Teste de Língua em Centro de Avaliação .....	98
2.	Benchmarking - Conhecimento da língua e o acesso à nacionalidade em vários países de destino .....	100
<b>PARTE III – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PORTUGUÊS PARA TODOS .....</b>		<b>102</b>
Capítulo 1 – Metodologia de Avaliação - Critérios substantivos .....		103
1.	Avaliação dos Objectivos - Eficácia .....	103
1.1.	Indicadores de Realização e de Resultados (POPH) .....	103
1.2.	Indicadores do PII – Plano para a Integração de Imigrantes .....	107
2.	Avaliação pelos Clientes .....	110
2.1.	Caracterização dos Beneficiários do Programa PPT (2010) .....	110
2.2.	Caracterização sóciográfica dos/das formandos/as da amostra .....	111
2.3.	Processo de Integração na sociedade de acolhimento .....	115
2.4.	Motivações para a frequência do curso de língua portuguesa .....	117
2.5.	Nível de Proficiência Linguística .....	117
2.6.	Expectativas sobre a Formação .....	118
2.7.	Certificação dos Formandos .....	119
2.8.	Avaliação da Formação .....	120
2.9.	Impacto da formação na esfera pública e privada .....	121
Capítulo 2 – Metodologia de Avaliação - Critérios Económicos .....		122
1.	Indicadores de Execução Financeira – POPH .....	122
2.	Indicador de Produtividade .....	123
3.	Indicador de Eficiência .....	124
Capítulo 3 – Análise dos Resultados .....		126

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>137</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS .....</b>	<b>144</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>147</b>
1 - Inquérito por Questionário aos Formandos das Acções de Língua Portuguesa para Estrangeiros – Certificação Nível A2 (Utilizador Elementar).....	147
2 - Objectivos e Variáveis do Inquérito por Questionário.....	150
3 – Esquema de Implementação do Programa PPT – Português para todos .....	150
4 - Identificação das Escolas abrangidas no Estudo Exploratório .....	151
5 - Caracterização dos/as Formandos/as Abrangidos - Programa PPT (2010).....	152
6 - Caracterização Sóciográfica dos Formandos da Amostra (2010) .....	155
7 - Quadros de Apoio à Avaliação do Programa PPT pelos Beneficiários.....	158
8 - Quadros Custo por Formando - Estudo comparativo com a Tipologia 6.1 – Formação para a Inclusão.....	160

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

ACIDI, IP. - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto Público

ANQ – Agência Nacional para a Qualificação, I. P.

CAPLE – Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira

CE – Centro de Emprego

CFP – Centro de Formação Profissional

CICDR – Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial

CIPLE – Certificado Inicial de Português Língua Estrangeira

CLAII – Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes

CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

CNQ – Catálogo Nacional de Qualificações

COCAI – Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração

DGIDC – Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

DRE – Direcções Regionais de Educação

DREN – Direcção Regional de Educação do Norte

DREC – Direcção Regional de Educação do Centro

DRELVT – Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

DREALE – Direcção Regional de Educação do Alentejo

DREALG – Direcção Regional de Educação do Algarve

IEFP, IP. – Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Público

IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

INE – Instituto Nacional de Estatística

LE – Língua Estrangeira

SL – Segunda Língua

ME – Ministério da Educação

MIPEX – Índice de Políticas de Integração de Migrantes

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

OI – Observatório da Imigração

OISG – Organismo Intermédio com Subvenção Global

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PBC – Princípios Básicos Comuns

PCM – Presidência de Conselho de Ministros

PII – Plano para a Integração de Imigrantes

PFOP – Português para Falantes de Outras Línguas

POPH – Programa Operacional do Potencial Humano

PPT – Português para Todos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

RSI – Rendimento Social de Inserção

RVCC – Programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SIIFSE – Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu

SIGO – Sistema de Informação da Gestão de Ofertas

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SOPEMI – International Migration Outlook

SNQ – Sistema Nacional de Qualificações

UE – União Europeia

## INTRODUÇÃO

O fenómeno da globalização a que se assistiu na última década propiciou um movimento de fluxos migratórios ao qual Portugal não ficou alheio. Assim, de tradicional país de emigração passou também a ser um país de imigração, sendo que os recentes fluxos migratórios que se iniciaram em 2000 provocaram grandes alterações que em termos globais se repercutiram nas sociedades emissoras e nas sociedades receptoras dos imigrantes.

De acordo com Castles, S. em Portugal, “em 2000, ainda se registaram 21.000 saídas de portugueses, mas 12 600 cidadãos nacionais regressaram, enquanto 18 000 imigrantes entraram no país, metade dos quais provenientes da África lusófona, um quarto da União Europeia e um décimo do Brasil”. (2005:9)

O aumento dos fluxos migratórios em Portugal após o ano 2000, muda o cenário do contexto migratório com a vinda de um número considerável de imigrantes oriundos dos denominados ex-países de Europa de Leste, o que tornou imprescindível a disponibilização de cursos de língua portuguesa, na medida em que este novo grupo de imigrantes que procuraram o nosso país, desconheciam a língua portuguesa, ao contrário dos PALOP que tinham a língua portuguesa como língua materna. Nesta fase, verifica-se a predominância dos cidadãos naturais da Ucrânia, Rússia, Roménia e Moldávia, o que permite uma diversidade linguística, bem como uma heterogeneidade cultural dos indivíduos que habitualmente demandavam a Portugal. Grosso, M. J. (2008:7)

Gouveia, A. et al. citando o Pe. Miguel Ponces de Carvalho informa que “o Português é uma das línguas mais faladas do mundo. Essa afirmação é um lugar comum mas menos comum é a reflexão sobre as causas desse facto e as consequências que as actuais mudanças no sentido das migrações têm para o modo de encarar o ensino da nossa língua.” (2005:11)

Assim, a percepção e a compreensão da língua do país de acolhimento onde o imigrante se encontra é essencial para potenciar a sua integração. Não obstante, a inegável afirmação de que este é instrumento fulcral para comunicar e, como tal tem um papel fundamental na vida dos seres humanos, no seu dia-a-dia.

Segundo Malheiros, J.M. “a maior presença de imigrantes asiáticos e europeus, sobretudo oriundos da Europa de Leste, gerou novos desafios ao nível do ensino do português (...) e da aquisição de competências culturais que permitam uma melhor compreensão dos valores, das práticas e das normas sociais associadas às novas vagas de imigrantes.” (2011:11)

Ainda na intervenção do Pe. Miguel Ponces de Carvalho “nas últimas dezenas de anos, (...) o sentido dos movimentos migratórios modificou-se porque são muitos, aqueles que demandam ao nosso território. E assim hoje em dia a preocupação dos portugueses e seus responsáveis políticos em relação à língua deve ser não apenas a sua correcta compreensão e utilização por portugueses e a sua divulgação no estrangeiro mas também, diria talvez sobretudo, a sua utilização como instrumento essencial do diálogo e integração das muitas culturas que hoje habitam o território português. Gouveia, A. et al. (2005:11)

É consensual que a maioria dos cidadãos emigra por razões económicas e que o seu contributo gera desenvolvimento tanto no país de chegada como no país de origem. Por outro lado, é também imprescindível o reconhecimento de que a integração dos imigrantes realiza-se a várias dimensões, como sejam através do acesso ao emprego, educação e formação profissional, habitação, redes de relação social e participação na sociedade. Embora o enfoque mais comum seja predominantemente a integração no mercado de trabalho, há que também destacar as competências linguísticas e a educação, na medida em que o reconhecimento do domínio falado e escrito da língua do país de destino é uma alavanca fundamental à sua plena integração. Em complemento, também referir a componente sociocultural, que integra as dimensões pessoais e as relações sociais, o que nos remete para a integração que preveja as componentes cívicas, culturais e políticas.

Assim, surge a importância da definição de políticas públicas, que prevejam medidas que regulem os fluxos migratórios através das políticas de imigração e por outro lado, iniciativas que contribuam para a integração pessoal, social e profissional dos imigrantes e que por sua vez dão lugar à implementação de políticas públicas de integração de imigrantes.

Assim, o Estado Português em 2001 através da Resolução de Conselho de Ministros n.º14/2001 de 14 de Fevereiro criou o Programa Portugal Acolhe, sob a gestão do IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o objectivo de contribuir para o acolhimento e inserção socioprofissional dos imigrantes que se encontravam em situação legal em Portugal, bem como desenvolver acções de formação em língua portuguesa e cidadania.

Posteriormente, em 2008 houve um aprofundamento do Portugal Acolhe e foi criado o Programa Português para Todos – PPT que é gerido pelo ACIDI I.P., enquanto organismo intermédio do POPH – Programa Operacional do Potencial Humano no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional. O Programa PPT tem por missão o desenvolvimento de cursos de língua portuguesa e de cursos de português técnico dirigidos à

comunidade imigrante residente em Portugal, sem custos para a população imigrante e co-financiados pelo Fundo Social Europeu. Semedo, G. (2010:56-57; 2010a:6-8).

O Programa PPT veio materializar uma estratégia de apoio ao acesso a direitos de cidadania no âmbito de uma política de imigração inclusiva, dando resposta à regulamentação da Lei da Nacionalidade publicada no final de 2006 e à Regulamentação da Lei da Imigração publicada em Novembro de 2007. Os cursos de língua portuguesa permitem o acesso a um certificado que releva para efeitos de acesso à nacionalidade, autorização de residência permanente e/ou estatuto de residente de longa duração, pois certificam ao nível A2 do QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Semedo, G. (2010:56-57; 2010a:6-8). Os imigrantes que fazem os cursos de formação com aproveitamento ficam, assim, dispensados de realização do Teste de Diagnóstico de Língua Portuguesa (DGIDC 2010).

O Programa PPT também pretende operacionalizar uma estratégia de apoio ao acesso e integração no mercado de trabalho no quadro dos objectivos de maior coesão social e desenvolvimento do país, através da disponibilização de cursos de português técnico, igualmente certificados, nas áreas do Comércio, Hotelaria e Restauração, Cuidados de Beleza, Construção Civil e Engenharia Civil. Semedo, G. (2010:56-57; 2010a:6-8)

## **1. Objecto de estudo**

O objecto do presente estudo centra-se no ensino/aprendizagem da língua portuguesa a adultos imigrantes, com especial enfoque no Programa PPT – Português para Todos, como medida de política pública de promoção da integração social e profissional dos imigrantes através da aprendizagem da língua portuguesa. No presente estudo, é efectuada uma avaliação do Programa Português para Todos, em si e quanto ao seu mérito; enquadrando também a realizada pelos beneficiários do programa através de um estudo exploratório, com o recurso ao inquérito por questionário. (Anexo 1).

### **1.1. Pergunta de partida**

Será que das políticas de integração de imigrantes implementadas pelo estado português, o Programa PPT – Português para Todos, tem contribuído para promoção da igualdade de oportunidades e, concretamente, dar resposta às necessidades específicas da população imigrante, ao nível da sua integração social e profissional; contribuindo para a diminuição das desvantagens competitivas dos imigrantes no mercado de trabalho?

No seguimento procurarmos dar resposta às seguintes questões:

- Qual o papel do Estado no processo de integração dos imigrantes? Que medidas desenvolveu o Estado Português para enfrentar o *boom* da imigração e a diversidade de origens dos novos imigrantes após o ano 2000, no sentido de promover a aprendizagem da língua portuguesa pelos adultos imigrantes?

- De que forma a aprendizagem da língua pode contribuir para o processo de integração dos imigrantes? Se a apetência e receptividade para a frequência das acções de língua portuguesa, está relacionada com a prossecução de uma melhor integração social e/ ou profissional?

- A língua como requisito de acesso à nacionalidade, à autorização de permanência, ao estatuto de residência de longa duração constitui uma política de integração ou de exclusão?

- Qual a utilidade percebida da obtenção do Certificado de aproveitamento? Apenas a certificação da aprendizagem em língua portuguesa ou tem outros propósitos, como sejam o acesso à nacionalidade, autorização de residência permanente e/ou estatuto de residente de longa duração?

- No âmbito do Programa PPT, qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado? - Quais as explicações desse percurso? - O perfil de execução corresponde ao esperado?

- Qual o nível de satisfação e a avaliação dos beneficiários relativamente ao Programa PPT?

Importa assim, enquadrar as questões aqui levantadas num quadro mais vasto de implementação de políticas públicas, que têm por objectivo a integração social e profissional dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

Como se pode verificar, as dimensões a ter em conta na análise e avaliação do Programa Português para Todos, que marcam o desenrolar deste estudo, podem resumir-se da seguinte forma:

- O contexto político-institucional onde se inserem as políticas de integração a nível comunitário e nacional; dando especial relevo à integração dos imigrantes através da aprendizagem da língua portuguesa; sua caracterização, objectivos, organização, gestão e implementação, bem como a avaliação;

- Os destinatários da acção de formação profissional, ou seja o imigrante ou o estrangeiro que não têm proficiência linguística em língua portuguesa, as suas características, dificuldades, nível de integração, motivações e expectativas.



Estas 2 dimensões servirão, assim, de alicerce ao desenvolvimento do quadro teórico conceptual.

## **1.2. Metodologia**

O método de análise que foi escolhido foi a análise documental, uma vez que a análise vai incidir sobre as fontes primárias oficiais, documentos oficiais e estatísticas, mas também o inquérito por questionário. No que respeita aos documentos oficiais, há que ressaltar os documentos disponibilizados pelo ACIDI, I.P. enquanto OISG - Organismo Intermédio com Subvenção Global do POPH, em particular, mas também a informação disponibilizada pelo Observatório da Imigração do ACIDI, I.P., os Relatórios de Execução do POPH, do SEF e a legislação de enquadramento disponível no Diário da República.

Depois de realizada a investigação bibliográfica, que forneceu a base teórica inicial para as discussões conceituais, deu-se início à pesquisa cujo primeiro passo foi identificar e delimitar o segmento relevante do Programa em análise. Assim, considerando que o Programa PPT tem em desenvolvimento acções de língua portuguesa para estrangeiros de norte a sul do país, a aplicação do inquérito por questionário podia ser realizado tanto junto das Escolas da rede pública e/ou dos Centros de Formação Profissional. (Ver Anexo 3)

No entanto, considerando a capacidade de mobilização das Direcções Regionais de Educação junto das escolas, bem como a disponibilidade no período de Maio a Junho de 2010, foi seleccionado um conjunto de escolas, tendo sido aplicado o inquérito por questionário junto dos formandos. Os critérios subjacentes para a escolha das escolas foi garantir a representatividade das regiões, com maior número de acções e por outro lado, escolas onde as acções de formação já estavam numa fase final, o que facilitaria aos formandos que não têm o português como língua materna, o preenchimento mais facilitado do inquérito por questionário. (Ver Anexo 4)

Os formandos/as que responderam o inquérito por questionário frequentaram as acções de formação em língua portuguesa para estrangeiros desenvolvidas nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve. Não obstante o âmbito nacional do Programa PPT, a região do Alentejo não foi incluída, na medida em que à data da aplicação do inquérito por questionário as acções de formação já tinham terminado. Assim, os formandos/as da amostra frequentaram acções de língua portuguesa para estrangeiros, nos seguintes estabelecimentos de ensino da rede pública: Escola Secundária Almeida Garrett, Escola Secundária de Paredes, Escola Secundária de Fernão de Magalhães (região Norte), Escola Secundária com 3º Ciclo de Pombal, Escola Secundária de Oliveira de Hospital, Agrupamento de Escolas de Soure (região Centro), Agrupamento de

Escolas Nuno Gonçalves (região Lisboa), Escola Secundária Belchior Viegas e Escola Secundária de Loulé (região Algarve). (Ver Anexo 4)

A distribuição e recolha dos questionários foi realizado pela mestrandia, com o apoio dos/das professores/as que leccionam as acções de formação de língua portuguesa para estrangeiros, membros dos órgãos de gestão das escolas e dirigentes da DREN – Direcção Regional de Educação do Norte, DREC – Direcção Regional de Educação do Centro e da DREALG – Direcção Regional de Educação do Algarve.

A população-alvo sobre a qual incidiu o presente estudo são os formandos abrangidos pelos cursos de língua portuguesa para estrangeiros, que frequentaram uma acção de formação em língua portuguesa para estrangeiros no âmbito do Programa PPT durante o ano de 2010. Não houve intenção particular de abranger uma determinada comunidade residente em Portugal e que tivesse expressão nos dados globais do Programa PPT ou nas estatísticas oficiais dos Relatórios do SEF, como seja a comunidade chinesa, ucraniana ou romena. O Programa PPT já abrangeu no período 2008-2009 mais de 107 nacionalidades diferentes, o que demonstra a heterogeneidade de cidadãos estrangeiros que frequentam o Programa PPT e por isso a aplicação do inquérito por questionário desde o início estava impregnada dessa aleatoriedade.

Tendo em conta a temática de estudo, foram considerados como objectivos de investigação no âmbito deste estudo exploratório: a) perceber se o público-alvo que procura as acções de língua portuguesa tem um percurso migratório recente ou de longa data em Portugal; b) identificar quais os principais factores que dificultam a integração dos imigrantes; c) elencar as motivações que levam os imigrantes a procurar estas acções de formação; d) saber qual a utilidade da obtenção do certificado de formação na vida pessoal, social e profissional; e) obter feedback relativamente à avaliação que fazem do Programa PPT; e por fim, f) perceber até que ponto a aprendizagem da língua poderá contribuir para a integração social e profissional dos imigrantes.

Na preparação e desenvolvimento da investigação, teve-se em conta as seguintes limitações: a questão da língua e o nível de proficiência linguística dos formandos/as que poderia ser um obstáculo na aplicação do inquérito por questionário, bem como o período de tempo em que decorre a investigação e as próprias competências científicas do investigador.

No âmbito da presente investigação, foi aplicado o inquérito por questionário para conhecer a opinião dos formandos das acções de língua portuguesa sobre como decorre o processo de integração destes imigrantes, as motivações e as expectativas para a frequência das

acções de língua portuguesa e por último a avaliação que fazem o Programa PPT e da sua integração social e profissional após a frequência do curso.

No âmbito deste estudo, pretende-se a realização de uma pesquisa de natureza descritiva. De acordo com Gil (1999), este tipo de pesquisa tem como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno. Os procedimentos empregados para a prossecução do objectivo principal foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e técnicas estatísticas simples.

“Esta área de investigação implica estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação. Inclui a recolha de dados para testar hipóteses ou responder a questões que lhe digam respeito. Os dados numa investigação descritiva são normalmente recolhidos mediante a administração de um questionário, a realização de entrevistas ou recorrendo à observação da situação real. A informação recolhida pode dizer respeito, por exemplo, a opiniões, dados demográficos, condições e procedimentos”. Carmo, Ferreira (1998:213)

Na construção do questionário, foi tido em consideração o “tipo de dados pretendidos; a flexibilidade das respostas; o tempo para preenchimento; as distorções potenciais das respostas” e por fim “a facilidade de atribuição de cotações”. Tuckman, B. (1994/2000: 324-325)

As respostas obtidas foram codificadas e objecto de tratamento estatístico através do Excel. A maioria das questões com resposta com espaços a preencher, nomeadamente de caracterização dos formandos/as e de identificação das principais dificuldades de adaptação/ tinham um conjunto de opções de escolha múltipla para seleccionar em certos casos apenas uma resposta, mas noutros dava a possibilidade de escolher mais do que uma resposta.

O questionário foi sujeito a um teste no CNAI de Lisboa, a quatro formandos que já tinham frequentado uma acção de língua portuguesa para estrangeiros que certificou ao nível A2 – Utilizador Elementar do QECR, mas cuja responsabilidade foi do Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves. O teste permitiu aferir face ao nível de proficiência dos formandos após a conclusão da acção de formação, o seu à vontade no preenchimento do questionário e consequente adequação das questões apresentadas.

Os questionários foram objecto de análise estatística descritiva, tendo sido construído uma tabela de referência onde foram lançados os dados recolhidos nos questionários.

## **2. Objectivos do estudo**

Neste contexto, a presente dissertação aborda a problemática das políticas públicas de integração de imigrantes, vista através do prisma da aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento por parte dos adultos imigrantes com vista à sua integração social e profissional.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem por objectivos:

- Descrever as políticas comunitárias encetadas na União Europeia (Agenda Comum para a Integração), no que respeita a uma política comum de integração de imigrantes;
- Descrever as respostas políticas do Estado português no que respeita ao acolhimento e integração dos imigrantes, previstas no PII – Plano para a Integração de Imigrantes, dando especial ênfase à aprendizagem da língua portuguesa pelos imigrantes, designadamente através da disponibilização dos cursos de língua portuguesa para adultos estrangeiros;
- Avaliar o Programa PPT – Português para Todos, utilizando os critérios de avaliação: substantivos e económicos, com vista a aferir o cumprimento dos objectivos previstos (eficácia); o nível de satisfação dos destinatários dos cursos de língua portuguesa para estrangeiros, com enfoque sobre as motivações e expectativas para a frequência da acção, as dificuldades de adaptação e integração na sociedade portuguesa, bem como a avaliação da formação; a importância da aprendizagem da língua do país de acolhimento, como forma de potenciar a inclusão dos adultos imigrantes; e por fim, a produtividade e a eficiência do Programa PPT – Português para Todos.

## **3. Justificativa e relevância do estudo**

A questão da imigração e da integração dos imigrantes tem conseguido ao longo dos anos, uma importância crescente que se tem revelado através de iniciativas governamentais, quer no plano legislativo, quer no plano institucional.

Paralelamente têm sido vários os autores, nomeadamente: Baganha, M.; Castles, S.; Esteves, A.; Fonseca, L.; Góis, P.; Machado, F.; Malheiros, J. M., Marques, M.; Oliveira, C.; Peixoto, J., Penninx, R.; Pires, R.P.; Portes, A.; Rocha-Trindade, B. que já publicaram estudos na área das migrações abrangendo temas tão diversos como: teorias das migrações, fluxos migratórios, políticas de imigração, políticas de integração, apropriação de espaços públicos, saúde, habitação, género, estereótipos, representações, imagens dos imigrantes, entre outros.

Igualmente o Observatório da Imigração do ACIDI, I.P. através da sua actuação tem sido possível o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade da imigração em Portugal.

Assim, o acervo documental divide-se em várias publicações: Colecção "Comunidades", Revista Migrações, Colecção Teses sobre Imigração e Diálogo Intercultural e Colecção Estudos OI.

No que respeita à Colecção Estudos OI, esta colecção tem disponível à data da elaboração da presente dissertação 47 estudos publicados que versam sobre áreas tão variadas como: economia das migrações e da teoria do desenvolvimento; media, género, sindicatos, saúde, diversidade linguística, nacionalidade, habitação, escolarização, retorno, remessas de dinheiro; criminalidade, etc.

Considerando que os estudos científicos realizados servem de suporte para ao acompanhamento dos fenómenos migratórios e das políticas de integração de imigrantes, procedi a uma análise dos estudos publicados, para obtenção de um diagnóstico relativo aos constrangimentos sentidos pelos estrangeiros em Portugal no seu processo de integração, pelo facto de desconhecerem ou terem nível reduzido ou inexistente da língua portuguesa. Assim, foi possível obter o seguinte diagnóstico:

- No Estudo 2 – Atitudes e Valores perante a Imigração da autoria de Lages, N; Policarpo, V (2003:20) verifica-se que na aplicação dos questionários aos imigrantes, “das respostas dos inquiridos à questão da inserção ou inclusão social resulta que os respondentes consideram que o principal meio de a atingir é o conhecimento da língua”. No mesmo estudo é referido que “o facto de nem todos os estrangeiros conhecerem o português obrigou a traduzir a versão original em russo, a língua que a maior parte dos imigrantes de Leste fala ou entende. Ao inquérito em português responderam 781 pessoas (74,3%) e em russo, 270 (25,7%).” (2003:11)

- No Estudo 9 “Impacto e Reflexos do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas - Uma Visão Qualitativa”, de Lourenço Xavier de Carvalho constata-se que “o conhecimento da língua portuguesa revela-se, mais uma vez, como factor fundamental de competitividade no mercado de trabalho, bem como do sucesso da integração que, como aqui se destaca, passa também pela maior ou menor predisposição dos imigrantes para a aceitação das regras e dos normativos do país de acolhimento, sendo que esta aceitação não é homogénea entre os diversos grupos. (2004:14) Por outro lado, também é aferido que “no contexto em que o reconhecimento de qualificações formais se insere - das competências necessárias para a plena integração e mobilidade profissional dos imigrantes - o domínio da língua portuguesa encabeça, naturalmente, a lista dos estrangulamentos. “ (2004:25)

- O Estudo 10 que incide sobre as “Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal”, da autoria de Oliveira, C., explicita as iniciativas empresariais dos imigrantes na sociedade de acolhimento, referenciado Portes e Zhou (1999), que defendem que é devido a um

conjunto de factores, isto é,”características individuais como a qualificação, a experiência profissional e/ou empresarial, os anos desde a imigração, o conhecimento da língua do país de acolhimento, a idade, o sexo, o estado civil e a composição do agregado familiar (...)”. (2004:21)

- O “não conhecer a língua do país de destino” é um dos factores apontado no Estudo 12 “O Trafico de Migrantes em Portugal” sob coordenação de João Peixoto, para explicitar que numa situação de tráfico, “a vítima é colocada numa posição de maior vulnerabilidade e terá maiores dificuldades para se libertar dessa situação”, devido a um conjunto de factores, principalmente se não tiver conhecimento do país onde se encontra. (2005: 74);

- Em Portugal, tal como noutros países, existem estrangeiros que se encontram detidos em estabelecimentos prisionais; neste sentido o Estudo 13 “A Criminalidade dos Estrangeiros em Portugal” da autoria de Hugo Martinez de Seabra e Tiago Santos, aponta-nos para o facto de “o estrangeiro infractor, muitas vezes desconhecedor da língua portuguesa e mesmo dos seus direitos em situação de julgamento, poderá ter uma defesa (muitas vezes oficiosa, ou seja, um advogado atribuído pelo Estado) de pouca qualidade.” (2005: 87). Por outro lado refere que “a situação de julgamento é altamente desfavorável para um estrangeiro que não conhece a língua, a cultura, as regras próprias do julgamento, os direitos que lhe são assistidos e os códigos de conduta que deve respeitar”.(2005:124)

- No Estudo 14 sobre”Mediação Sócio-cultural” de Ana Oliveira e Carla Galego, ao abordar os fluxos migratórios, refere que “a última vaga, em finais dos anos 90 do século 20, provém dos países da Europa de Leste, com destaque para a Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia. Estamos perante um tipo de imigração com um elevado grau de instrução, muito superior à média portuguesa, mas que, devido às dificuldades linguísticas, se foi inserindo na construção civil, trabalhos de limpeza e mais recentemente, na agricultura, em trabalhos indiferenciados. Estes fluxos migratórios colocam questões sérias, relativamente a integração social destes grupos socioculturais amplamente diferenciados, em termos de língua, cultura, clima e religião”. (2005:46-47)

- Com a fixação dos migrantes em Portugal, a questão do Reagrupamento Familiar tem tido um maior enfoque, que foi ressaltado no Estudo 15 - Reunificação Familiar e Imigração em Portugal, sob a coordenação de Maria Lucinda Fonseca, que refere que “comparativamente aos cidadãos dos Países de Língua Portuguesa, os imigrantes de Leste estão sub-representados nas actividades de hotelaria e restauração e nos serviços, possivelmente por se tratar de profissões que tendem a ser maioritariamente desempenhadas por mulheres e que por terem uma relação

directa com o público, obrigam ao conhecimento da língua portuguesa. Assim sendo, a menor participação dos trabalhadores de Leste nas actividades de serviços, prende-se com maiores dificuldades de comunicação linguística do que os imigrantes dos PALOP e do Brasil e com o facto de se tratar de uma corrente migratória recente e maioritariamente masculina. (2005:104)

Os europeus de Leste e os brasileiros, com qualificações escolares e profissionais médias mais elevadas, são os mais afectados por este percurso socioprofissional descendente, devido às dificuldades de reconhecimento das suas competências escolares e profissionais e, no caso dos primeiros, ao desconhecimento da língua portuguesa. (2005:149)

- No estudo 22 - Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa sob a coordenação de Jorge Macaísta Malheiros e Manuela Mendes, a propósito da integração dos migrantes explicita que “apesar das suas qualificações, as dificuldades linguísticas iniciais experimentadas pelos europeus de Leste, o tipo de “encaminhamento” definido pelas empresas que dominam a colocação destes imigrantes e a sua inexperiência no mercado de trabalho nacional coarctam significativamente as suas possibilidades. (2007:75)

As entidades realçam também a importância que representa a língua portuguesa e a proximidade em termos de relações históricas e culturais no relacionamento com determinados grupos imigrantes – populações dos PALOP e do Brasil –, enquanto elementos facilitadores de integração. (2007:116) Os imigrantes de Leste constituem uma das populações migrantes com maior número de efectivos entre nós, tendo apresentado uma fortíssima taxa de crescimento entre 2000 e 2003. Deve referir-se, contudo, que se encontram fortes contrastes e especificidades entre as nacionalidades que o senso comum identifica como europeus de Leste. Esta população suscitou em nós um renovado interesse até porque, aparentemente, parece ter uma maior facilidade de integração em Portugal, pois aprende com mais facilidade a língua portuguesa, tem uma maior mobilidade geográfica”. (2007:138)

Os exemplos acima demonstram algumas das dificuldades sentidas pelos imigrantes e que dificultam o seu processo de integração social e profissional, fruto do desconhecimento da língua do país de acolhimento. Estas dificuldades compreendem o acesso à informação, serviços de saúde, serviços bancários, reconhecimento de qualificações, acesso ao emprego e à melhoria de qualificações escolares e profissionais, entre outros.

Por outro lado, pela proliferação de mestrados que existem de norte a sul do país, esta temática da imigração e a integração dos imigrantes relacionada com a aprendizagem da língua,

também já foi alvo de investigação, incidindo em especial sobre a didáctica da língua, a língua como barreira à integração dos imigrantes, etc.

O interesse em estudar a temática da integração dos imigrantes através da aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento, deriva primeiro do facto de que o desconhecimento da língua, é um dos factores que em qualquer país do mundo, constitui uma barreira para a integração no país. A aprendizagem da língua do país de acolhimento é um instrumento de integração, por excelência; mas por outro lado, a ausência do conhecimento da língua pode também constituir um factor de exclusão da sociedade de acolhimento.

Tendo a mestranda uma intervenção directa na gestão do Programa Português para todos, reconhece na sua acção profissional a criação e desenvolvimento de estratégias que possam potenciar a integração dos imigrantes. Por tal e partindo das necessidades e diversidade de realidades linguística, profissional, percurso migratório, nacionalidade, país de origem, que se apresentam no espaço e contexto da relação entre o imigrante e a sociedade de acolhimento, esta investigação tem dois sujeitos que a desafiam, os cidadãos e cidadãs imigrantes e o Programa Português para Todos, como política pública que num contexto político-institucional tem por objectivo o ensino/ aprendizagem da língua como forma de promover a integração social e profissional dos imigrantes.

A pertinência desta temática prende-se com razões pessoais e profissionais, tal como de ordem científica e social e surge enquadrada nas exigências que o contexto da globalização e da mobilidade humana impõe ao Estado, às organizações da sociedade civil, aos municípios no sentido da necessária actualização e operacionalização de políticas públicas para que possam dar resposta às solicitações e desafios que os fluxos migratórios e os imigrantes despoletam no país de destino. Outra das razões da escolha retém-se no interesse pelas questões ligadas à avaliação de programas e projectos, cujo percurso histórico em Portugal foi muito despoletado pela exigência do financiamento através dos fundos comunitários.

Considerando igualmente que em paralelo com a integração dos imigrantes, a presente dissertação tem um enfoque na avaliação de políticas públicas e de programas financiados por fundos estruturais, esta temática já foi alvo de vários estudos, permitindo um acervo documental já alargado, fruto também da introdução dos fundos comunitários em Portugal e da avaliação ser um dos requisitos a implementar pelos gestores dos programas operacionais. Assim, é de referir Almeida, J; Pedroso, P; Capucha, L; Santos, P; Charana, A; Guerra, I; Henriques, J; Neves, O; Salgado, C., entre outros.



#### **4. Conteúdo e organização do trabalho**

Na Introdução, foi definido o objecto de estudo, questões e objectivos da investigação, justificativa e relevância do estudo, metodologia e organização do trabalho.

A I Parte divide-se em dois capítulos: no Capítulo 1 a atenção é centrada no enquadramento teórico do estudo que incide sobre as políticas públicas, com um enfoque sobre os conceitos, análise e avaliação de políticas públicas, que servem de enquadramento à acção do Estado como formulador de políticas públicas. No Capítulo 2, aborda-se a aprendizagem/ensino da língua enquanto estratégia de política pública como direito fundamental do imigrante e por outro lado, as teorias e modelos que influenciam a aquisição de uma língua estrangeira, nomeadamente as variáveis sociais e afectivas.

Na II Parte, no Capítulo 1 irá efectuar-se uma breve abordagem em torno do tema das migrações no geral, bem como do panorama geral da política comum de integração de imigrantes preconizada pela União Europeia. Em relação ao Capítulo 2 é efectuado um breve olhar sobre a evolução da população estrangeira em Portugal, sendo que depois se debruça sobre as políticas de imigração e de integração em Portugal com posterior enfoque para o do PII – Plano para a Integração de Imigrantes enquanto “directório” integrado para a política de integração, em especial as medidas desenvolvidas pelo Estado português, no que respeita à promoção da aprendizagem da língua portuguesa pelos adultos imigrantes. No Cap. 3 de forma resumida, procede-se a uma exposição das políticas de integração em Portugal sob o enfoque da promoção da aprendizagem da língua através da disponibilização de cursos de língua portuguesa para estrangeiros desde o ano 2000, com o devido enquadramento para o aparecimento do Programa Portugal Acolhe e do Programa PPT – Português para Todos, onde se explana a base de construção do projecto de formação, objectivos gerais e estrutura geral do programa. Por fim, apresenta-se as políticas de promoção da aprendizagem da língua em diversos países de destino dos imigrantes e a sua importância para o acesso ao mercado de trabalho, residência permanente e estatuto de residente de longa duração.

Considerando a importância do conhecimento suficiente da língua portuguesa como um dos requisitos de acesso à nacionalidade, no Cap. 4, procede-se à descrição das alternativas previstas na Lei da Nacionalidade, para prova do conhecimento suficiente da língua portuguesa, efectuando uma análise aos resultados do último Teste de Diagnóstico de Língua Portuguesa realizado em 2010, nos estabelecimentos do ensino antes da suspensão do site da Prova da Língua Portuguesa; bem aos resultados dos candidatos que se inscreveram no Exame CIPLE, nos centros de exame em Portugal. Por fim, sendo o conhecimento da língua e da cultura, um

dos requisitos de acesso à atribuição e aquisição da nacionalidade noutros países, apresentamos aqui uma breve comparação entre países.

Na III Parte é efectuada a Avaliação do Programa PPT – Português para Todos, em si e o seu mérito, como política pública de promoção da aprendizagem da língua para integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. No Cap. 1, a avaliação do Programa Português para Todos aqui preconizada, é com base nos Critérios Substantivos (Objectivos e Clientes), sendo que é efectuada uma caracterização dos beneficiários do Programa em 2010, com a posterior caracterização da amostra do estudo exploratório do Programa, com recurso ao inquérito por questionário aplicado no final da formação em língua portuguesa para estrangeiros, que permitiu a avaliação do Programa PPT pelos beneficiários. No Cap. 2 é realizada a avaliação do Programa PPT com enfoque nos critérios económicos, ou seja, tenta-se aferir a eficiência e produtividade, através dos custos dispendidos na implementação do Programa PPT. Por fim, a análise e discussão dos resultados no Cap. 3.

No final são esboçadas as principais conclusões da pesquisa e reflexões sobre este estudo., dentro da temática da integração de imigrantes através da aprendizagem da língua do país de destino pelos estrangeiros na sociedade portuguesa. Por outro lado, apontam-se também possíveis direcções futuras que outras investigações ou projectos nesta área poderão tomar, com base no processo avaliativo efectuado e na experiência decorrida da aplicação da formação, que nos pareceu poder enriquecer a nossa análise.

É de referir que no âmbito da presente dissertação haverá lugar à utilização de um conjunto de nomenclaturas, como sejam “estrangeiro”, “imigrante”, “migrante” ou “nacional de país terceiro” que poderá criar alguma confusão. No entanto, esta situação decorre do facto de a variação na utilização da escolha da terminologia difere dos documentos consultados, quer sejam nacionais ou comunitários

## PARTE I – ESTADO DA ARTE: BREVE SÍNTESE

### Capítulo 1 - Políticas Públicas

#### 1. Conceitos-chave

O termo “política pública” é muito recente e foi introduzido nos anos 70 na linguagem das ciências políticas e administrativas como uma tradução literal de “public policy”. Este termo não deve ser confundido com “política” que significa as actividades e as lutas dos actores políticos, os comumente conhecidos, como sejam os partidos políticos, grupos de interesses, sindicatos, lobbys, entre outros; que têm por objectivo a conquista do poder legislativo ou governamental. Knoepfel, P. et al. (2006:27)

“Entende-se por políticas públicas como sendo o conjunto de directrizes e referências ético-legais adoptados pelo Estado para fazer frente a um problema que a sociedade lhe apresenta (...) é a resposta que o Estado oferece diante de uma necessidade vivida ou manifestada pela sociedade”. Teixeira, P.R. (1997:43-68)

As políticas públicas são respostas do poder público para os problemas sociais. Neste enquadramento entram em jogo diversos actores, com diferentes interesses e poder de negociação político-económico, estratégias de acção e campos de lutas por direitos e deveres sociais.

Pode-se definir que as políticas são públicas, porque têm interesses públicos e fins públicos podendo ou não ser subsidiadas e implementadas pelo poder estatal.

É imprescindível salientar que as políticas públicas constituem um processo dinâmico onde interagem uma diversidade de actores e intenções, jogos de poder, recursos financeiros, estruturas políticas e sociais, entre outros, não sendo apenas resultado de definições, restritas ao campo político e da execução dessas, restritas ao campo administrativo. Viana, A. L. (1996:5-43)

Falar de políticas públicas ou chegar a uma definição consensual é difícil considerando o número de autores que já se debruçaram sobre o tema. Não é possível assim dizer que existe uma definição melhor ou pior sobre políticas públicas, ou que exista uma única.

Uma das definições clássicas de políticas públicas é dada por Dye (1975) referido por Rocha, J.A. Oliveira (2010: 26) como sendo “public policy is whatever governments choose to do or not to do”, ou seja, a política pública é o que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Embora esta definição não seja directa, no entanto permite aferir aquilo que é entendido tradicionalmente por política pública. Primeiro, que se trata de políticas levadas a cabo pelo

governo e outras autoridades públicas; que as temáticas escolhidas visam a produção de resultados, nomeadamente as que promovem o aumento do rendimento dos públicos desfavorecidos, como seja o RSI – Rendimento Social de Inserção da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, IP. ou o aumento do nível de formação e educação, como é o caso da Iniciativa Novas Oportunidades cuja gestão está a cargo da ANQ – Agência Nacional para a Qualificação.

Em terceiro lugar, que as políticas dizem respeito aquilo que os governos fazem e não aquilo que tencionam fazer, isto é, as decisões políticas tomadas geram *outputs* (resultados). Por último, referir que as políticas públicas podem ser positivas ou negativas, sendo que considera-se a formulação de uma política como positiva, quando esta toma a forma de uma lei. Rocha, J.A. Oliveira (2010:26)

Segundo Mead, L. M. (1995:1-4) “a política pública é definida como um campo dentro do estudo da política, que analisa o Estado sob a luz das grandes questões públicas”. Nesta mesma linha, Peters, B. G. designa “a política pública como o somatório das actividades do governo que agem directamente ou através de outras autoridades públicas e que influenciam a vida dos cidadãos. “ (1986:408-509)

Por sua vez, existem outras definições de políticas públicas que a seguir se apresentam Knoepfel, P. et al. (2006:28):

- “Une politique publique est le produit de l’activité d’une autorité investie de puissance public e de légitimité gouvernementale” Meny, Thoening (1989:129), segundo estes autores a política pública é o produto, que deriva da actividade levada a cabo por uma autoridade com poder público e legitimidade governamental;

- «Une politique publique est un programme d’action propre à une ou plusieurs autorités publiques ou gouvernementales dans un secteur de la société ou dans un espace donné» Thoening (1985:6); Meny, Thoening (1989:130), nesta definição os autores mantém a mesma linha de pensamento e acrescentam que a política pública constitui um programa de acção de uma ou várias autoridades públicas ou governamentais num determinado sector da sociedade;

- «Une politique publique est faite d’activités orientées vers la solution de problèmes publics dans l’environnement, et ce par des acteurs publics dont les relations sont structurées, le tout évoluant dans le temps» Lemieux (1995:7), por sua vez este autor enquadra a política pública definindo que esta é composta por um conjunto de actividades

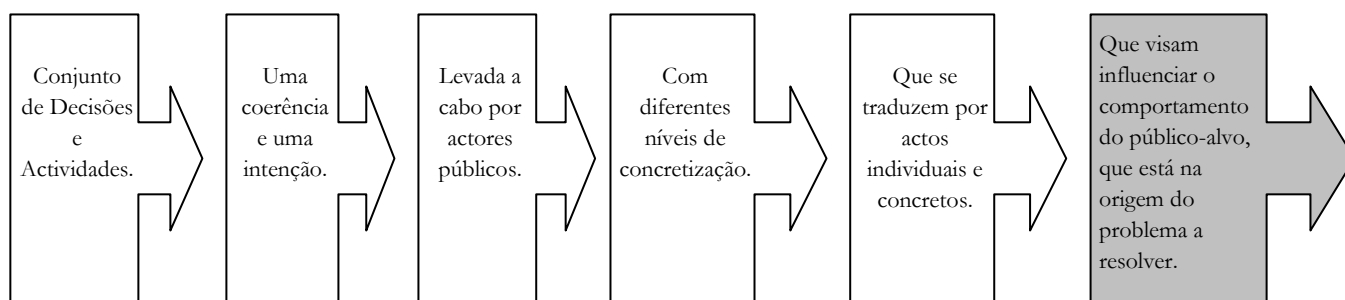
orientadas para a solução de problemas públicos, realizada por actores públicos com relações institucionais delimitadas, que têm evoluído ao longo do tempo.

De acordo com a autora Souza, C. (2003:11-24) aferindo a diversidade de definições e modelos apresentados pelos diversos autores sobre políticas públicas, é possível fazer uma sistematização e apresentar os elementos mais importantes:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de facto, faz;
- A política pública envolve vários actores e níveis de decisão, embora seja formulada através dos governos, e por outro lado, não se restringe apenas aos actores formais, na medida em que os actores informais também são importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma acção intencional, com objectivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

Em Knoepfel, P. et al. (2006:35) são apresentados os elementos constitutivos de uma política pública, sendo que a figura seguinte permite aferir a articulação dos diferentes elementos que constituem uma política pública:

**Figura 1 – Definição de uma política pública**



Fonte: Adaptado de Knoepfel, P. et al. (2006:35)

Em resumo, a política pública constitui uma solução a um problema público, na medida em que tem por objectivo a resolução de um problema social reconhecido politicamente como público; que se dirige a um público-alvo que origina o problema público e sobre qual a política pública vai influenciar o comportamento.

Por outro lado, é dotada de um conjunto de decisões e actividades que constituem o programa de intervenção, que vão ser implementados por actores públicos. A política pública

também pressupõe a produção de actos formais, um normativo específico, que possa servir de orientação aos públicos específicos alvo da intervenção, mas ao mesmo tempo que sirva de referência sobre a natureza da política pública e da autoridade legitimada para a sua produção e implementação. Knoepfel, P. et al. (2006:31-34)

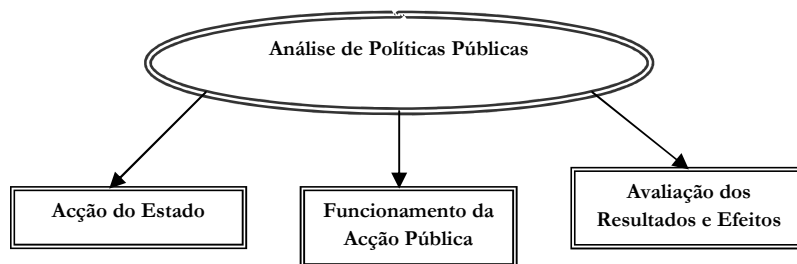
## 2. Análise de Políticas Públicas

A análise da política pública de acordo com Meny e Thoening “consiste no estudo da acção das autoridades públicas no seio da sociedade”. (1989:9)

A “análise de política” é uma técnica de estudo que permite formar uma opinião acerca de determinada política pública. De acordo com os interesses e do ponto do qual se interpreta e analisa, pode-se obter diversos julgamentos sobre a mesma, possibilitando comparações com outras.

São vários os autores e respectivas escolas tradicionais de análise de políticas públicas, pelo que se fará uma breve exposição sobre os quadros teóricos associados a esta temática. Assim, segundo Meny e Thoening (1989) ou Muller (1995) citados em Knoepfel, P. et al. (2006:3) podemos distinguir três grandes grupos de análise de políticas públicas, estas três correntes de pensamento diferenciam-se pelo seu campo de intervenção e pelo domínio específico de análise.

**Figura 2 – Análise de Políticas Públicas**



Fonte: Adaptado de Knoepfel, P. et al. (2006:4-6)

Assim a primeira corrente de pensamento centra a análise das políticas públicas na acção do Estado, depois temos a que explica o funcionamento da acção pública e por último a corrente de pensamento que se preocupa em avaliar os resultados e os efeitos. Knoepfel, P. et al. (2006:4)

No que respeita à análise das políticas públicas centradas sobre as Teorias de Estado, para alguns autores esta análise é uma forma de explicar a essência da política pública: assim as políticas públicas assim interpretadas são denominadas de “reveladoras” da sua natureza. Esta percepção do Estado leva a que em Knoepfel, P. et al. (2006:4-7), Meny e Thoening (1989:67) distingam três modelos teóricos:

- Modelo pluralista – que concebe o Estado como um serviço de atendimento, munido de poderes que permitem a resolução dos problemas sociais. Nesta óptica, as políticas são vistas como respostas às exigências sociais e a sua análise é efectuada numa perspectiva de optimização das escolhas colectivas e da racionalidade dos processos de decisão e dos comportamentos dos “burocratas”.

- Modelo neo-marxista – considera o Estado como um instrumento ao serviço de uma determinada classe social ou de grupos específicos. Neste âmbito a análise da acção pública, permite colocar em evidência a fraca autonomia que o Estado detém, que em confronto com os interesses capitalistas e/ou em disputa com os actores e as organizações privadas de que fazem parte.

- Modelo neo-corporativista – incide na distribuição de poderes e na interacção entre os actores, seja pelo meio de representação ou de organização de diferentes interesses sectoriais. Na óptica corporativista os agentes do Estado são em grande parte “consumidos” pelos grupos de interesses “clientes”, com os quais estreitam relações privilegiadas e exclusivas no exercício do poder público.

Neste contexto, a análise das políticas públicas inscreve-se nos modelos teóricos como um meio de verificar as hipóteses subjacentes ao modelo que for privilegiado.

No que respeita à segunda corrente, o funcionamento da acção pública, tem por objecto a análise das políticas públicas, como modo de compreender os modos de funcionamento ou a lógica da acção pública. São várias as teorias e os autores que se debruçaram sobre esta temática, na tentativa de explicar as regras gerais e o próprio funcionamento do Estado ou das autoridades públicas. Assim, segundo Parsons (1995:20) iremos encontrar duas escolas, uma que busca desenvolver uma melhor compreensão do processo de formulação e de implementação de políticas públicas (análise da política), enquanto a outra é dedicada a desenvolver o conhecimento já adquirido para e nos processos de formação e de implementação de políticas públicas (analisar para a política). Knoepfel, P. et al. (2006:7)

Por último, a avaliação dos efeitos da acção pública, esta corrente tenta explicar os resultados da acção pública e os seus efeitos na sociedade, tendo presente os objectivos conseguidos e/ou os efeitos indirectos ou indesejáveis. Knoepfel, P. et al. (2006:11-13)

No domínio da avaliação, existem duas questões importantes:

a) A primeira diz respeito ao desenvolvimento de uma metodologia e um conjunto de instrumentos de avaliação. São vários os instrumentos à disposição, bem como os trabalhos já

realizados com utilização de diferentes métodos de avaliação aplicáveis as actividades sociais do sector público. Estes trabalhos incidem no tratamento estatístico de dados quantitativos, análise multi-critérios, análise de custo-benefício, entre outros. Também existem manuais de avaliação publicados pela União Europeia, que têm por objectivo facilitar a avaliação de programas ligados aos fundos estruturais.

b) A segunda tem a ver com o processo de avaliação e a sua operacionalização, com o objectivo de melhorar a gestão pública e influenciar os processos de decisão.

Esta abordagem avaliativa, segundo Knoepfel, P. et al. é geralmente concomitante a uma abordagem explicativa, ainda que possam ser conceitualmente separadas. Esta intervenção busca os efeitos da acção pública, bem como os efeitos medidos em função do problema colectivo que busca resolver as políticas públicas. (2006:13)

### **3. Fases, Processo ou Ciclo da Política Pública**

As fases, processo ou ciclo das políticas públicas variam de autor para autor. No entanto, é necessário ter presente que quando nos referimos a fases, que corresponde aos vários estados sucessivos do processo político, não estamos a falar de níveis, que pressupõe uma hierarquia, e nesse sentido uma relação de importância em que o anterior é mais importante que o seguinte. No ciclo político todas as fases são importantes, constituem passos sem que haja um mais importante do que outro.

Segundo Rocha, J.A. Oliveira (2010: 28-29) são vários os modelos, teorias e conceitos, bem como esquemas que já foram realizados para proceder a análise do processo político e do processo de decisão das políticas. A este propósito refere Dye, T. que explicita que “os modelos tentam explicar e clarificar o nosso pensamento acerca das Políticas Públicas: identificam aspectos importantes dos problemas das políticas, ajudam na comunicação pelo uso de terminologia comum, orientam os nossos esforços no sentido de compreender as Políticas Públicas, indicando o que é importante e o que não é importante, sugerem explicações para as Políticas Públicas e prevêem as suas consequências”. (1978:18)

Assim, considerando que os modelos são vários, no entanto temos alguns que são comuns a todos, como:

- Teoria da Escolha Pública – defende a análise do processo político com base na teoria económica, pelo que nesta teoria os economistas patrocinam a não intervenção do Estado e a transferência das políticas públicas para o mercado económico;



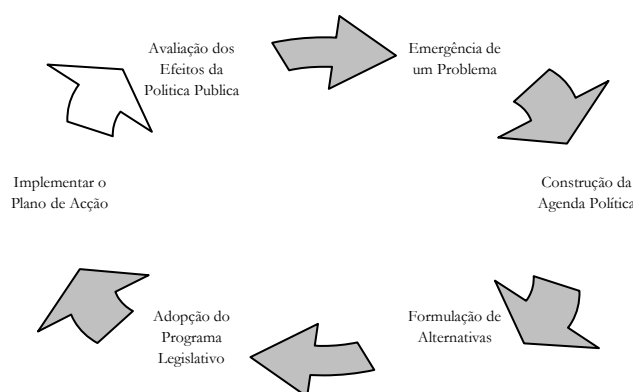
- Teoria Pluralista e das Networks – este modelo privilegia a importância dos grupos em detrimento dos indivíduos, o pluralismo baseia-se na hipótese da primazia dos grupos de interesse no processo político, em suma defendem que “todos os interesses estão organizados em grupos de pressão ou de interesses com pesos não necessariamente iguais”; posteriormente o pluralismo dá lugar à Teoria das Networks (Borzel, 1998) que significa que “os grupos estabelecem relações entre si, criando uma forma alternativa de governação à hierarquia e ao mercado. Neste modelo, o papel do Estado como regulador e topo da pirâmide é substituído por um Estado semelhante a qualquer parceiro, embora, mais importante. (...) Em vez de emanarem do Estado central, as políticas são formuladas ao envolverem uma pluralidade de organizações públicas e privadas”;

- Teoria Institucionalista - “partindo de uma visão institucional do processo político, Elinor Ostrom apresenta um modelo mais realista da formação das Políticas Públicas ” e procura “combinar a perspectiva de análise de comportamentos individuais, as regras e instituições governamentais, as relações intergovernamentais e as decisões políticas”, esta abordagem reconhece os limites da teoria individual e dos grupos;

- Por fim, a Teoria do Ciclo Político – sendo durante muito tempo o modelo dominante foi “divulgada por Jones (1977) e Anderson (1975), dividia o processo político numa série de fases: constituição da agenda, formulação e legitimação das políticas, implementação e avaliação”. Rocha, J.A. Oliveira (2010: 28-32)

Foram vários os autores que tentaram elaborar esquemas de desenvolvimento dos processos decisórios e de implementação de políticas públicas, sendo que a ideia mais comum que surge na literatura de enquadramento, é a de um “ciclo” que começa com o aparecimento de um problema até à avaliação dos resultados obtidos, conforme demonstra a figura seguinte:

**Figura 3 – Ciclo da Política Pública**



Fonte: Adaptado de Knoepfel, P. et al. (2006:36) da autoria de Parsons (1995:77)

Esta abordagem de ciclo de uma política pública deve ser encarada como um quadro de referência e não obrigatoriamente uma grelha rígida, em que as diferentes fases são sequenciais, sem haver a hipótese de retrocesso; situação que pode acontecer já que é recorrente no processo de implementação de uma política, haver uma alteração do programa derivado de novos problemas ou do aparecimento de outras alternativas que potenciem a resolução do problema inicialmente identificado.

Muller (1990:33) em Knoepfel, P. et al. (2006:36) explicita que “ la représentation séquentielle des politiques ne doit donc pas être utilisée de façon mécanique. Il faut plutôt se représenter les politiques publiques comme un flux de décisions et de procédures dont il faut essayer de retrouver le sens“, ou seja, “a representação sequencial das políticas não deve por conseguinte ser utilizada de maneira mecânica. É necessário antes aferir as políticas públicas como um fluxo de decisões e de procedimentos do qual é necessário tentar encontrar o sentido “.

Por fim referir que este modelo à semelhança dos outros acima identificados, foi muito criticado, especialmente por Sabatier (1991) “ que considera que não se tratar de uma teoria causal; que a sequência de fases proposta é muitas vezes inadequada e, em terceiro lugar, o modelo é profundamente legalista, assumindo-se que a política formulada em lei é, necessariamente, implementada. Finalmente, não existe um ciclo político para cada política; os ciclos interagem e relacionam-se.” Rocha, J.A. Oliveira (2010: 30)

Para o presente estudo, vamos centrar preferencialmente a análise na “última fase” do ciclo político, a Avaliação, onde se pretende aferir os resultados e os efeitos da política pública, no que respeita à mudança de comportamentos do público-alvo (impacto) e a redução ou finalização do problema (outcomes). Knoepfel, P. et al. (2006:40)

#### **4. Avaliação de Políticas Públicas**

As questões ligadas ao processo de avaliação fazem hoje parte da agenda de vários sectores da vida económica e social. A necessidade de maior controlo do Estado e ou da sociedade civil sobre as organizações e projectos é hoje emergente, principalmente se falarmos de projectos financiados por fundos estruturais.

Por outro lado, o termo “avaliação” e o emprego que dele se faz, torna-o uma termo multifacetado, na medida em que se aplica em vários quadrantes, como seja, na área dos recursos humanos, quando se fala de avaliação de desempenho, formação profissional (avaliação formativa), ou saúde (avaliação dos serviços), entre outros. Assim, no que respeita à avaliação aplicado aos projectos ou programas de intervenção social, a sua incidência recai sobre a

apreciação e análise dos resultados obtidos de um determinado programa em função dos problemas solucionados.

Segundo Rocha, J.A. Oliveira a avaliação “pode ser definida como a actividade destinada a julgar os méritos dos programas de governo, a qual varia de forma significativa com a especificação do objecto, as técnicas de medição e os métodos de análise”. (2010: 141)

Evert Vedung (2006) referido por Rocha, J.A. Oliveira define avaliação “como o mecanismo para monitorizar, sistematizar e graduar as intervenções do governo (políticas, programas, projectos, actividades), os seus efeitos e os processos que precedem estes efeitos, incluindo as percepções do conteúdo da intervenção, de forma a que os funcionários e os stakeholders possam agir de forma racional”. (2010:142)

Por outro lado, podemos definir a avaliação de acordo com os objectivos a que se propõe, sendo que são vários os autores que se pronunciam e que a seguir transcrevemos: (Moura, M. 1998:13-14):

♦ “The aim of process evaluation is to study the relationship between organisational structures and performance indicators. The ultimate objective would be something like a medium-range theory of policy organisation” – Gunther Schmidt in ‘Process evaluation: policy formation and implementation’, 1994. Este autor defende que o objectivo do processo de avaliação, é o estudo da relação entre as estruturas organizacionais e os seus indicadores de desempenho, ou seja, esta avaliação teria como objectivo final, a avaliação da política da organização.

♦ “L’évaluation ex-post a pour finalité immédiate d’estimer l’impact des Programmes Opérationnels, leur efficacité et leur efficience: mais l’objectif dernier de cette évaluation est d’améliorer les politiques publiques tout en créant une culture de l’évaluation comme processus d’apprentissage distinct du contrôle administratif des programmes” - Planas, Jordi et al. in ‘Méthodologie pour l’évaluation ex-post des Programmes Opérationnels’, 1991. Estes autores ao falar da avaliação ex-post ou final, explicitam que o seu objectivo é estimar o impacto dos programas operacionais, bem como a sua eficácia e eficiência, mas também é melhorar as políticas públicas, criando uma cultura de avaliação como um processo de aprendizagem separado do controle administrativo de programas.

♦ “Mas, se no sentido estrito uma avaliação visa conhecer os efeitos de uma medida ou de um programa, no sentido amplo do conceito (...) ela implica um exame sistemático da política, do dispositivo por ela criado, da sua formulação de objectivos, da sua capacidade de

produzir efeitos e culmina na determinação dos efeitos conseguidos “ – Oliveira das Neves et al. in ‘O Sistema de aprendizagem em Portugal – experiência de avaliação crítica’, 1993.

♦ “A finalidade das avaliações intercalares consiste em reforçar o mecanismo de acompanhamento e permitir, em última análise, dispor de um utensílio de apoio à decisão e de gestão eficaz. As avaliações intercalares consistem em analisar de forma crítica o conjunto dos dados recolhidos (...) e em avaliar a forma como os objectivos perseguidos são progressivamente atingidos “ – ‘Orientações comuns para o acompanhamento e as avaliações intercalares. Fundos Comunitários. 1994-1996’, Comissão Europeia, 1995.

♦ “(...) evaluation is concerned to understand what would have happened in the absence of a policy initiative and for this reason it requires an understanding of how policy works, why particular outputs have been secured, and an assessment of the importance of the significance of the internal project delivery system and the external environment within which the project is operating.” “A project evaluation is specifically about coordination and a capacity building effects” – P.A. Cambridge Consultants, 1989. Estes consultores abordam a avaliação, como um meio de entender o que teria acontecido se não tivesse existido a iniciativa política e, por essa razão, advogam a compreensão de como a política funciona, como foram obtidos os resultados, e uma avaliação de que como é efectuado e implementado o sistema de gestão e do ambiente externo no qual o projecto está em funcionamento. Para estes autores, a avaliação de um projecto incide especificamente sobre a coordenação e a sua capacitação para o desempenho de políticas públicas.

Da análise efectuada às várias definições apresentadas quanto aos objectivos da avaliação, verifica-se a similitude entre alguns autores que apontam para a aferição dos resultados obtidos e outros colocando a tónica na avaliação das organizações, no que respeita à sua capacidade de gestão, organização ou coordenação. Assim “verifica-se que para este grupo de autores é o esforço de determinação rigorosa dos resultados, através de um processo de aprendizagem distinto do controle administrativo” (ver 2ª definição), que acarreta a análise de outras variáveis entre as quais o “exame sistemático da política do dispositivo por ela criado (ver 3ª definição), e que constituem “um utensílio de apoio à decisão e de gestão eficaz (ver 4ª definição) permitindo “melhorar as políticas públicas” (ver 2ª definição). Portanto, o conhecimento dos resultados/impacto e a sua justificação fazem-se por vias paralelas ou de forma diferenciada, pelo menos em termos temporais: primeiro os resultados, depois a análise dos condicionalismos que os justificaram. Moura, M. (1998:13-14)

Por sua vez os autores Gunter Schmidt e os consultores do P. A. Cambridge “preconizam uma abordagem metodológica distinta sobre o assunto, ao defender a fusão dos dois tipos de análise, aquela que nos dá os resultados da acção/medida e a que permite conhecer o modo como se realizou essa mesma medida, para colocar o acento tónico da avaliação, não na procura de justificação de determinados resultados, mas na investigação da relação entre estes e a política de gestão aplicada na realização da medida.” (Moura, M. 1998:15)

Segundo Capucha, L. et al.. “as modalidades que os processos de avaliação podem assumir são muito variáveis quanto ao intervenientes, à dimensão dos objectos sobre os quais incidem, às características desses objectos, aos destinatários, às estratégias e objectivos, e, ainda, quanto aos produtos e metodologias.” (1996:10) (Conf. Tabela 1)

Neste sentido e considerando os processos de avaliação acima identificados podemos ter, de acordo com o critério escolhido:

✓ “Quanto à dimensão dos objectos, a avaliação pode exercer-se sobre ou desenvolver-se no seio de sistemas, processo, dispositivos de intervenção e organizações de dimensão muito diversa, que vão da empresa ou do projecto local até aos grandes programas de âmbito regional, nacional ou transnacional.”;

✓ “Quanto aos intervenientes nos processos de avaliação e respectivos papéis, distinguem-se fundamentalmente duas modalidades: a auto-avaliação ou avaliação interna e a avaliação externa, podendo ainda conceber-se formas mistas ou compósitas (E. Stern, 1990b).”

Considera-se avaliação externa, quando esta é conduzida por pessoas estranhas à organização responsável pela intervenção ou programa. Por sua vez, falamos de avaliação interna, “quando os intervenientes nas actividades fazem a sua própria avaliação”. Ainda sobre os intervenientes nos processos de avaliação, Capucha, L. et al. refere que “começam a utilizar-se sistemas mistos, também chamados de “avaliação interactiva”, nos quais o avaliador ou equipa de avaliadores pertencem a organizações diferentes das que conduzem a intervenção, mas colocam-se em posição de estreita articulação com elas, com base em protocolos que asseguram a participação e cooperação no processo avaliativo”. (1996:14)

Quando se fala de avaliação, é possível segundo Capucha, L. et al. (1996:9-27) classificá-la sobre várias perspectivas, se estamos a falar do horizonte temporal em que é levada a cabo, podemos ter três momentos:

- Avaliação “ex-ante” ou avaliação prévia – é um processo que “questiona as intervenções na fase da concepção e planeamento”, em suma, suporta a preparação de propostas

para novas acções/programas da União Europeia. Assim, “visa-se principalmente conhecer a pertinência das acções, bem como a coerência interna entre os objectivos gerais, os objectivos específicos, as acções e os meios planeados, e a coerência externa em relação a programas e ou sistemas políticos com os quais existem articulações ou interferências mútuas”.

- Avaliação intermédia, de acompanhamento ou “on going” – tal como o nome indica decorre durante o processo de realização ou de intervenção do Programa. Nesta avaliação, a preocupação é aferir o andamento de um programa ou projecto, quer seja de duração limitada ou uma política pública que se prolongue por um período indefinido. Os objectivos subjacentes a uma avaliação intermédia, incluem a obtenção de feedback sobre a implementação das actividades, corrigir eventuais anomalias e melhorar a qualidade da intervenção e por outro lado, disponibilizar informação pertinente e credível para as próximas gerações de programas e políticas. Em suma, a “avaliação de acompanhamento (...) visa a autocorreção permanente do processo de intervenção, no sentido de melhorar a eficácia e eficiência, bem como a adesão dos agentes”, ou seja as entidades beneficiárias ou promotoras dos projectos ou programas.

- Por último, a Avaliação “ex-post” ou de impacte – incide sobre os resultados após o término do Programa que se pretende avaliar. Na maior parte dos casos este tipo de avaliação compreende todo o período da intervenção, com um enfoque especial na eficiência, eficácia e nos impactos da intervenção.

Outra das formas do processo de avaliação, diz respeito ao âmbito de incidência do processo de avaliação, a este nível Capucha, L. et al. (1996: 16) esclarece que esta avaliação “incide basicamente sobre o desempenho (ou “performance”) dos intervenientes, que dizer, sobre a sua capacidade de produzir efeitos de mudança”. No que respeita aos intervenientes, as variáveis em foco são as que permitem a medição de resultados, aferir os “níveis de cumprimento dos objectivos (eficácia), e algumas vezes também a eficiência na utilização dos meios”.

Paralelamente na avaliação de desempenho também poderá estar previsto uma avaliação que incide sobre o processo e recai sobre a “organização e gestão das actividades, a coerência entre objectivos, actividades, acções e meios e a diversidade dos resultados.” Esta modalidade permite ao avaliador para além da análise ao desempenho do programa ou projecto, acrescentar informação qualitativa que permite a aferição da forma como os objectivos preconizados foram atingidos, o “que facilita a determinação da parte dos resultados que foi obtida por acção do dispositivo implementado, separando-a da parte que foi gerada por outros factores.” Capucha, L. et al. (1996: 16)

O sistema de avaliação seguinte incide “sobre os próprios objectivos e sua pertinência e sobre a articulação com outros programas, projectos ou actividades, entre um conjunto de variáveis que permitem uma avaliação sistémica e processual do dispositivo de intervenção”. Neste âmbito prevê uma avaliação que responda às questões relativas à concepção e gestão do programa ou projecto, organização processual e metodológica, impactos e resultados da acção, produção de procedimentos, construção de requisitos de acesso, gestão das dificuldades e riscos, definição da estrutura, agilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, pertinência e exequibilidade, eficiência, eficácia. Capucha, L. et al. (1996: 16)

**Tabela 1 – Dimensões e Modalidades da Avaliação**

<b>Dimensões</b>	<b>Modalidades</b>
<b>Áreas</b>	Formação; Desenvolvimento Local/Regional; Empresas; Educação, Urbanismo, Exclusão Social, Obras Públicas, Ambiente
<b>Dimensão</b>	Pequenos projectos, Empresas ou Organizações; Programas Regionais; Programas Nacionais ou Transnacionais.
<b>Intervenientes</b>	Auto avaliação, Avaliação Externa; Formas mistas de Avaliação.
<b>Natureza dos objectos</b>	Avaliação Ex-ante; Avaliação On-Going; Avaliação Ex-post Avaliação Ex-ante + Avaliação Ex-post Avaliação Interactiva
<b>Âmbito de incidência</b>	Desempenho/resultados; Processo; Sistémica e Processual; Prospectiva
<b>Destinatários</b>	Intervenientes (Técnicos); Dirigentes; Instituições financiadoras; Populações alvo da intervenção; Stakeholders
<b>Tipos de Dados</b>	Descritivos/ avaliativos; Quantitativos/Qualitativo; Realização física e financeira/Indicadores de Processo e Impacte Extensivos/Intensivas; Modelos e Tipologias.
<b>Suportes de Recolha</b>	Análise Documental; Entrevistas; Painéis de Actores; Observação; Questionários; Fontes Estatísticas; Diários de Actividades.

Fonte: Adaptado de Capucha, L. et al. (1996:17)

Por último, o sistema de avaliação que Capucha, L. et al. denomina de “análise prospectiva de cenários”, que tem por objectivo a avaliação do sistema de intervenção, a implementação, os resultados obtidos, mas que também ambiciona uma análise dos efeitos das intervenções, bem como a “identificação e modelização das inovações passíveis de reprodução alargada”. (1996:17)

Se pensarmos nos destinatários do processo de avaliação, podemos verificar que estes influenciam a intervenção, quanto aos objectivos, o enfoque, a organização e os métodos de avaliação, bem como a apresentação de resultados. Assim, os resultados da avaliação podem servir os interesses dos: i) implementadores que intervêm nas acções alvo da avaliação; ii) gestores ou dirigentes das organizações e instituições responsáveis; iii) instituições financiadoras do programa ou actividades; e iv) Beneficiários directos das intervenções.

A prática tem demonstrado que no âmbito das avaliações realizadas, dificilmente os resultados servem apenas um dos interlocutores, principalmente tratando-se de projectos financiados pela União Europeia, os destinatários dos resultados abrangem mais do que um dos grupos acima referidos.

Não é possível a realização de uma avaliação, sem considerar os métodos a utilizar e nessa perspectiva podemos ter a “avaliação dos dados descritivos e /ou avaliativos, indicadores de realização, física e financeira e/ou indicadores de processo e impacte, variáveis quantitativas e/ou variáveis qualitativas, análises extensivas e /ou análises intensivas e estudos de caso, construção de modelos e /ou tipologias”. Em paralelo, os meios técnicos postos à disposição da avaliação, circunscrevem um conjunto infindável de instrumentos que permitem a recolha de dados, como sejam: “análise documental, as entrevistas exploratórias, dirigidas e de aprofundamento, os painéis de actores, as visitas e observação directa, os diários de actividade, os questionários e a análise de fontes estatísticas e dados administrativos”. Capucha, L. et al. (1996:17)

Abordando a experiência portuguesa no que respeita às modalidades mais comuns de sistemas de avaliação utilizados, Capucha, L. et al. (1996:19-20) refere que são:

- Auto-avaliação contínua – aplicam-se em projectos ou programas em que está previsto a realização de sistemas de auto-avaliação, sendo que na sua maioria são realizados por um elemento externo à organização, um especialista na área que colabora a tempo parcial, eventualmente com o recurso a um sistema de avença. “A auto-avaliação é de natureza inter-activa e também sumativa (...), acompanhando toda a duração dos projectos e, às vezes, prolongando-se para além deles, a incidência destes sistemas de avaliação é sistémica e processual”.

- Avaliação técnica de programas – é mais comum em grandes empresas ou programas de dimensão ampla e constituem geralmente as avaliações encomendadas a peritos externos que não fazem parte da organização, muitas vezes impostas pelo regime de financiamento em que os projectos se inserem. “Trata-se geralmente de análises de desempenho e resultados (sumativas)”, mas também podem enquadrar a análise do “processo de implementação dos programas”.

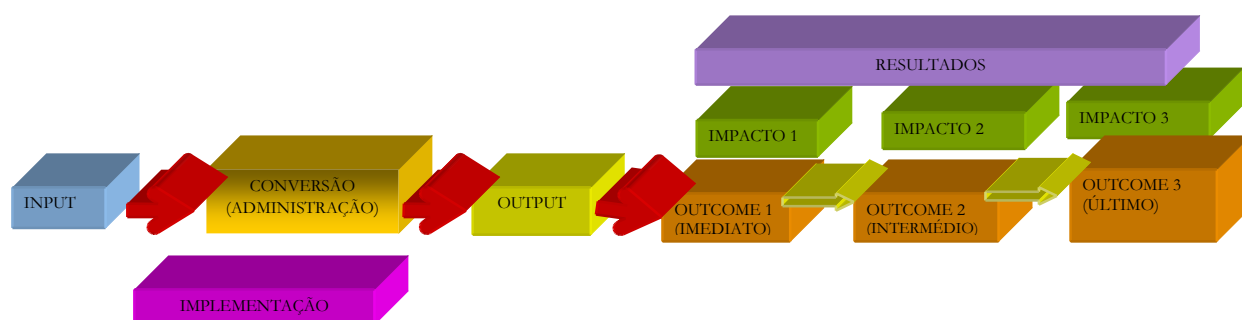
- Avaliação participada de programas – “transversalmente em relação às áreas onde se desenrolam grandes programas ou projectos de âmbito regional, nacional ou transnacional geradores de sistemas de avaliação, começam a desenvolver-se sistemas sofisticados que assentam em formas mistas.” Estes sistemas assentam na realização do trabalho por especialistas que conciliam a produção de um trabalho autónomo e independente, com os dados



disponibilizados de informação física e financeira pelas entidades promotoras e pretendem “abarcas análises processuais dos sistemas, incluindo a definição dos objectivos dos programas, e também análises prospectivas. A orientação é fundamentalmente inter-activa”.

□ Avaliação sistemática de programas – ainda que com características similares ao anterior, não recorre a um sistema misto, sendo a responsabilidade da avaliação inteiramente de avaliadores externos, o que geralmente tem aliado rigor e complexidade técnico-metodológica.

**Figura 4 – Modelo Sistémico aplicado à Avaliação**



Fonte: Adaptado de Rocha, J.A. Oliveira (2010: 142) da autoria de Evert Vedung (2006:400)

Segundo Evert Vedung (2006:400) referenciado em Rocha, J.A. Oliveira (2010:142) existem vários critérios de avaliação e o modelo que apresenta corresponde à Figura 4. Neste modelo, o autor defende que os avaliadores “tendem a ver o sector público como um sistema em que as acções governamentais são convertidas em outputs, outcomes, efeitos, impactos e resultados” Assim, esclarece que o Output é o resultado que se obtém da decisão tomada pelo governo; por sua vez, o Outcome revela-se quando os outputs atingem os objectivos preconizados; quanto ao Impacto, este corresponde ao outcome e por fim, o Resultado que é a soma do output e do outcome.

Neste sentido existem vários modelos de avaliação, que se dividem de acordo com o nível de incidência e Rocha, J.A. Oliveira (2010: 142-143) esclarece que “uns incidem sobre os processos e visam verificar a legalidade, equidade e/ou legitimidade das políticas públicas, e outros (...) que visam avaliar as políticas e programas em si e o seu mérito” designam-se por: Critérios substantivos e Critérios económicos.

No que respeita ao modelo de avaliação que incide sobre os **critérios substantivos**, é efectuado com base nos:

i) **Objectivos prosseguidos** – constituindo-se uma das primeiras etapas da avaliação, na perspectiva clássica, diz respeito à comparação efectuada entre os objectivos alcançados com os objectivos previstos;

ii) **Objectivos laterais** – este apenas tem lugar quando no âmbito da política em estudo é possível verificar os resultados laterais provenientes da intervenção da política, que podem ser positivos ou negativos;

iii) **Clientes** – também denominados por beneficiários ou destinatários da intervenção também podem realizar uma avaliação do Programa, ao nível dos seus desejos, expectativas, actuação do Programa, impacte na vida pessoal e profissional, ou até o grau de satisfação obtido.

iv) **Stakeholders/ Actores** – considerando a importância dos actores que intervêm na implementação das políticas, mas também os outros que têm interesses ou são afectados pela mesma;

v) **Profissionais** – esta avaliação enquadra os profissionais que intervêm directamente na implementação e constitui uma auto-avaliação da sua actuação, ou então uma avaliação feita por outros profissionais que avaliam os seus pares.

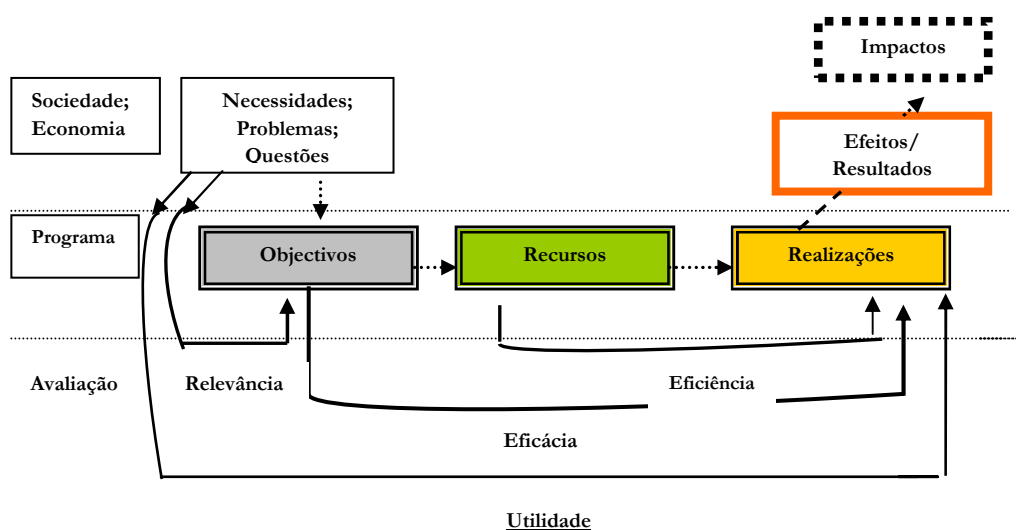
No que concerne aos **critérios económicos**, a avaliação é efectuada considerando os custos dispendidos no âmbito da implementação da política ou programa. Assim, para aferir o critério de produtividade é o ratio output/custos; para o critério de eficiência, é o ratio custo/benefício. Rocha, J.A. Oliveira (2010:142-143)

A definição de questões de avaliação é uma parte crucial da fase inicial de qualquer tipo de avaliação. Assim, de acordo com o Guia para a Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico - EVALSED (2004:43) as questões de avaliação podem colocar-se a diferentes níveis: i) Descritivas - questões orientadas para a observação, a descrição e a mediação da mudança; ii) Causais - tentam compreender e aferir as relações de causa e efeito; iii) Normativas - que apuram critérios de avaliação; iv) Prospectivas - tentam prever os acontecimentos que resultaram das intervenções planeadas; v) Críticas - têm por finalidade apoiar a mudança, considerando em certos casos uma perspectiva de valor.

Nesta óptica, as questões de avaliação que incluem critérios de opinião pertencem a uma das categorias seguintes (Guia da EVALSED (2004:43-45):

- **Relevância** – “refere-se à adequabilidade dos objectivos explícitos do programa em relação aos problemas socioeconómicos que devem solucionar”. Em suma, enquadram-se as seguintes questões: “Em que medida é que os objectivos do programa se justificam pelas necessidades? Poderá comprovar-se o motivo da sua existência? Correspondem às prioridades locais, nacionais e europeias?”

**Figura 5 – Critérios de Avaliação**



*Fonte: Adaptado Guia EVALSED (2004:44)*

- Eficácia – compreendem a aferição dos objectivos previstos no programa, ou seja, “se estão a ser alcançados, quais os sucessos e as dificuldades, e se as soluções seleccionadas são as adequadas, bem como qual a influência dos factores externos, com origem fora do programa.” Aqui poderemos encontrar resposta para questões, tais como: “Em que medida é que os objectivos foram alcançados? As intervenções e os instrumentos utilizados produziram os efeitos esperados? Poderá obter-se mais efeitos utilizando instrumentos diferentes?

- Eficiência, pretende-se efectuar uma avaliação comparando os resultados obtidos ou, de preferência, os impactos produzidos, e os recursos mobilizados. Os efeitos obtidos estão em conformidade com os recursos aplicados? Os objectivos foram alcançados aos custos mais reduzidos? Seria possível obter-se melhores efeitos ao mesmo custo?

- Utilidade - tem por objectivo julgar “os impactos obtidos pelo programa em relação a necessidades sociais e económicas mais alargadas,” ou seja, se os efeitos esperados ou inesperados são globalmente satisfatórios, do ponto de vista dos beneficiários directos ou indirectos.

Estes são apenas alguns dos critérios que podem ser levados em conta aquando da operacionalização de uma avaliação, não sendo exclusivos existem outras vertentes da intervenção nomeadamente, a sustentabilidade, adicionalidade, inércia, entre outros. Evalsed (2004:46)

## **Capítulo 2 – Aprendizagem/ Ensino da Língua: Estratégia e objectivos enquanto política pública**

### **1. A aprendizagem da língua como direito fundamental do migrante**

De acordo com o Secretário de Estado Adjunto Feliciano Barreiras Duarte citado em Gouveia, A. et al. (2005:15) “dentro da grande variedade de abordagens que os temas da integração têm por toda a Europa e pelo mundo, há um consenso generalizado sobre a necessidade do domínio da língua do país de acolhimento para a criação de condições de inclusão dos estrangeiros na sociedade. As competências linguísticas são essenciais no plano profissional, no plano escolar, na possibilidade de criação de redes de conhecimento, mas também como instrumento cultural e social.”

Por outro lado, segundo Farmhouse, R. “é imprescindível o reconhecimento do domínio – falado e escrito – da língua do país de acolhimento como alavanca fundamental à sua plena integração. Integração que se inicia, desde logo, com o processo de aproximação aos autóctones, passando pelo contacto quotidiano com as várias instituições públicas e privadas presentes no país, até à necessidade de comunicação no mundo do trabalho e noutras esferas de participação na vida activa.” (2009)

No âmbito das prioridades estabelecidas na Declaração e no Plano de Acção da 3ª Reunião do Conselho da Europa, em Varsóvia, a Resolução 1511 (2006, § 4.2) da Assembleia Parlamentar centrou as suas actividades no campo da migração com enfoque na promoção do "diálogo intercultural, encorajar a tolerância e garantir a integração das comunidades imigrantes nas sociedades de acolhimento "

Neste contexto, o Conselho da Europa pretende disponibilizar aos seus Estados-Membros apoio para encontrar soluções para os problemas linguísticos que os imigrantes enfrentam e interferem necessariamente em todos os aspectos do acolhimento e integração dos migrantes, como sejam a sua situação jurídica, acesso ao emprego, à saúde, habitação, serviços, entre outros. Beacco, J. C. (2008:7) As questões que se levantam estão relacionadas com o ensino da língua nacional da sociedade de acolhimento aos migrantes para uso na vida pessoal, social e profissional; bem como a integração dos migrantes na sociedade de acolhimento de forma a que se tornem cidadãos activos numa sociedade democrática.

O apoio linguístico aos migrantes, a sua adaptação às normas da sociedade de acolhimento (os seus direitos e responsabilidades como residentes ou cidadãos do futuro, por exemplo) e a sua aceitação por todos, levanta aqui algumas questões de coesão social, muito

comuns na Europa, que historicamente tem sido uma área de confluências de migrações internas, mas também de migrações de outras partes do globo. Beacco, J. C. (2008:14)

As políticas de língua e de apoio aos adultos migrantes para a promoção da sua integração, têm a sua base num conjunto de instrumentos internacionais, na área dos direitos humanos que são a Carta Social Europeia (revista), em especial o art.º 19º, parágrafo 11; a Convenção Europeia do Estatuto Legal dos Trabalhadores Migrantes (1983) e por fim a Convenção da Participação dos Estrangeiros na vida pública ao nível local (1997).

Estas disposições são implementadas através do desenvolvimento de políticas de integração que visam dar uma maior visibilidade para as questões de linguagem; sendo que este conjunto de medidas fornece um quadro jurídico para a acção dos Estados-membros junto dos adultos migrantes, bem como os direitos e responsabilidades das instituições e dos migrantes em termos de ensino/aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento. Beacco, J. C. (2008:14)

Neste âmbito a Carta Social Europeia (revista) em 3 de Maio de 1996, no artigo 19º denominado “O direito dos trabalhadores migrantes e suas famílias a protecção e assistência”, prevê no parágrafo 11 que:

“Com vista a assegurar o exercício efectivo do direito dos trabalhadores migrantes e das suas famílias à protecção e à assistência no território de qualquer Parte, as Partes comprometem-se:

11) A favorecer e a facilitar o ensino da língua nacional do Estado de acolhimento ou, se neste houver várias, de uma delas, aos trabalhadores migrantes e aos membros das suas famílias;

No Relatório da Carta Social Europeia (revista) é indicado que este é parágrafo é novo e foi adicionado pela sua importância na garantia da protecção dos trabalhadores migrantes, no que respeita à saúde e protecção no trabalho, bem como por outro lado, facilitar a integração dos trabalhadores migrantes e das suas famílias.

Em alguns países a aprendizagem da língua é obrigatória, por vezes como parte de um “contrato de integração” e noutros é voluntário cabendo ao imigrante a decisão de aprender a língua da sociedade de acolhimento. Segundo, Beacco, J. C no desenvolvimento de uma política de integração de imigrantes através do ensino/aprendizagem de língua por adultos migrantes, é necessário ter presente a sua condição, i.e., se são migrantes recém-chegados ou já residentes; por outro lado, considerar o seu património linguístico e a sua experiência, bem como as circunstâncias da sua entrada e acolhimento no país. (2008:9)

Considerando o atrás exposto, infere-se que não pode haver uma única solução padrão para organizar a educação linguística e cultural da língua do país de destino, independentemente das formas ou objectivos de que esta possa revestir, ou até pela aplicação de testes de diagnóstico, que permitem aferir o nível de proficiência linguístico da sociedade de acolhimento necessário ao migrante. Beacco, J. C. (2008:9)

A multiplicidade de competências dos migrantes adultos, nomeadamente a experiência linguística e necessidades é muito similar à pluralidade das sociedades europeias existentes, e reflecte a diversidade de línguas e tipos de comunicação, comunidades e grupos sociais, confissões religiosas, culturas educacionais e identidades. Beacco, J. C. (2008:9)

As necessidades linguísticas dos imigrantes adultos diferem em termos de língua de origem e língua da sociedade de acolhimento, mas também dependem do tipo de migrantes: refugiados políticos, migrantes em trânsito, os trabalhadores de longa duração/curta duração, residentes (não cidadãos), esposas dos migrantes desempregados, recém-chegados, etc. Estas diferenças podem ser de ordem económica, cultural e até sociológica, considerando a natureza da migração e têm repercussões sobre as necessidades dos migrantes, nomeadamente a língua, o idioma para as situações de comunicação, em que é necessária alguma proficiência linguística. Estas questões devem servir de base às instituições que organizam programas de língua e que determinam os seus objectivos. Beacco, J. C. (2008:9)

## **2. Uso da Língua e o utilizador aprendente**

As necessidades linguísticas dos imigrantes, tal como já foi referido dependem de um conjunto de factores que podem ser de natureza económica, política ou sociológica, mas também da sua situação jurídica no país de destino. Beacco, J. C. (2008:9)

Assim, esta diversidade reflecte-se igualmente no uso que o imigrante faz da língua da sociedade de acolhimento nos vários aspectos da sua vida. No QECR (2001:76) são identificados os seguintes domínios:

- Domínio pessoal: a vida privada, família, amigos, actividades privadas (ler, assistir televisão, desporto, etc.);
- Domínio público: actividades como cidadão, membro de uma organização, etc.;
- Domínio profissional – relação com o trabalho ou profissão;
- Domínio educativo: na relação com uma instituição de ensino, para a aprendizagem formal (mas não necessariamente).

Outras das questões que também não deve ser esquecido, é o uso da língua do país de origem pelos imigrantes, que será maior ou menor, de acordo com o uso que fazem na sociedade de acolhimento. As situações em que normalmente há lugar ao uso da língua do país de origem são as relacionadas com a esfera privada, ou seja, no seio familiar ou com amigos, ou até vizinhos. Beacco, J. C. (2008:10). Assim, o uso da língua do país de origem dependerá de um conjunto de factores, como sejam:

a) a escolha pessoal do indivíduo, regido pelo desejo de i) tornar-se mais ou menos integrado na sociedade de acolhimento; ii) manter ou abandonar a relação com a língua e a cultura de origem;

b) o grau e os tipos de domínio da língua do país de origem;

c) as situações em que é usado na vida quotidiana (dentro e fora da família);

d) o acesso à língua, em especial ao ensino da língua do país de origem na sociedade de acolhimento integrada no sistema de ensino (educação bilingue, língua do país de origem como disciplina), ou pela disponibilização do ensino da língua do país de origem nas associações de imigrantes ou a existência de canais de televisão. Beacco, J. C. (2008:10)

Estes factores podem levar a uma ampla gama de escolhas linguísticas, que podem ir desde a recusa em usar a língua de origem a uma recusa em aprender a língua da sociedade de acolhimento, associada a alguma afectividade, que pode ter consequências como por exemplo, até algum isolamento na comunidade. A língua da sociedade de acolhimento para certos imigrantes oriundos dos PALOP ou do Brasil, já lhes é familiar, enquanto que para outros imigrantes é totalmente desconhecida. Beacco, J. C. (2008:10)

Ainda nesta perspectiva das necessidades linguísticas dos migrantes e das suas expectativas na sociedade de acolhimento, há que considerar o anteriormente referido, ou seja, o seu património cultural, linguístico e as suas competências pessoais e profissionais, na medida em que estas interferem no processo de aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento. Esta “bagagem” que o imigrante traz compreende:

⇒ Nível de escolaridade (que pode ir desde a ausência de literacia, a níveis baixos de escolaridade ou elevadas qualificações escolares) e formação profissional;

⇒ A natureza do *repertório linguístico*, entendida aqui como todas as variedades de uma língua em que um indivíduo tem alguma proficiência (primeira língua, língua que aprendeu na escola, língua que aprendeu no exterior/estrangeiro, etc.), independentemente do nível ou propósito. podem ser falantes com um extenso repertório linguístico, conscientes das suas

competências ou plurilingue, ou pelo contrário no extremo oposto, falantes com um repertório limitado, considerando-se como monolíngues e/ou sem experiência de aprender uma língua estrangeira. linguísticos podem incluir línguas estrangeiras utilizadas na Europa como línguas nacionais/oficiais (Inglês, Espanhol, etc.), ou línguas adquiridas ou não através de aulas;

⇒ As similitudes entre a língua do país de origem e a língua da sociedade de acolhimento, especialmente no sistema de escrita: línguas com um alfabeto romano, com outros sistemas alfabéticos (Europeu, Mediterrâneo, Ásia, etc.), com um sem sistema de escrita;

⇒ A lacuna entre os comportamentos de linguagem (oral e escrito) da comunidade do país de origem e as da comunidade da sociedade de acolhimento (formas de cortesia verbal, por exemplo). Beacco, J. C. (2008:10-11)

Por último é essencial quando se pretende organizar cursos de língua, a consideração do factor tempo; estamos a falar da duração e do ritmo, o que leva à frequência da acção: (ibidem)

- O tempo necessário para adquirir proficiência na escrita e na produção de trabalhos escritos, num sistema de ensino normal (europeu) demora cerca de 7-8 anos ou mais para os alunos (nativos);
- O tempo necessário para aprender o idioma do país anfitrião numa situação de ensino normal e com tempo de estudo pessoal, que será limitada para os adultos migrantes por causa do emprego (horas de trabalho, trabalho nocturno, etc. dependentes), condições de vida, ausência de costumes de aprendizagem formal, etc.;
- A idade em que os adultos imigrantes têm emigrado, o que exigirá a adaptação de cursos em conformidade.

Sabemos que a migração não é um acto isolado, mas sim um processo, com vários cenários, que pode ser dividido em fases ou momentos: Beacco, J. C. (2008:12)

- Na fase anterior à migração, as pessoas podem efectuar um planeamento e preparem-se a eles próprios ou a elementos da sua família, para a aprendizagem de certo idioma, considerando os seus planos (ex: pais contemplando a emigração para os seus filhos e incentivam à aprendizagem de um certo idioma);
- A chegada à sociedade de acolhimento, que é um tempo de urgência quando os adultos migrantes devem ter os recursos linguísticos (já adquiridos ou a adquirir no futuro) que lhes permita o acesso ao emprego, habitação, cultura, serviços de saúde, serviços públicos, educação e aos meios de comunicação;



- A residência na sociedade de acolhimento pode ser breve ou pode consistir em estadias regulares, alternando entre o país de origem e a sociedade de acolhimento, que tem consequências para a proficiência em língua de ambos os países;
- A residência pode ser por um período longo com uma intenção de voltar ao país de origem, mas com tempos de estadia mais reduzidas no país de origem (apenas para férias, por exemplo); em caso de estadias regulares, poderá ser pedido junto dos serviços competentes, um pedido de estatuto de residente de longa duração;
- A residência pode ser considerada permanente pelos adultos migrantes, mas os seus filhos podem regressar ao país da sua família de origem (que não é incompatível com um pedido de naturalização);
- A residência pode encorajar os imigrantes a se tornar cidadãos dos países em que estão e escolheram para viver.

Assim, fica claro que dependendo do estágio de migração em que o migrante se encontre as suas necessidades linguísticas vão variar. Nesta mesma óptica, as expectativas da sociedade de acolhimento também podem variar, isto é, se a formação em língua disponibilizada abrange apenas os recém-chegados ou são concebidos para os imigrantes residentes, ou se a proficiência linguística está relacionada com o direito de residência ou o acesso à cidadania, etc. Beacco, J. C. (2008:12)

### **3. Diversidade Linguística e coesão: a língua como veículo para a integração social dos adultos migrantes**

O princípio subjacente das políticas de línguas para adultos migrantes é, portanto, que a interacção entre as linguagens utilizadas pelos migrantes e a língua utilizada pela sociedade de acolhimento deve facilitar a integração e aceitação mútua em vez de dar origem a segregação e isolamento. Assim, não se coaduna com este pressuposto, alguma espécie de hierarquia no confronto entre a língua do país de origem e a língua da sociedade de acolhimento em que uma se possa sobrepor à outra; pois sabe-se que quando se vê as línguas "dos outros", através da lente de estereótipos sociais dominantes, podem levar a percepções discriminatórias daqueles que os usam. Beacco, J. C. (2008:14)

Portanto, é importante que as políticas de língua devem ter por objectivo, o combate a tais estereótipos, a fim de promover a convivência harmoniosa de línguas e permitir que os indivíduos possam fazer uso dela em arena pública. Para os migrantes, assim como para outros grupos de pessoas - cidadãos residentes ou estrangeiros - o objectivo das políticas de língua é

assegurar que, quaisquer que sejam as circunstâncias, as variedades de linguagem presentes em um território (seja "nativo" ou mais recente) não constituem um factor de exclusão. Beacco, J. C. (2008:14)

Segundo Beacco, J. C. (2008:15) “adult migrants’ knowledge of a/the language of the host country should not therefore be regarded as a precondition for residence or access to nationality. Employing the host society’s language and using several languages for communication is both the most direct form of inclusive socialisation and a “natural” form of language acquisition. Since languages are acquired in the course of communication, it is obvious that active involvement in the life of society (from the very outset of a migrant’s stay), including through the cultural activities of migrants’ associations, is the condition for successful language learning: a/the national/official language is learnt through everyday engagement with the life of society, drawing first and foremost on all the resources of the individual repertoire and with cooperation from those “native” speakers who show linguistic goodwill towards new arrivals and help them with the learning process”.

Da análise efectuada, é possível aferir que para este autor o conhecimento da língua da sociedade de acolhimento pelos adultos migrantes, não deve ser considerada como uma condição prévia para a residência ou o acesso à nacionalidade. A justificação é dada pelo autor, na medida em que considera que o uso da língua da sociedade de acolhimento nas várias situações de comunicação é a forma mais directa de sociabilização e consequentemente de aprendizagem da língua de forma “natural”. Por outro lado, acrescenta que se a língua é adquirida no decurso da comunicação, é óbvio que o envolvimento activo do migrante na vida da sociedade (desde o início da estadia na sociedade de acolhimento), incluindo a participação em actividades culturais das associações de migrantes, é condição para a aprendizagem de línguas bem sucedida: a língua nacional/oficial é aprendida através do envolvimento diário na vida da sociedade, recorrendo em primeiro lugar aos seus próprios recursos “repertório individual” e contando com a cooperação dos “nativos” oradores que demonstram disponibilidade e benevolência para com os recém-chegados e ajudam-nos no processo de aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento. Beacco, J. C. (2008:15)

interesse de todos que esta “aclimação linguística” dos migrantes deve ocorrer o mais rapidamente possível, para que a sociedade possa beneficiar da contribuição e as competências dos migrantes recém-chegados, que irá abastecer o mercado de trabalho e gerar impostos para a comunidade. (2008:15)

#### **4. Processo de aquisição de uma língua estrangeira**

Em suma, falar a mesma língua permite que os homens e as mulheres de uma determinada sociedade possam trocar ideias, trabalhar em conjunto, potenciar as relações humanas, tentar evitar os conflitos e viver em estabilidade.

A aprendizagem da língua também pode ser vista como um factor “potenciador” da exclusão, na medida em que constitui um pilar de poder, entre os que dominam e os que não dominam os códigos e, por outro lado, como factor incisivo de diferença entre culturas.

Senão vejamos, se considerarmos a questão da exclusão, ela verifica-se por exemplo, na questão da variedade/variante de uma mesma língua, a este propósito, este termo é definido por Garmadi como “conjuntos de diferenças situadas simultaneamente aos níveis do léxico, da gramática e da fonologia, ou só a um dos dois destes níveis dentro do sistema”. (1983:29)

Nesta óptica, se uma determinada língua é a oficial, a proeminente, a mais usual na comunicação entre os indivíduos da sociedade onde o imigrante se encontre, é passível de haver aqui algum sentimento de inferioridade, de exclusão e até de rejeição, na medida em que muitas vezes a inserção no mercado de trabalho não é pacífica.

Assim, Bagno refere que “o que está sendo avaliado não é apenas a língua da pessoa, mas sim a própria pessoa, na sua integridade física, individual e social”. Em paralelo, podemos referir que a língua pode ser usada para oprimir, subjugar, mas também é inegável o seu uso para transmitir pensamentos, afectos, emoções e potenciar as relações sociais. (2003:29)

De acordo com Bagno, Stubbs e Gilles, a “língua como essência não existe: o que existe são seres humanos que falam as línguas. A língua não é uma abstracção: muito pelo contrário, ela é tão concreta quanto os mesmos seres humanos de carne e osso que se servem dela e dos quais ela é parte integrante”. (2005:23)

Esta citação apenas reforça que a língua somos nós, como pessoas, como indivíduos participantes activos na experiência de falar uma língua, isto é de “experienciar” uma língua.

É inequívoco que aprender uma língua estrangeira, no sentido que não é a língua materna, não se cinge apenas a uma enumeração de vocabulários, estruturas linguísticas, apropriação do som das palavras e das funções da linguagem, mas compreende igualmente a aprendizagem dos diferentes modos de ser, ver, pensar, agir da língua e da cultura da sociedade de acolhimento.

Deste modo, propomo-nos abordar os factores que influenciam a aquisição da língua estrangeira. São vários os autores que apresentam teses sobre as teorias/modelos de aquisição de

uma segunda língua - SL, no entanto ainda não existe um consenso sobre a forma de aprendizagem da língua, na medida em que constitui um fenómeno complexo. Larsen-Freeman (1991:227)

Segundo a autora Paiva, V.L.M. os vários modelos de aquisição existentes não prevêm todos os processos inerentes na aquisição de uma língua, e em especial de aquisição de uma língua estrangeira - LE. Assim, considera que os modelos na sua maioria são fragmentados, e não vêm o sistema no seu todo. “Embora seja possível teorizar sobre a existência de alguns padrões gerais de aquisição, cada pessoa tem as suas características individuais, sendo impossível descrever todas as possibilidades desse fenómeno. Há variações biológicas, de inteligência, aptidão, atitude, idade, estilos cognitivos, motivação, personalidade e de factores afectivos, além das variações de contexto onde ocorrem os processos de aprendizagem – quantidade/ qualidade do input disponível, distância social, tipo e intensidade de feedback, cultura, estereótipos, entre outros”. (2005:23-36)

Nunan (2001:91) reitera a complexidade do fenómeno de aquisição uma língua estrangeira referindo que nas pesquisas levadas a cabo, os pesquisadores começaram a perceber que existem dimensões sociais e interpessoais, bem como psicológicas que influenciam a aquisição de uma língua estrangeira, que o input (entrada de informação) e o output (saída de informação) são ambos importantes, que forma e significado são em última instância inseparáveis, e que a aquisição é um processo orgânico ao invés de um processo linear. " Paiva, V.L.M. (2005:23-36)

Conforme já referido, são várias as propostas de teoria de aquisição de uma língua e a autora Paiva, V.L.M apresenta as que têm pensado a aquisição, como um “processo linear e mecanicista da previsibilidade”, ainda que refira que muitas outras poderiam ser apresentadas pois também apenas apontam para uma parte/sub-sistema do processo complexo de aquisição de uma língua. (2005:23-36):

- Modelo behaviorista – vê a aquisição como a criação de hábitos automáticos adquiridos através da imitação em forma de repetição;
- Hipótese do *input* de Krashen (1985) ressalta a importância de *input* compreensível adicionado a um nível de dificuldade (i+1) para que a aquisição ocorra;
- Hatch (1978) enfatiza a importância da interacção, especialmente para a aquisição de vocabulário: o aprendiz interage com falantes mais proficientes, negocia o sentido e adquire a língua;

- Schumann vê a aquisição da SL – segunda língua, como um processo de aculturação, ou seja, uma maior adaptação ao grupo social sem a interferência de factores afectivos (ex. choque cultural) é a causa da aquisição da língua falada por aquele grupo. Na visão de Schumann, quanto mais o aprendiz se aproxima da cultura do outro (aculturação), mais ele aprende a língua Ellis (1985 e 1997).

Face ao acima exposto e correndo o risco de apenas considerar uma parte do processo de aquisição de uma segunda língua, propomo-nos apresentar o Modelo de aquisição de segunda língua, também denominado de Modelo de Aculturação, defendido Schumann, J. H., considerando o público-alvo do presente trabalho, os imigrantes.

Segundo este autor, existem um conjunto de factores: social, afectivo, personalidade, cognitivo, biológico, aptidão pessoal, instrução e conhecimento linguístico, como determinantes para a aquisição de uma língua estrangeira, para uma melhor proficiência linguística. Schumann, J. H. (1986:380)

Da lista acima referida Schumann, J. H. considera como mais importantes os factores social e afectivo, como sendo os mais determinantes e, desta forma, agrupa-os numa só categoria a que denomina de Aculturação e que define como “a integração social e psicológica do aprendiz com o grupo da língua alvo”. (1986:379-380)

Nesta óptica, distingue a aculturação em dois tipos:

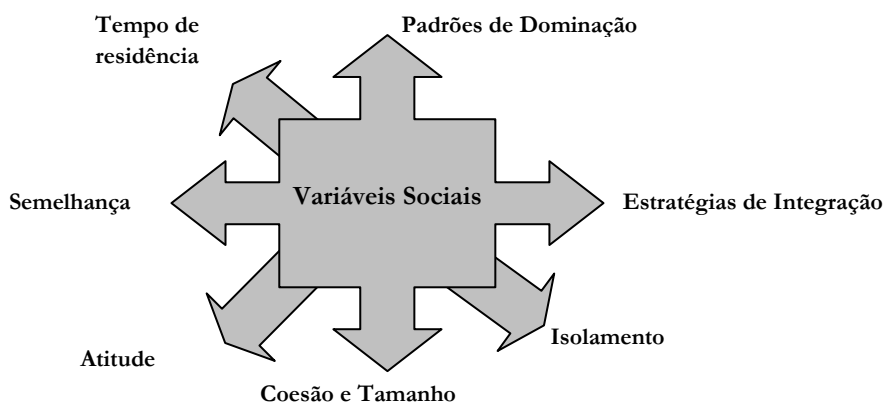
i) na primeira, as condições ideais são aquelas em que o aluno está socialmente integrado no grupo da língua de acolhimento, o que proporciona contacto suficiente com a língua da sociedade de acolhimento para aprendê-la, o que significa que psicologicamente está receptivo para a outra língua;

ii) na segunda, para além da situação acima identificada, o aluno vê os falantes da língua de acolhimento como um grupo de referência e, consciente ou inconscientemente, quer adoptar os seus valores e estilo de vida. (1986:380)

A este propósito, Schumann, J. H. refere que estes dois tipos de aculturação podem ter lugar no processo de aquisição de uma língua, mas as diferenças apresentadas, têm em sempre em comum que a proximidade social e psicológica à língua da sociedade de acolhimento, é a componente essencial na aculturação e que a adopção dos valores e estilo de vida do grupo da língua da sociedade de acolhimento não significam necessariamente um processo de aquisição de língua, com sucesso.

Assim, no que respeita ao grau de aculturação, este pode ser influenciado por dois tipos de variáveis: **sociais e afectivas**, que promovem ou inibem o contacto entre dois grupos sociais que falam línguas diferentes; um grupo é o que está em processo de aprendizagem da língua e o outro grupo é o da língua da sociedade de acolhimento. No que respeita às variáveis sociais, são apresentados os seguintes factores, conforme a figura abaixo. Schumann, J. H. (1986:379-392)

**Figura 6 – Grau de Aculturação – Variáveis Sociais**



Fonte: Adaptado de Schumann, J. H. (1986:379-392)

Schumann, J. H. afirma que se um grupo cultural, político ou económico dominante oferece resistência em aprender a língua do grupo dominado, o mesmo acontece na situação inversa, ao que chamou Padrões de dominação. Ainda a este propósito, o autor refere que a mesma dificuldade não é natural entre grupos que têm status político, cultural, técnico e económico semelhantes, pois o contacto entre os dois grupos é mais extenso o que contribui para intensificar a aprendizagem. (1986:379-392)

O segundo factor social que afecta a aprendizagem da língua, denominada Estratégias de Integração, Schumann, J. H. considera que englobam três tipos de estratégias de integração: a assimilação, preservação e adaptação; no entanto, o autor prefere usar o termo aculturação, em vez de adaptação. Na presente análise, a adaptação é identificada como uma das estratégias de integração, e a aculturação, é usada num sentido mais amplo para referir os contactos sociais e afectivos com o grupo da língua da sociedade de acolhimento. Tendo sempre presente o processo de aprendizagem da língua, este autor considera que a assimilação dos valores e estilo de vida do grupo de língua da sociedade de acolhimento, com o consequente abandono dos de seu grupo, favorece a aprendizagem da língua em função da maximização do contacto entre os dois grupos.

Se falarmos de preservação, ou seja, em situação inversa estamos perante um grupo que resiste à cultura do outro e preserva os seus próprios valores e estilo de vida, o que cria uma distância social entre os dois grupos, o que torna mais difícil a aquisição.

Por último o autor referencia a adaptação, quando o grupo adapta-se aos valores e estilo de vida do grupo da língua alvo e mantém os seus próprios valores e estilo de vida para uso interno no grupo; neste caso, o autor considera que o contacto entre os grupos é variável, pelo que também será variável o grau de aquisição da língua do grupo da sociedade de acolhimento. (1986:379-392)

A questão do Isolamento, é o terceiro factor que influencia a aquisição da língua da sociedade de acolhimento e pode ser vista pela partilha realizada entre os grupos; segundo Schumann, J. H., se o grau de partilha das actividades sociais entre os dois grupos (igrejas, escolas, clubes, espaços recreativos, actividades artísticas, profissões, comércio) for elevado, o grau de isolamento é baixo; se for limitado às oportunidades de aquisição da língua, porque os dois grupos têm diferentes igrejas, escolas, clubes, profissões, entre outros, o grau de isolamento é alto, porque o contacto entre os dois grupos é reduzido e como tal, as oportunidades de aquisição da língua são reduzidas. (1986:379-392)

A coesão e o tamanho, influenciam também a aquisição de uma língua, na medida em que grupos coesos e grandes acabam por interferir negativamente na aquisição, pois os seus membros tendem a manter-se separados do grupo da língua alvo e a interagir mais dentro do seu próprio grupo, o que reduz as oportunidades de aquisição da língua.

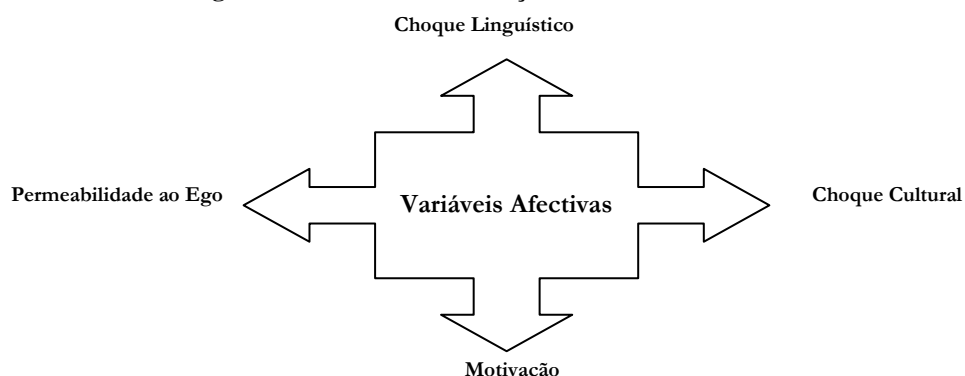
A similitude ou as semelhanças entre as duas culturas é apresentada pelo autor, como um dos factores que afecta o grau de contacto entre os dois grupos, na medida em que defende que a aquisição será provavelmente mais facilitada se houver semelhanças entre os dois grupos.

No que diz respeito à questão da Atitude, que é apontada pelo autor como um dos factores sociais mais importantes, releva do facto de que se os dois grupos têm uma atitude positiva recíproca, a probabilidade de aquisição da língua é maior, do que quando se vêem uns aos outros de forma negativa.

Por fim, o tempo de residência pretendido na sociedade de acolhimento, este aspecto de acordo com Schumann, J. H. seria um factor de promoção da aprendizagem, no pressuposto de que se um determinado grupo pretende permanecer mais tempo na sociedade de acolhimento, desenvolverá mais contactos com o outro grupo, o que promoverá uma maior aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento.

No que respeita às variáveis afectivas, Schumann, J. H. identifica: choque linguístico, choque cultural, motivação e permeabilidade do ego. No entanto, chama a atenção para o facto de que quando se falou das variáveis sociais, houve a preocupação de aferir a aprendizagem da língua por pessoas ou grupos; no entanto no que respeita às variáveis afectivas, estas estão relacionadas com a aprendizagem da língua, mas pelos indivíduos. Em suma, um indivíduo pode aprender em condições sociais que não são favoráveis para a aquisição de segunda língua, ou pode não aprender em condições sociais ditas favoráveis à aquisição de uma segunda língua. São os factores afectivos que influenciam a aculturação e promovem a aquisição da segunda língua. (1986:379-392)

**Figura 7 – Grau de Aculturação – Variáveis Efectivas**



Fonte: Adaptado de Schumann, J. H. (1986:379-392)

A questão do choque linguístico, coloca-se mais nos adultos, do que nas crianças, pelo que de acordo com Schumann, J. H., o adulto enfrenta mais problemas ao tentar aprender uma língua do que uma criança, pois tem medo de parecer ridículo e de não conseguir usar as palavras adequadas. É comum aos adultos, no processo de aquisição da língua, terem muitas dúvidas se as suas palavras reflectem exactamente as suas ideias. (1986:379-392)

Schumann, J. H., define choque cultural como a ansiedade resultante da desorientação encontrada ao se entrar numa nova cultura. Assim, segundo o autor, ao entrar num novo grupo, certas actividades que eram consideradas rotineiras na cultura do aprendiz, agora podem exigir mais energia e causar stress, ansiedade e medo, interferindo negativamente na aprendizagem da língua.

O domínio da língua da sociedade de acolhimento sendo uma das questões mais importantes para a integração de qualquer indivíduo, nem todos os imigrantes procuram realizar a sua aprendizagem num sistema de ensino/formação, o que poderá estar associado a receios, medos ou falta de confiança em si ou no sistema de educação/formação que desconhece.



A este propósito é de referir Balsa, C. que cita O. Williamson que explicita que a confiança pode ser definida como “um determinado nível de probabilidade subjectiva, estimada por um agente de que um outro agente, ou grupo, empreenderá uma acção específica”. (2006:9-22)

Quanto à forma como as relações de confiança podem ser estabelecidas Balsa, C. refere que “existe um consenso (...) de que as relações de confiança se estabelecem sempre que existam situações em que os sujeitos estão em condições, ou se vêem na obrigação, de ter de gerir laços sociais marcados pelo risco ou pela incerteza (...) que decorrem de um conhecimento insuficiente dos recursos disponíveis, das competências dos actores ou dos objectivos, álibis ou motivações que orientam a relação” (2006:9-22)

Assim, Schumann, J. H. para abordar o terceiro factor afectivo a motivação, refere a este propósito os investigadores Gardner e Lambert (1972) que encontraram dois tipos de motivação para a aprendizagem de uma língua. A motivação Integrativa (integradora) e a Instrumental. No que respeita à motivação Integrativa, corresponde ao desejo do individuo de aprender uma língua para fazer parte da cultura estrangeira, participando em interacções sociais, mas também um interesse pessoal, genuíno, pela cultura e pelos falantes da língua alvo. (1986:379-392)

A motivação Instrumental, já está relacionada com a aprendizagem de uma língua por necessidades específicas relacionadas com o estudo ou profissão, isto é, associada ao valor prático da aprendizagem da língua alvo, nestes termos, o indivíduo tem pouco interesse nas pessoas que falam a língua alvo, mas quer aprender a língua para a sua vida profissional ou para obter reconhecimento junto do seu grupo.

A este propósito, Schumann, J. H. defende que a motivação integrativa é “a mais poderosa, pois um aprendiz com essa motivação quer aprender a segunda língua para encontrar e conversar com falantes da língua alvo, saber mais sobre eles (...)”. No entanto, um indivíduo com uma motivação instrumental, também é expectável a sua integração, e portanto aprender a língua da sociedade de acolhimento, mas apenas até ao ponto em que as suas necessidades se encontram satisfeitas. (1986:379-392)

No que respeita às variáveis afectivas, há ainda a referir a permeabilidade do ego, sendo que Schumann, J. H. cita Guiora (1972) que define linguagem do ego “como a capacidade do indivíduo em adquirir a pronúncia da língua alvo”. Assim a permeabilidade do ego, pode ser entendida como a percepção que se tem dos limites da língua, e que são menos rígidas na infância. Assim, segundo Guiora (1972) a permeabilidade do ego pode ser induzida diminuindo

os níveis de inibição dos aprendentes, isto é, a aquisição com sucesso da língua alvo depende da descontração e receptividade dos aprendentes.

Por fim, Schumann, J. H. refere que se o choque linguístico e o choque cultural não forem superados e o aprendente não tiver motivação suficiente e apropriada, bem como permeabilidade do ego, então não estará completamente aculturado e por sua vez não aprenderá a língua da sociedade de acolhimento. (1986:379-392)

São vários os autores que criticam o postulado por Schumann, J. H. por acreditarem que não existe uma causa-efeito imediato, tanto mais que consideram que o postulado por Schumann, J. H. associa a questão da aprendizagem de uma língua a outra que tem a ver com a perda da identidade.

A este propósito, Linton (1963) citado em Stauble comenta que “ o processo de aculturação envolve modificação nas atitudes, conhecimento, e comportamento dos indivíduos e essas modificações envolvem não apenas a adição de novos elementos ao seu “background cultural”, mas também a eliminação de elementos prévios e a reorganização de outros. Não é apenas um problema de ajustamento aos hábitos culturais de outra cultura, mas também, a apropriação de hábitos linguísticos para funcionar dentro de um grupo linguístico”. (1980:43)

## **PARTE II – POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES: ACTORES, ESTRATÉGIAS E PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA DO PAÍS DE DESTINO**

### **Capítulo 1 – Breve abordagem aos fenómenos migratórios**

A migração de pessoas, na esmagadora maioria dos casos por razões que se prendem com a procura de trabalho e de melhores condições de vida, é um elemento constitutivo das sociedades contemporâneas, fruto de um fenómeno que deixou de ser provisório para, ao invés, se intensificar e diversificar, quer quanto às proveniências étnicas, culturais e linguísticas dos cidadãos migrantes quer quanto ao modo como é perspectivado pelos próprios e, sobretudo, pelas sociedades que os acolhem.

“Na segunda metade do século XX, as migrações internacionais despontaram como um dos principais factores de transformação e de desenvolvimento social em todas as regiões do mundo” Castels (2005:16) citando Boyle apresenta o termo migração como “o cruzamento da fronteira de uma unidade política ou administrativa por um certo período mínimo”. Paralelamente, esta migração pode ser interna ou internacional. As migrações internas “referem-se a uma deslocação a uma área (província, região, município) para outra no interior do mesmo país; enquanto as migrações internacionais implicam o cruzamento de fronteiras que separam pelo menos dois dos cerca de 200 estados que existem no mundo” Castels (2005:15-16).

As motivações para a decisão de migrar são de ordem vária que oscilam entre as puramente económicas, demográficas, sociais, políticas ou outras, nomeadamente resultantes de catástrofes naturais. Castles, S. (2005:18) esclarece que “uma das vias a que os Estados recorrem para melhorar o controle consiste na partição do conjunto dos migrantes internacionais em categorias”:

- Imigrantes laborais temporários: (...) homens e mulheres que emigram por um período limitado de tempo (desde poucos meses até alguns anos) para conseguir um emprego e enviar dinheiro para casa (remessas);
- Imigrantes altamente qualificados e empresários: pessoas com qualificação de gestão, de direcção, profissionais de elevada qualificação, técnicos ou equivalentes, que se movem no seio dos mercados de trabalho internos das empresas multinacionais e das organizações internacionais, ou que procuram emprego em mercados internacionais de qualificações raras;

- Imigrantes irregulares: (...) pessoas que entram num país, normalmente à procura de emprego, sem os documentos ou as autorizações necessárias;
- Refugiados: segundo a Convenção das Nações Unidas de 1951, relativa ao estatuto de Refugiado, um refugiado é uma pessoa que reside fora do seu país de nacionalidade, que não pode ou não quer regressar, “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas”;
- Requerentes de asilo: pessoas que cruzam fronteiras em busca de protecção, mas que não cumprem rigorosamente os critérios estabelecidos pela Convenção de 1951;
- Migração forçada: em sentido lato, incluem-se aqui não só os refugiados e os requerentes de asilo, mas também pessoas forçadas a deslocarem-se devido a catástrofes ambientais ou a projectos de desenvolvimento (como novas fábricas, estradas ou barragens);
- Membros da família (figura também conhecida como reunião familiar ou reunificação familiar): imigrantes que se vêm juntar a pessoas que já entraram num país de imigrantes tipificados numa das categorias anteriores;
- Imigrantes retornados: pessoas que regressam aos seus países de origem depois de um período noutro país.

Relativamente às causas subjacentes à migração são várias e Castles, S. referenciando (Hugo 1998) enumera-as, identificando que a mais comum é a diferença entre as regiões no que respeita aos critérios de rendimento, nível e emprego e bem-estar social. No entanto, também é de ressaltar, outros factores como sejam as disparidades demográficas, taxa de fertilidade ou mortalidade, a estrutura etária e o crescimento da mão-de-obra. A acrescentar às causas da migração, temos também de ter presente que segundo Hugo (1994) a “decisão de migrar não é tomada individualmente – essa decisão representa muitas vezes estratégias familiares para maximizar rendimentos e probabilidades de sobrevivência.” (2005:22-23)

Segundo o Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais “em 1970, os migrantes internacionais representavam mais de 10 por cento da população em 48 países. No ano 2000, esse número de países tinha subido para 70.” (2005:41),

Por sua vez, o Relatório das Migrações Internacionais da ONU de 2002, apresenta os dados relativos à evolução do crescimento da população migrante no período entre 1990 e 2000. Na sequência da análise efectuada por Castles, S. (2005:27), verifica-se que no ano de 2000 existiam “175 milhões de milhares de migrantes internacionais em todo o mundo (definidos como pessoas que viveram fora do seu país de nascimento pelo menos durante 12 meses). O

total global duplicou desde 1990, e 60% dos imigrantes vivem actualmente em países desenvolvidos (ONU 2002). Os migrantes representam hoje em dia, 3% da população global sem contar com os imigrantes ilegais”. Por outro lado, é também de ressaltar o crescimento substantivo verificado na América do Norte e Europa, com um diferencial de 48% e 15,8%, respectivamente.

**Tabela 2 – Dimensão e Crescimento do Stock de Imigrantes nas principais regiões 1990-2000**

Principais Regiões	1990	2000	Alterações: 1990 - 2000	
	Número (milhares)	Número (milhares)	Número (milhares)	%
<b>Mundo</b>	153.956	174.781	20.825	13,5
<b>Regiões mais desenvolvidas</b>	81.424	104.119	22.695	27,9
<b>Regiões em vias de desenvolvimento</b>	72.531	70.662	-1.869	-2,6
<b>Regiões subdesenvolvidas</b>	10.992	10.458	-534	-4,9
<b>África</b>	16.221	16.277	56	0,3
<b>América Latina e Caraíbas</b>	6.994	5.944	-1.051	-15,0
<b>América do Norte</b>	27.597	40.844	13.248	48,0
<b>Ásia</b>	49.956	49.781	-175	-0,4
<b>Europa</b>	48.437	56.100	7.663	15,8
<b>Oceânia</b>	4.751	5.835	1.084	22,8

Fonte: ONU (2002), International Migration Report 2002, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População

Na mesma óptica quase 175 milhões de migrantes internacionais foram estimados no âmbito do Relatório da OIM - Organização Internacional para as Migrações (2005:Vol. 3) para o ano 2000, o que representaria cerca de 2,9% da população mundial. Assim, para o ano 2005 o valor anteriormente apontado sofreu um acréscimo que compreende os valores entre 185 e 192 milhões de pessoas.

O RHD - Relatório de Desenvolvimento Humano (2009) estima que existem cerca de 740 milhões de pessoas que sejam migrantes internas, o que comparativamente com as que se deslocam a nível internacional, corresponde a quase quatro vezes mais. Por outro lado, a “maioria dos 200 milhões de migrantes internacionais do mundo mudou-se de um país em desenvolvimento para outro, ou entre países em desenvolvimento”. (RHD Sumário 2009:5)

No que respeita à mobilidade e à mais valia do mesmo, o RHD defende que “os migrantes aumentam a produtividade económica, com um custo irrelevante ou inexistente para os cidadãos nativos”. Por outro lado, no que respeita aos países de origem, as vantagens da mobilidade são sentidas “sob a forma de mais elevados rendimentos, maior consumo, melhor educação e condições de saúde, e um aumento geral nos níveis cultural e social.” (RHD Sumário 2009:7)

## **1. Políticas de Integração de Imigrantes na União Europeia**

A integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento é um dos maiores desafios que a União Europeia enfrenta, estando a ganhar cada vez mais importância, revela-se uma tarefa delicada e difícil. Sendo um processo contínuo e recíproco, quer dos imigrantes, quer da sociedade de acolhimento, baseia-se em direitos mútuos e obrigações correspondentes. COM (2000) 757 final.

O Conselho da Europa, na reunião extraordinária em Tampere a 15.10.1999, estabeleceu as orientações políticas e definiu alguns objectivos concretos para o desenvolvimento de uma política comum da União Europeia, no que respeita à Imigração. No âmbito desta política comum estava presente a preocupação de uma construção de política de integração que permitisse a garantia de um justo tratamento aos nacionais de países terceiros, com vista a conferir-lhes direitos e obrigações equivalentes aos dos cidadãos da União Europeia. COM (2001) 387 final

Não obstante estas orientações políticas, os estados-membros continuavam a ter responsabilidade por um conjunto de significativo de questões, nomeadamente no que concerne à entrada, saída e permanência de imigrantes, bem como à definição e implementação de uma política de integração.

De acordo com a União Europeia, não é possível desenvolver uma abordagem integrada para a imigração, sem considerar os efeitos e os impactos que essa política poderá ter na sociedade de acolhimento e nos próprios imigrantes. Nesta óptica, o sucesso de uma política de imigração iria depender de um conjunto de factores em presença, como sejam as condições sociais que os migrantes vão ter que enfrentar, as atitudes e a receptividade da população da sociedade de acolhimento, a convicção dos líderes políticos dos benefícios da diversidade cultural e de uma sociedade pluralista.

À medida que o número de nacionais de países terceiros aumentava em relação à população dos estados-membros, tornou-se cada vez mais importante a necessidade de enviares esforços de uma forma coordenada e concertada para garantir a integração social dos imigrantes. Neste sentido, o desenvolvimento de estratégias de integração adequadas é da responsabilidade dos estados-membros, no entanto com o envolvimento da administração central, local, bem como das entidades da sociedade civil e do terceiro sector.

Verifica-se assim, que sendo a política de integração uma questão com uma abrangência múltipla devido à sua natureza e extensão, bem como os diferentes actores da sociedade envolvidos na sua implementação, que a integração de imigrantes é um desafio para os governos

dos estados-membros e a sociedade civil. Em suma, o sucesso de uma política comum de imigração irá depender do grau de integração que os migrantes venham a ter no seu novo país de destino. Afinal, é sabido que sociedades pouco inclusivas ou tolerantes e que não permitem às minorias étnicas que possam viver em harmonia com a população local de que fazem parte, leva a actos de discriminação, racismo, xenofobia e exclusão social. COM (2001) 387 final

Com o fim de evitar algumas situações mais controversas ou delicadas, em Junho de 2003, a comunicação da Comissão Europeia sobre imigração, integração e emprego, volta a reflectir sobre as questões da integração dos nacionais de países terceiros. A importância da temática da integração de nacionais de países levou a várias discussões, com enfoque em vários aspectos COM (2003) 336:

- Que tipo de programas deviam ser levados a cabo e que tipo de medidas de integração deviam ser aplicadas;
- As medidas definidas pela Comissão seriam obrigatórias a todos os estados-membros;
- Qual o impacto do incumprimento das medidas definidas, se traz consequências jurídicas ou financeiras para o estado membro.

As discussões realizadas, vieram demonstrar que se estava a verificar uma tomada de consciência da inter-relação entre a imigração e a integração, mas também que existiam muitas semelhanças nos problemas enfrentados pelos estados-membros, bem como na maneira como procuravam resolvê-los. Isto levou a um crescente reconhecimento da necessidade de agir colectivamente ao nível da UE através do desenvolvimento de instrumentos comuns adicionais e adaptação dos existentes para enfrentar os novos desafios. COM (2003) 336 final.

### **1.1. Agenda Comum para a Integração**

O Conselho Europeu adoptou em 2004 o Programa de Haia, com o objectivo de reforçar a liberdade, a segurança e a justiça; sendo que neste âmbito foi aferida a necessidade de coordenação entre as políticas de integração nacionais de cada estado-membro e as actividades da União Europeia assentes em PBC - Princípios Básicos Comuns. COM (2005) 184

O Conselho Europeu adoptou os PBC para a política de integração dos imigrantes da União Europeia com o objectivo de ajudar os Estados-membros a formular as suas políticas de integração. Posteriormente a Comissão Europeia apresentou, em Setembro de 2005, a “Agenda Comum para a Integração” no qual propunha medidas que iriam permitir a operacionalização

dos princípios básicos comuns, bem como previa um enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia. COM (2005) 389 final

A Agenda Comum para a Integração tem um conjunto de princípios básicos comuns, que constituem uma lista indicativa para ser seguida pelos diferentes estados-membros da União Europeia, na definição e operacionalização de estratégias para potenciar a integração de nacionais de países terceiros:

- 1º Princípio “A integração é um processo dinâmico e bidireccional de adaptação mútua de todos o imigrantes e residentes nos Estados-Membros.”

- 2º Princípio “A integração implica o respeito pelos valores fundamentais da União Europeia.”;

- 3º Princípio “O emprego é um elemento essencial no processo de integração, sendo fundamental para a participação dos imigrantes, para o contributo que eles prestam à sociedade de acolhimento e para tornar visível esse contributo.”

- **4º Princípio “O conhecimento básico da língua, da história e das instituições da sociedade de acolhimento é indispensável para a integração: proporcionar aos imigrantes a possibilidade de adquirir esse conhecimento básico é essencial para lograr uma integração bem sucedida.”**

- 5º Princípio “Os esforços na educação são cruciais para preparar os imigrantes, em especial os seus descendentes, para serem participantes mais activos e com maior êxito na sociedade.”

- A Agenda Comum para a Integração define no sexto princípio básico que “o acesso às instituições, aos bens e aos serviços públicos e privados, por parte dos imigrantes, numa base de igualdade face aos cidadãos nacionais e de forma não discriminatória, é um fundamento para uma melhor integração.

- 7º Princípio “A interacção frequente entre imigrantes e cidadãos dos Estados-Membros é um mecanismo fundamental para a integração. Os fóruns onde participem uns e outros, o diálogo intercultural, a formação sobre imigração e culturas imigrantes, assim como o fomento das condições de vida em ambientes urbanos incrementam as interacções entre imigrantes e cidadãos dos Estados-Membros.”

- 8º Princípio “A prática de diversas culturas e religiões é uma garantia da Carta dos Direitos Fundamentais e deve ser salvaguardada, salvo em caso de incompatibilidade com outros direitos europeus invioláveis ou com a legislação nacional.”



- Por último, a Agenda Comum para a Integração define no 9º princípio que “a participação dos imigrantes no processo democrático e na elaboração de políticas e medidas de integração, especialmente a nível local, apoia a sua integração.”

- Concomitantemente, se for levado a cabo e com sucesso os 9 princípios básicos acima expostos, poderá ser possível dar sequência ao princípio 10º “a inclusão de políticas e de medidas de integração em todos os domínios políticos e níveis do governo e de serviços públicos pertinentes é um ponto a ter em consideração na formulação e na implementação de políticas públicas”.

- Nesta mesma óptica surge o 11º princípio que defende que “é preciso definir objectivos claros, desenvolver indicadores e mecanismos de avaliação para ajustar a política, avaliar os progressos em termos de integração e tornar mais eficaz o sistema de intercâmbio de informações.”

Dentre os princípios acima identificados, o que nos interessa para o presente estudo é o 4.º princípio que determina que “o conhecimento básico da língua, da história e das instituições da sociedade de acolhimento é indispensável para a integração: proporcionar aos imigrantes a possibilidade de adquirir esse conhecimento básico é essencial para lograr uma integração bem sucedida.” COM (2005) 389 final

Assim, na lista identificativa das orientações propostas no documento para o 4º princípio de aplicação nacional, encontram-se as seguintes:

- ✓ “Reforçar a vertente de integração nos procedimentos de admissão, por exemplo através de acções que antecedam a partida, como a distribuição de pacotes informativos e cursos de língua e de educação cívica no país de origem.”

- ✓ “Organizar programas e actividades de acolhimento aos nacionais de países terceiros recém-chegados que lhes permitam adquirir conhecimentos básicos sobre a língua, a história, as instituições, as características socioeconómicas, a vida cultural e os valores fundamentais.”

- ✓ “Propor vários níveis de cursos que atendam ao nível de ensino e ao conhecimento prévio do país por parte dos interessados.”

- ✓ “Reforçar os programas e actividades de acolhimento destinados aos familiares de pessoas sujeitas a procedimentos de admissão, às mulheres, às crianças, aos idosos, aos analfabetos e às pessoas com deficiências.”

- ✓ “Aumentar a flexibilidade dos programas de acolhimento, propondo cursos nocturnos e a tempo parcial, módulos intensivos e sistemas de ensino à distância e em linha.”

✓ “Orientar as actividades de acolhimento para os jovens nacionais de países terceiros com problemas sociais e culturais específicos ligados a problemas de identidade, designadamente através de programas com tutoria e modelos.”

✓ “Agregar recursos para que municipalidades vizinhas possam oferecer vários tipos de cursos”.

## **1.2. Relatório Anual sobre a Migração e Integração (2007)**

Na sequência da Agenda Comum para a Integração e dos compromissos aí assumidos, em 2007 foi elaborado o Terceiro Relatório Anual sobre a Migração e a Integração da Comissão Europeia, pelo facto da temática da integração ter tido uma atenção acrescida por parte dos Estados-membros. Assim, o relatório pretendia aferir a evolução registada pelos Estados-membros até Junho de 2007. COM (2007) 512 final

Da leitura realizada é possível verificar a implementação pelos estados-membros de algumas das orientações emanadas nos PBC, em especial referir aqui as relativas à operacionalização do 4º princípio, ou seja, de proporcionar aos nacionais de países terceiros a possibilidade de aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento. Por outro lado, é possível verificar a diferença de abordagens, de país para país. No que respeita os pacotes informativos em várias línguas para os recém-chegados nacionais de países terceiros, bem como a disponibilização de informações já estavam em vigor na maioria dos estados-membros, isto é, na Dinamarca, Alemanha, República Checa, Itália, Portugal, Luxemburgo, entre outros.

Quanto aos programas de acolhimento, foram igualmente introduzidos em alguns estados-membros, sendo que em alguns casos são obrigatórios, como seja na Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Países Baixos, etc. Por exemplo, na Áustria os imigrantes têm que assinar um Acordo de Integração para terem acesso à frequência de um curso de língua alemã de forma a obter uma autorização de residência. Por outro lado, na Dinamarca os nacionais de países terceiros para obterem a cidadania dinamarquesa têm que se submeter a um teste sobre a cultura, história e sociedade dinamarquesa, e para certas categorias de imigrantes também é obrigatório a realização de um teste de cidadania.

No que respeita a cursos de língua e de cidadania, Portugal aparece referenciado já a disponibilizar uma oferta formativa através do Programa “Portugal Acolhe” aos nacionais de países terceiros. Em França, o conhecimento da língua, dos valores e das instituições é um requisito para a aquisição do estatuto de residente de longa duração. Cursos de língua, incluindo o exame e a emissão do certificado são obrigatórios apenas em alguns níveis de proficiência e são gratuitos para os recém-chegados nacionais de países terceiros.

No que concerne à vertente de integração nos procedimentos de admissão, p. ex., através de acções que antecedam a partida, na Holanda são organizados testes de língua e cidadania obrigatórios aos imigrantes ainda no seu país de origem. Na Irlanda, os centros de informação cívica estão localizados em todas as cidades e disponibilizam programas de orientação, bem como folhetos informativos.

## Capítulo 2 - População Estrangeira e Políticas de Imigração e Integração em Portugal

### 1. Evolução da população estrangeira

Portugal que sempre foi considerado um país de emigração, transformou-se num país de imigração fruto da diversidade de fluxos imigratórios e de imigrantes que escolheram Portugal para se fixarem; assim, segundo Malheiros, J. M. (2003:189-191) é possível identificar 4 fases do processo migratório em Portugal.

A primeira abrange o período de descolonização até finais dos anos 70, a segunda fase que teria início no fim dos anos 70 até aos finais dos anos 80, que concentra maioritariamente os PALOP, com incidência para os cabo-verdianos.

Pires, R. P. confirma o exposto, referenciado que os fluxos migratórios oriundos das ex-colónias africanas tem início nessa época, ainda que durante o período colonial não eram contabilizadas pelo facto de serem consideradas, como migrações inter-regionais. Por outro lado, refere que “os mais importantes desses fluxos envolviam, por um lado, africanos que vinham para Portugal por motivos escolares, e por outro, trabalhadores desqualificados empregues, sobretudo na construção civil, quase exclusivamente recrutados em Cabo Verde com o objectivo de colmatar a escassez da mão-de-obra em sectores de mercado de trabalho mais afectados pela emigração para a Europa e pelo recrutamento militar durante as guerras coloniais (Amaro, 1986).“ (2003: 119-123)

**Tabela 3- Nacionais dos PALOP residentes em Portugal, segundo o período de imigração, por país de nacionalidade, 1981**

País de nacionalidade	Total	Antes de 1974		Após 1974	
		n.	%	n.	%
<b>Total</b>	40.797	12.112	29,7	28.685	70,3
<b>Angola</b>	17.184	2.436	14,2	14.748	85,8
<b>Cabo-verde</b>	17.309	8.055	46,5	9.354	53,5
<b>Guiné-Bissau</b>	989	325	32,9	664	67,1
<b>Moçambique</b>	3.883	696	17,9	3.187	82,1
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	1.432	600	41,9	832	58,1

Fonte: Pires, R. P. (2003) Migrações e Integração, Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa

A Tabela 3 permite uma análise dos fluxos e da diversidade, sendo que Pires, R. P. refere que “de acordo com os dados do XII Recenseamento Geral da População, 30% dos nacionais dos PALOP residentes em Portugal em 1981 tinham emigrado antes de 1973, variando essa percentagem entre 14% para os angolanos, e 47% para os cabo-verdianos”. (2003:123)

De seguida, de acordo com Malheiros, J. M. inicia-se a terceira fase, que traz a mudança e a diversidade já identificada e que elege Portugal país também de imigração, esta fase vai desde os finais dos anos 80 aos finais dos anos 90, incluindo novas nacionalidades às anteriores mencionadas, como sejam brasileiros e chineses, entre outros. (2003:189-191)

Segundo Pires, R. P. (2003: 119-123) neste período dá-se a complexificação do fenómeno migratório, sendo de referir que a “população estrangeira com autorização de residência aproximava-se dos 200.000 indivíduos, representado 2% da população residente total”, esta situação justifica-se porque “entre 1980 e 1999, a população estrangeira com autorização de residência em Portugal passou de 58 mil para 191 mil indivíduos, o que representa uma variação positiva de 229% e uma taxa de crescimento anual de 6,5%”. Da leitura, da Tabela 4 é possível aferir que nos anos 80 e 90, em termos gerais verifica-se um aumento gradual da população estrangeira com autorização de residência No que respeita aos europeus ainda que haja uma diminuição em termos de peso da população estrangeira em comparação à década de 60, em termos absolutos sofreu um aumento. Por outro lado, referenciar a partir dos anos 80 e seguintes, um aumento dos cidadãos oriundos da Ásia e da América.

**Tabela 4 - Evolução da população estrangeira com autorização de residência por região de origem, 1960, 1980, 1990, 1999**

Ano	Europa	África	América	Ásia	Outros	Total
<b>1960</b>	18.092	96	1980	208	138	<b>20.514</b>
<b>1980</b>	17.706	27.748	11.224	1.153	260	<b>58.091</b>
<b>1990</b>	31.377	45.255	26.369	4.187	579	<b>107.767</b>
<b>1999</b>	56.731	89.516	35.989	7.871	789	<b>190.896</b>

Fonte: Adaptado de Pires, R. P. (2003:138). Dados INE, Estatísticas Demográficas, SEF, Estatísticas de Estrangeiros

Por último, a quarta fase identificada por Malheiros, J. M. que começa em 2000, com um aumento muito significativo dos oriundos dos países de leste, que altera a tipologia da imigração a que estávamos habituados, contribuindo para uma dispersão geográfica dos imigrantes no território continental, ao mesmo tempo que ocuparam outras áreas profissionais, pouco procuradas pelos imigrantes já residentes em Portugal. (2003:189-191)

Nesta fase Pires, R. P. (2003: 172-175) alerta para o facto de que já nos finais dos anos 90, já era assinalado nos meios de comunicação o rápido crescimento dos fluxos migratórios, nomeadamente os provenientes do Leste europeu, ou seja, cidadãos oriundos da Ucrânia,

Moldávia e Roménia. No entanto esta realidade migratória só se torna visível com a publicação do Decreto-Lei n.º4/2001 de 10.01 que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento do território nacional, e cria o título de autorização de residência.

**Tabela 5 – População estrangeira com autorização de permanência por país de nacionalidade, 2001**

Principais países de nacionalidade	2001	
	N	%
<b>Total</b>	119.181	100,0
<b>Europa de Leste</b>		
<b>Ucrânia</b>	42.252	35,4
<b>Moldávia</b>	8.404	7,1
<b>Roménia</b>	6.926	5,8
<b>Rússia</b>	4.777	4,0
<b>PALOP</b>		
<b>Cabo Verde</b>	5.174	4,3
<b>Angola</b>	4.723	4,0
<b>Guiné-Bissau</b>	3.082	2,6
<b>Outros</b>		
<b>Brasil</b>	22.426	18,8
<b>China</b>	3.203	2,7
<b>Paquistão</b>	2.784	2,3
<b>Índia</b>	2.670	2,2

Fonte: Adaptado de Pires, R. P. (2003:174). Dados SEF, Estatísticas de Estrangeiros (30/11/2001)

Através da Tabela 5 é possível verificar a diversidade fruto do aparecimento de novas nacionalidades em Portugal, que pelo seu número já se constituem como comunidades representativas, deixando para trás a hegemonia que os PALOP detinham nos anos anteriores. Assim, os ucranianos em 2001, já representam 35%, sendo de ressaltar o aumento da população brasileira que já atinge os 18%. Ainda que com alguma timidez nos números já se encontram cidadãos oriundos da China, da Índia e do Paquistão, mas que ainda não ultrapassam os 3%.

De acordo com o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no ano de 2001, Portugal contava com o registo de 223.972 cidadãos estrangeiros residentes (SEF 2002).

**Tabela 6 – População estrangeira residente em Portugal, 2001**

Residentes em Portugal	Relatório SEF 2002			
	2001	%	2002	%
<b>União Europeia</b>	61.732	28	66.002	28
<b>Restantes países da Europa</b>	5.389	2	6.119	3
<b>PALOP</b>	101.379	45	107.880	45
<b>Restantes Países de África</b>	5.894	3	6.313	3
<b>América do Norte</b>	10.187	5	10.195	4
<b>América Central e do Sul</b>	28.856	13	30.592	13
<b>Ásia</b>	9.721	4	10.815	5
<b>Oceânia</b>	537	0	548	0
<b>Apátridas e Desconhecidos</b>	277	0	282	0
<b>Total:</b>	223.972	100	238.746	100

Fonte: Adaptado Relatório do SEF 2002

É de referir que no que respeita à origem dos imigrantes, estes dividem-se em PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (45%), cidadãos comunitários (28%), oriundos da América central e do sul (13%) e outras nacionalidades, com percentagens menos significativas, das quais destacamos os oriundos da América do Norte (5%).

No Relatório do SEF de 2007, é referido que devido a alteração da lei de estrangeiros (Decreto-Lei 4/2001 de 10.01), em 2001 houve lugar a um aumento da população estrangeira residente em Portugal, verificando-se uma grande expressão no número de residentes oriundos da Europa Central e Oriental, tendo sido emitido cerca de 101.000 autorizações de permanência das quais 65.000 para os cidadãos ucranianos. SEF (2007:17-18)

**Tabela 7 – Nacionalidades mais representativas a residir em Portugal, 2007**

<b>Principais países (2007)</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>Total (H+M)</b>
Brasil	31.834	34.520	<b>66.354</b>
Cabo Verde	35.075	28.850	<b>63.925</b>
Ucrânia	24.243	15.237	<b>39.480</b>
Angola	17.610	15.118	<b>32.728</b>
Guiné-Bissau	15.555	8.178	<b>23.733</b>

Fonte: Adaptado do Relatório do SEF 2007

No mesmo relatório apresentam-se as nacionalidades mais representativas no stock total de imigrantes, revelando-se uma inversão relativamente aos anos anteriores em que os cidadãos cabo-verdianos dos PALOP constituíam a maior comunidade, agora ultrapassados pela comunidade brasileira. A situação actual de acordo com a Tabela 7, faz com que as nacionalidades estrangeiras aí caracterizadas representam cerca de 52% da população total estrangeira em situação regular em Portugal.

**Tabela 8 – Nacionalidades mais representativas a residir em Portugal, 2008**

<b>Principais países (2008)</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>Total (H+M)</b>
Brasil	49.467	57.494	<b>106.961</b>
Ucrânia	30.070	22.424	<b>52.494</b>
Cabo Verde	24.618	26.735	<b>51.353</b>
Roménia	16.028	11.741	<b>27.769</b>
Angola	13.703	13.916	<b>27.619</b>
Guiné-Bissau	14.928	9.462	<b>24.390</b>
Moldávia	12.166	8.981	<b>21.147</b>

Fonte: Adaptado do Relatório do SEF 2008

No Relatório do SEF de 2008, os dados apresentados já incorporam as alterações que decorrem da aprovação da Lei 23/2007 de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional. Neste âmbito é de ressaltar as disposições transitórias (cf. art. 217º), sobre a conversão de todos os tipos de vistos de longa duração e autorizações de permanência em autorizações de residência, e ainda a

emissão de autorizações de residência ao abrigo do regime excepcional previsto, nomeadamente no seu art. 88º, nº 2. Assim, é de referir o crescimento de 1% relativamente ao ano de 2007 o que totaliza 440.277 estrangeiros residentes (stock provisório). À semelhança do ano anterior, existem comunidades mais representativas que se destacam no panorama nacional, que compreendem 71% da população estrangeira em situação regular em Portugal, ou seja, os cidadãos oriundos do Brasil (24%), Ucrânia (12%), Cabo Verde (12%), Angola (6%), Roménia (6%), Guiné-Bissau (6%) e Moldávia (5%) e as restantes nacionalidades apenas com 29%. SEF (2008:24-29)

Por sua vez, no ano de 2009, o relatório do SEF aponta para a tendência da evolução da população estrangeira em Portugal, verificando se de 2008 para 2009, um acréscimo de 3%, totalizando 454.191 cidadãos. No entanto, este aumento não se reflecte na alteração das comunidades mais representativas, mantendo-se as anteriormente identificadas em 2008, ainda que haja ligeiras alterações percentuais que não são significativas. Em suma, o Brasil continua a ser a comunidade com mais expressão, tendo aumentado o número de residentes para 116.220, seguida da Ucrânia com 52.293, que sofreu um pequeno decréscimo face ao 2008 e depois Cabo Verde, que ocupa o lugar de terceira comunidade mais representativa com apenas 48.845 cidadãos o que constitui uma descida face ao ano transacto. SEF (2009:22-29)

Por último, no que respeita ao ano de 2010 o stock de população estrangeira residente era de 445.262 cidadãos (valores provisórios), o que representa um decréscimo face ao ano anterior de quase 2%. Esta situação é justificada por um conjunto de factores como seja “o aumento da atribuição de nacionalidade portuguesa (desde a última alteração à lei da nacionalidade), a crise económica e financeira que Portugal enfrenta (redução do investimento e do emprego), bem como a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente o Brasil e Angola). SEF (2010:17:18)

**Tabela 9 – Nacionalidades mais representativas a residir em Portugal, 2010**

<b>Principais países (2010)</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>Total (H+M)</b>
Brasil	52.478	66.885	<b>119.363</b>
Ucrânia	27.165	22.340	<b>49.505</b>
Cabo Verde	20.773	23.206	<b>43.979</b>
Roménia	20.924	15.906	<b>36.830</b>
Angola	11.534	11.960	<b>23.494</b>
Guiné-Bissau	11.636	8.181	<b>19.817</b>
Reino Unido	8.869	8.327	<b>17.196</b>
China	8.161	7.538	<b>15.699</b>
Moldávia	8.310	7.331	<b>15.641</b>
S. Tomé e Príncipe	4.751	5.744	<b>10.495</b>

Fonte: Adaptado do Relatório do SEF 2010

No que respeita às comunidades mais representativas, conforme o apresentado na Tabela 9, mantém-se a hegemonia do Brasil, seguida da Ucrânia e de Cabo Verde à semelhança dos anos anteriores, bem como da Roménia, Angola e Guiné-Bissau. É de referir já a expressão da comunidade inglesa e chinesa, que ultrapassa a comunidade moldava e são-tomense, estas dez nacionalidades representam cerca de 79% da população estrangeira, tendo as restantes nacionalidades apenas 21%. SEF (2010:19-20)

A entrada de um número considerável de estrangeiros das mais diversas proveniências, origens, culturas e diferentes graus de qualificação dos imigrantes, tiveram implicações ao nível político, económico e social, condicionando uma nova actuação da administração central, bem como no desenvolvimento de novas políticas migratórias e de integração de imigrantes.

## **2. Políticas de Imigração e Integração em Portugal**

A Constituição Portuguesa consagra no seu art. 13.º – Principio da Igualdade, que: “1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei; 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” (Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional - 2005)

No art. 15.º estipula que todos os estrangeiros que se encontram ou residam em território português gozam dos mesmos direitos (com excepção dos direitos políticos) e estão sujeitos aos mesmos deveres que os cidadãos portugueses. À excepção dos direitos políticos, todos os restantes direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa, como seja o acesso ao sistema de segurança social, de saúde, direitos /deveres laborais, educação, formação, realojamento, apoios sociais (ex: RSI) são garantidos aos nacionais estrangeiros a residir legalmente no país, ou seja, estamos a falar dos direitos cívicos, sociais e económicos, o que significa a aplicabilidade do principio de igualdade (todo o individuo é considerado como igual perante a lei) e o principio da dignidade humana (todo o individuo tem a mesma dignidade social).

Os direitos políticos já existem apenas para as situações que estão consagradas na constituição (Artº15, nº4) e que se enquadram no regime de reciprocidade para as eleições autárquicas, ou seja, o direito a votar e a concorrer às eleições por estrangeiros, apenas nos casos em que os nacionais portugueses disponham de idênticos direitos nos outros países, o que em termos práticos deixa de fora uma parcela significativa dos estrangeiros em Portugal.



A ausência dos direitos políticos, nomeadamente o direito de voto põem em causa o exercício da cidadania, quando numa sociedade democrática, como é a portuguesa esta deveria ser reforçada. Em suma, não obstante o cidadão imigrante cumprir os seus deveres para com a sociedade de acolhimento, a sua participação política fica vedada. De que forma o sentimento de pertença à sociedade de acolhimento poderá ficar cumprido, se este é excluído dos canais democráticos de representação e defesa dos interesses de mobilização para um bem comum e de co-responsabilidade pelo destino colectivo? Nesta perspectiva, Marques, R. dizia que o “sentimento de pertença (dos imigrantes) à sociedade de acolhimento será directamente proporcional às oportunidades de participação que esta lhe proporcionar”. (COCAI 24.09.2007)

Uma das formas mais comuns de participação dos imigrantes na esfera política é através das associações de imigrantes, que de acordo com Pires, R.P. a sua intervenção na área das migrações, tem uma dupla função: “a função instrumental nos planos assistencial (interno) e reivindicativo (externo) da situação imigrante; e a função identitária, referenciada habitualmente à origem nacional dos seus membros (ou dos ascendentes destes). (2003:167)

A construção de um quadro institucional que permitisse a participação dos imigrantes a nível nacional e local foi desenvolvido, no sentido de permitir uma maior participação da comunidade imigrante na sociedade portuguesa. Exemplos desta intervenção foi a criação a nível local em Lisboa, no ano de 1993, do Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes, que tinha por objectivo apoiar projectos que tivessem por missão colmatar as necessidades identificadas pelas comunidades imigrantes em Lisboa. Baganha, M. I., Marques, J. C. (2001:61-80).

Seguindo o exemplo atrás referenciado a Câmara Municipal da Amadora, criou o Conselho Consultivo Municipal das Comunidades Étnicas e Imigrantes, em 1995, sendo que posteriormente em 1999, os seus estatutos foram alvo de revisão. Leitão, J. (2008:23-45).

A criação do COCAI – Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, teve a sua fundação através do Decreto-Lei n.º 39/98, de 27 de Fevereiro, sendo que em 2007, foi-lhe dado um novo enquadramento legal, pelo Decreto-Lei n.º 167/2007 de 3 de Maio. Este Conselho Consultivo, para além de funcionar junto do ACIDI, tem por missão assegurar a participação e a colaboração das comunidades imigrantes, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social, na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.

Por último ainda referenciar a CICDR – Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, que sendo uma comissão independente, tem na sua composição os seguintes representantes: entidades governamentais, deputados da assembleia da república,

associações de imigrantes, associações anti-racistas, sindicatos e entidades patronais. A sua tarefa principal é acompanhar a aplicação da legislação, que em Portugal, tem por objectivo combater a discriminação em função da raça, cor, ascendência e origem nacional ou étnica.

Assumindo-se Portugal não só como país de emigração, mas também de imigração, a presença de imigrantes que foi aumentando ao longo das décadas, como confirmado por vários relatórios elaborados no âmbito da imigração, SEF, OCDE, entre outros; obrigou ao desenvolvimento de uma política de imigração e de integração e de acolhimento de imigrantes, que se tornou mais efectiva com a criação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, em 1996 e que posteriormente deu lugar ao ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. com competências renovadas.

As recentes vagas migratórias com destino a Portugal originam o aparecimento de uma política de imigração concertada, no que respeita ao controlo da imigração e no âmbito social, que era inexistente ou reduzida até à década de 90. Assim, nos anos 90 houve a preocupação de legalizar os imigrantes que se encontravam em situação irregular em Portugal, com o objectivo de promover a inclusão social na sociedade e conter alguns fenómenos de exploração laboral por parte dos patrões. Assim, é em 1992 com o Decreto Lei n.º 212/92, que há lugar ao primeiro processo de legalização extraordinária, contando com a participação das associações, através do SCAL - Secretariado Coordenador das Acções de Legalização, bem como de outras entidades, as ONG e os sindicatos. Nesta fase, apenas o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, detinha a pasta dos assuntos relativos à imigração, no âmbito das suas competências: controlo de fronteiras, fiscalização das condições de permanência dos estrangeiros, prevenção e combate à criminalidade associada aos imigrantes, entre outros; que não iam de encontro às necessidades de integração dos imigrantes.

No Programa do XIII Governo Constitucional (1995-1999), há uma referência específica a uma intervenção junto dos imigrantes, que se consubstancia em apoiar as medidas que visem a reunificação da família e desenvolver esforços para a integração das famílias de imigrantes; assegurar o direito ao reagrupamento familiar, o acesso à escola e à formação profissional e eliminar as restrições existentes no direito ao trabalho e garantir o direito à protecção social aos imigrantes.

Com o objectivo de promover a consulta e o diálogo com entidades representativas de imigrantes em Portugal ou de minorias étnicas, bem como o estudo da temática da inserção dos imigrantes e das minorias étnicas, foi criada através do Decreto-Lei n.º 3-A/96 de 26/01 a figura de Alto-Comissário, que recebe a missão de acompanhar a nível interministerial o apoio à

integração dos imigrantes. A criação do Alto-Comissário, veio permitir um diálogo ente o governo e os imigrantes através das associações de imigrantes. Por sua vez, tal como já foi referido o COCAI é criado em 1998.

Nesta legislatura, é de referir a homologação da Lei 17/96 de 24/05, que estabeleceu um novo processo de regularização extraordinária para os cidadãos a residir em território nacional sem autorização legal, mas também a publicação de um novo regime sobre as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português. É o Decreto-Lei n.º 244/98 de 08/08, que veio regulamentar o regime de entrada, permanência, saída, afastamento de estrangeiros do território nacional (revoga o Decreto Lei n.º 59/93 de 03/03). Posteriormente, a Lei n.º 97/99 de 26/07 – altera o Decreto Lei n.º 244/98 de 08/08 nos art.º 22, 23, 35, 51, 85, 89, 91 e 159.

Prosseguindo, no Programa do XIV Governo Constitucional (1999-2002) há pela primeira vez um capítulo exclusivo denominado “ Uma política de plena integração dos imigrantes e das minorias étnicas”. Neste capítulo são apresentadas várias propostas, sendo de ressaltar: o acesso ao atendimento médico e à prestação de cuidados de saúde em geral; a melhoria da relação entre a Administração e os imigrantes; a eliminação das discriminações no acesso dos estrangeiros à habitação; a estimulação para a criação de iniciativas locais de emprego de microempresas; o aperfeiçoamento da legislação sobre a nacionalidade e a institucionalização da figura dos mediadores culturais nas escolas.

Os actos legislativos implementados nesta legislatura abrangeram a publicação do Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10/01, diploma legal que visou alterar o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações decorrentes da Lei n.º 97/99, de 26 de Julho, que aprova as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. A mais valia desta alteração decorre da possibilidade de concessão de autorizações de permanência, o que permitiu a resolução da situação de milhares de cidadãos estrangeiros que se encontravam a trabalhar em situação irregular em Portugal.

No que respeita à integração dos imigrantes foi publicada a Lei n.º 134/99 de 28/08 – Lei anti-discriminação que proíbe práticas discriminatórias com base na raça, cor, nacionalidade, origem étnica; e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2001 de 14.02, que permitiu a criação da comissão interministerial de acompanhamento da política de imigração, que tinha entre outras as seguintes funções: assegurar a coordenação, a nível político, das diversas medidas adoptadas no âmbito da política de imigração do governo; assegurar a realização de

acções de informação e sensibilização e acompanhar as medidas de controlo do cumprimento da legislação vigente em matéria de imigração e emprego de mão-de-obra imigrante.

Em 2002, através do Decreto-Lei n.º 251/2002 de 22 de Novembro (revoga o Decreto-Lei n.º 3-A/96, de 26 de Janeiro, e o Decreto-Lei n.º 39/98, de 27 de Fevereiro), surge o ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas na dependência da Presidência de Conselho de Ministros, enquanto estrutura interdepartamental de apoio e consulta do Governo em matéria de imigração e minorias étnicas e na dependência directa do Ministro da Presidência. O ACIME substitui o Alto-Comissário e tem a vantagem de ter um maior número de serviços e iniciativas de promoção da integração dos imigrantes.

A missão do ACIME ficou definida no art.º 1.º2 como: “promover a integração dos imigrantes e das minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição da discriminações no exercício dos direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica”.

No mesmo decreto ficou definido as atribuições do Alto Comissariado, sendo de referir, o diálogo com as associações de imigrantes, a promoção do conhecimento da língua, das leis e dos valores de Portugal aos imigrantes, contribuir para a melhoria das condições de vida dos imigrantes e combater o racismo e xenofobia e eliminar discriminações em função da raça, etnia ou nacionalidade, entre outros.

Ainda no âmbito do XV Programa do Governo Constitucional (2002-2004), foi decidido como indispensável para além da criação do ACIME, como estrutura operacional e eficaz de acompanhamento da política de imigração, a elaboração de um Plano Nacional para a Imigração; o enquadramento e apoio às actividades das associações de imigrantes; a revisão da Lei Penal, bem como a criação de contratos de programa específicos com as ONG's de imigrantes.

O acto legislativo de referência é a publicação do Decreto-Lei n.º 34/2003 de 25/02 – Republicação do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, que veio novamente regular as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 97/99, de 26 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, e pelo presente diploma.

Este decreto-lei não esteve muito tempo em vigor e foi logo substituído pelo novo Decreto-Regulamentar n.º 6/2004 de 26 de Abril, que veio definir o novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português com a regulamentação do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro. Entre as modificações introduzidas, de referir a importância dada o conhecimento da língua portuguesa, podendo ser um factor preferencial na emissão de vistos.

O Programa do XVI Governo Constitucional (2004-2005) previa um enfoque no progresso das políticas de integração em duas áreas: o aprofundamento dos direitos de cidadania e uma atenção especial às segundas e terceiras gerações de imigrantes em Portugal. Assim, no capítulo 5–Imigração, considerou como indispensável um conjunto de medidas, nomeadamente: a promoção de iniciativas para aprofundar o conhecimento dos direitos e deveres de cidadania junto das comunidades imigrantes; a criação do Programa Escolhas – 2ª Geração; a criação de uma entidade que promova o diálogo inter-religioso; a apresentação de um Plano Nacional para a Imigração; a consolidação do ACIME como estrutura de execução das políticas de acolhimento e de integração; o desenvolvimento de estudos científicos, através do Observatório da Imigração; estabelecimento em colaboração com as autarquias locais, de planos de integração das comunidades de imigrantes e por fim, o fomento da participação das associações de imigrantes no processo de integração.

A partir do dia 01 de Junho de 2007, o ACIME assumiu uma nova designação – ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e a forma jurídica de I.P. (Instituto Público). O ACIDI, I.P. enquanto instituto publico integrado na administração indirecta do Estado é dotado de autonomia administrativa e prossegue atribuições da Presidência de Conselho de Ministros, previstas no Decreto Lei n.º 167/2007 de 3 de Maio, que identifica a sua missão como “colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas e transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo ente as diversas culturas, etnias e religiões”.

O ACIDI, I.P. é o resultado da extinção, por fusão, dos seguintes organismos: ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas; Estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas; Secretariado Entreculturas e Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões. Com esta reestruturação, o Governo centraliza num instituto público, as atribuições dispersas por vários organismos, permitindo unir meios humanos necessários e especializados numa resposta conjunta aos desafios que se colocam face ao acolhimento e à integração dos migrantes, bem como da promoção do diálogo intercultural e inter-religioso.

Constitui um reforço da institucionalização dos serviços vocacionados para o acolhimento e a integração dos imigrantes, bem como numa maior eficácia na promoção do diálogo intercultural e inter-religioso.

De entre as atribuições do ACIDI junto dos imigrantes podemos destacar: a promoção do acolhimento e a integração dos imigrantes, o incentivo à participação cívica e cultural, garantir o acesso aos serviços, promover o combate de todas as formas de discriminação, promover a interculturalidade, favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa, entre outros.

A criação do ACIDI, I. P. está enquadrado no Programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009). No capítulo VII denominado “Para um Política de Imigração Inclusiva”, ficou definido a estratégia do governo em torno de três áreas: regulação, fiscalização e integração. Assim, apresentam-se algumas das medidas previstas: reconhecimento de um estatuto de cidadania a quem tem fortes laços com Portugal; igualdade de tratamento nos domínios social e laboral; protecção social aos desempregados imigrantes; participação dos imigrantes na vida política; criação de mecanismos e programas de integração e de incentivo a quadros qualificados; a multiplicação de oportunidades de aprendizagem do português por estrangeiros, bem como da formação para a cidadania e por fim, facilitação dos processos de equivalência de diplomas e qualificações profissionais.

Nesta legislatura, é publicada a Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17/04, que constitui a quarta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro, no que diz respeito ao regime de atribuição e de aquisição da nacionalidade portuguesa. Assim, a Lei da Nacionalidade (Decreto Lei n.º 237-A/2006 de 14 de Dezembro), traz novidades substanciais ao permitir um acesso mais facilitado à nacionalidade portuguesa nomeadamente aos descendentes dos imigrantes, que agora tem previsto na legislação várias possibilidades de obtenção da nacionalidade portuguesa.

Neste mesmo ano, é também publicada a Lei n.º 37/2006 de 09/08, que regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.

Por sua vez, a publicação da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho define as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração. Nesta sequência, surge o Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro, que regulamenta a Lei 23/2007, de 4

de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional.

É no ano de 2007 através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 63-A/2007 de 03/05, que é aprovado o I PII – Plano para a Integração de Imigrantes, que envolveu 13 ministérios e um total de 123 medidas com vista à integração dos imigrantes.

No que concerne ao XVIII Programa de Governo ainda que inicialmente previsto para 2009-2013, apenas decorreu entre 2009-2011. Neste Programa o governo enaltece as políticas de integração e o progresso já conseguido e faz uma referência especial a certas políticas de imigração, como sejam: A nova Lei da Nacionalidade, a nova Lei de Estrangeiros, a promoção do reagrupamento familiar, o Plano para a Integração de Imigrantes, o reforço do Programa Escolhas, o Programa Português para Todos e o aumento do apoio às associações de imigrantes.

Assim, no capítulo das políticas sociais estavam previstas várias medidas relativas à integração dos imigrantes, sendo de referir: o lançamento de um novo Plano para a Integração de Imigrantes; a implementação da 4.ª Geração do Programa Escolhas; o reforço das medidas de apoio à formação profissional e ao empreendedorismo; o acesso dos imigrantes aos direitos sociais; o aprofundamento do combate à discriminação dos imigrantes e por fim, a melhoria dos serviços de atendimento aos cidadãos imigrantes.

Assim, nesta legislatura, é de referir a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010 que criou o II Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013), bem como a publicação da Portaria 1262/2009 de 15.10, que criou os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas – PFOL, cujas acções de formação em língua portuguesa para estrangeiros são desenvolvidas pelas Direcções Regionais de Educação (DREN, DREC, DREALE, DRELVT e DREALG), através da rede de escolas públicas e pelo IEFP, através dos centros de formação profissional.

No âmbito do XIX Programa do Governo Constitucional (2011-2015) o governo destaca “o papel positivo que os imigrantes têm no combate à diminuição da taxa de natalidade”, pelo que “as actuais políticas de apoio à integração podem ser melhoradas neste domínio e o Governo compromete-se com esse objectivo”. Assim, no âmbito do tema “Igualdade de género, violência doméstica e integração de populações imigrantes e nómadas”, o governo esclarece que “na concretização destas políticas dar-se-á seguimento à execução do actual Plano para a Integração dos Imigrantes onde o Governo contará com os contributos da sociedade civil, privilegiando como parceiros estratégicos as organizações não governamentais (ONG) e as associações de imigrantes e de populações nómadas”.

Neste sentido, encontra-se no Cap. IV. Cidadania e Solidariedade, no tema “Combater a Pobreza e Reforçar a Inclusão e a Coesão Sociais” a seguinte medida: Incentivar a inserção socioprofissional dos imigrantes, procurando fomentar o seu sentimento de pertença à nossa comunidade, o acesso à formação profissional e o reforço do empreendedorismo.

Pretendeu-se com esta breve resenha histórica organizada cronologicamente pelos Programas de Governo Constitucionais desde 1995 enquadrar qual o peso, o tipo e o enfoque que a temática da Imigração vai ganhando dentro da política nacional nos diferentes programas dos governos constitucionais ao longo do tempo, mas identificando ao mesmo tempo os actos legislativos mais importantes relativos à imigração, bem como as medidas relativas à política de integração de imigrantes. Por outro lado, também é possível aferir que do total das medidas preconizadas, nem todas são passíveis de concretização durante o período de vigência do programa constitucional.

### **3. PII – O Plano para a Integração de Imigrantes enquanto “directório “integrado” para a política pública de integração**

As questões relativas às políticas de integração de imigrantes têm vindo a ganhar cada vez mais relevo na agenda política europeia, com a Agenda Comum para a Integração e a adopção dos PBC para a integração dos nacionais de países terceiros na União Europeia; mas também na agenda nacional, pelo que foi criado o PII – Plano para a Integração de Imigrantes.

Este documento foi elaborado a partir de um trabalho conjunto de todos os ministérios, com contributos das organizações da sociedade civil recolhidos durante um período de discussão pública, que resultou num documento que espelha as sensibilidades da sociedade portuguesa.

#### **3.1. I Plano para a Integração dos Imigrantes (2007-2009)**

O PII – Plano para a Integração de Imigrantes (2007-2009) aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º63-A/2007, estabeleceu um conjunto de 120 medidas, numa articulação estreita com vários ministérios de diferentes áreas sectoriais com o objectivo de encetar uma política integrada e concertada de integração de imigrantes, em que seja visível o papel do Estado como principal aliado na implementação das políticas de integração. Ao todo, o plano inclui medidas nas áreas do acolhimento, trabalho, emprego e formação profissional, habitação, saúde, educação, solidariedade e segurança social, cultura e língua, justiça, sociedade de informação, desporto, descendentes de imigrantes, direito a viver em família – reagrupamento familiar, racismo e discriminação, liberdade religiosa, associativismo imigrante, media, relações com países de origem, acesso à cidadania e direitos políticos, questões de género e tráfico de seres humanos.



No que respeita ao acolhimento dos imigrantes estavam previstas as seguintes medidas de política (RCM n.º63-A/2007 de 03.05):

1 - Consolidação dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, através do reforço e alargamento das áreas de intervenção e apoio dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), em Lisboa e no Porto, através do desenvolvimento de novos serviços adequados às necessidades dos imigrantes, sempre numa perspectiva de integração e cooperação de serviços públicos. Por outro lado, reforçar e consolidar o envolvimento dos mediadores socio-culturais como elementos estruturantes dos CNAI. Por último estimular o envolvimento mais aprofundado no Algarve, região com maior número de imigrantes, imediatamente a seguir à área metropolitana de Lisboa.

2 - Consolidação e alargamento da Rede de Centros Locais de Apoio ao Imigrante, mantendo em funcionamento os CLAII já existentes e promovendo a abertura de novos Centros em concelhos com presença significativa de imigrantes, com atribuições na informação, orientação e integração dos imigrantes no contexto local e com um forte envolvimento das autarquias e das instituições locais da sociedade civil.

3 - Consolidação da Rede Nacional de Informação ao Imigrante com vista ao reforço das várias ferramentas de informação, disponíveis em todos os suportes (papel, televisão, Internet, telefone), quer para informação aos imigrantes sobre direitos e deveres, quer para a sociedade de acolhimento em geral, nas várias línguas das principais comunidades estrangeiras presentes em território nacional.

No capítulo exclusivo sobre Cultura e Língua, prevê-se as seguintes medidas:

Medida 51 - Programa «Portugal Acolhe» (MTSS/IEFP, I.P.): alargar e otimizar o âmbito do programa «Portugal Acolhe», integrado no Programa de Intervenção para Trabalhadores Desempregados Imigrantes, da responsabilidade do IEF, I. P., a um maior número de participantes, rentabilizando o investimento e adaptando-o a uma maior diversidade de contextos e de promotores.

Medida 54 — Investimento em cursos de formação de Português técnico (MTSS/IEFP, I. P., MCTES/DGES): desenvolver programas de formação em língua portuguesa, especializados para determinados contextos profissionais que exigem um vocabulário específico.

Estas medidas dão consistência ao entendimento que a hospitalidade e a integração com mais cidadania é um dos pilares fundamentais das políticas de imigração. Neste capítulo “Cultura e Língua” emoldura-se a importância do “acolhimento com hospitalidade e integração

com mais cidadania”, reforçando igualmente a “visão positiva da imigração, que reconhece o seu contributo económico, social e cultural e assume o compromisso pelo bom acolhimento e pela integração plena das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa”. Para a concretização destas medidas foram definidos os indicadores, as metas a atingir, bem como os respectivos responsáveis políticos pela implementação das medidas, conforme se pode verificar na Tabela 10, abaixo identificada.

**Tabela 10 – Resumo Medidas do PII (2007-2009): Cultura e Língua**

Medidas	Indicadores	Responsáveis	Metas
51. Programa Portugal Acolhe (MTSS/IEFP, I.P.)	. Número de formandos	MTSS/IEFP, I.P.	. 5000 Formandos em 2007 . Abranger 10.000 até 2009
54. Investimento em cursos de formação de Português técnico (MTSS/IEFP, I.P., MCTES/DGES)	. Número de módulos/ áreas disponibilizadas . Número de acções de formação . Número de formandos	MTSS/IEFP, I.P. MCTES/DGES	. 2 Módulos disponibilizados em 2007 (3 em 2008 e 4 em 2009) . 20 Acções de formação ano . 300 Formandos/ano

Fonte: I PII – Plano para a Integração de Imigrantes (2007-2009)

O I Plano para a Integração de Imigrantes – PII (2007-2009) atribuiu à aprendizagem da língua enquanto factor de integração na sociedade de acolhimento, uma importância primordial e neste âmbito as metas previstas atingiram uma execução que compreende os 80% a 89%.

Não obstante os bons resultados obtidos no âmbito do I PII ainda havia a necessidade de consolidar respostas a necessidades ainda prementes do processo de integração, dar continuidade a medidas já implementadas no biênio 2007-2009, mas também encontrar novas formas de actuação. Assim, pelo seu interesse e face à importância dos contributos da sociedade portuguesa em geral e das comunidades imigrantes em particular, foi colocado à discussão pública o Anteprojecto do II Plano para a Integração dos Imigrantes 2010-2013, que esteve aberto até 23 de Julho de 2010.

### **3.2. II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013)**

Actualmente, encontra-se já aprovado o II PII – Plano para Integração de Imigrantes, que foi publicado a 17/09/2010 no Diário da República, consubstanciada na Resolução de Conselho de Ministros n.º 74/2010. A aprovação do II Plano para a Integração de Imigrantes renova os objectivos do Estado português relativamente a esta temática, dando continuidade a uma nova geração de políticas sociais que têm por objectivo concretizar os compromissos sectoriais do Estado.

O II PII (2010-2013) inclui 90 medidas e abrange uma intervenção em 17 áreas, quatro delas novas: diversidade, interculturalidade, idosos imigrantes e imigrantes em situação de desemprego. O novo PII assenta na avaliação do Plano anterior e na identificação das

necessidades de intervenção para o período 2010-2013, beneficiando do contributo de todos os ministérios e da participação da sociedade civil, em especial através das associações de imigrantes ou de outras entidades que trabalham com imigrantes.

A estruturação do novo PII enquadra um total de 17 áreas de intervenção, sendo de ressaltar: acolhimento; cultura e língua; emprego, formação profissional e dinâmicas empresariais; educação; solidariedade e segurança social; saúde; habitação; acesso à cidadania e participação cívica; promoção da diversidade e da interculturalidade e questões de género.

No que respeita às medidas de acolhimento de imigrantes estão previstas as que a seguir se identificam:

- Medida 1 - Consolidação dos CNAI - Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante – esta medida visa consolidar os CNAI em termos de capacidade de resposta dos gabinetes e serviços que o integram, e de estrutura de referência para o acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal.

- Medida 2 - Consolidação dos CLAII - Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes através do alargamento dos serviços prestados para o acolhimento e a integração dos imigrantes, nomeadamente com a realização de estudos de diagnóstico que visam conhecer as dinâmicas migratórias a nível local.

- Medida 3 - Reforço da Rede Nacional de Informação ao Imigrante, neste âmbito o enfoque centra-se na melhoria da informação prestada aos imigrantes, direccionado para a divulgação dos recursos e serviços disponíveis, bem como dos direitos e deveres dos imigrantes. A melhoria da informação será um objectivo em todos os canais de comunicação e procurará, de modo especial, superar as barreiras linguísticas.

No II PII as medidas relativas à promoção da aprendizagem da língua do país de acolhimento encontram-se no Cap. 2 – Cultura e Língua e apresentam os seguintes desafios: “Medida 7 – Consolidação do Programa Português para Todos (PCM/ACIDI, I. P; ME; MTSS/IE FP, I. P):

- Dar continuidade ao Programa Português para Todos (PPT), que visa o desenvolvimento de cursos de Português básico e de Português técnico dirigidos à população imigrante, potenciando o conhecimento da Língua Portuguesa como factor de integração.

- Alargar o PPT aos níveis B1 e B2 (Nível Intermédio do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas), de forma a facilitar aos imigrantes um maior domínio da língua portuguesa.

- Promover a divulgação dos cursos de formação de Português técnico, mediante uma estratégia de marketing a utilizar pelas entidades formadoras que ministram cursos de PPT.

Estas medidas ainda que se enquadrem nas anteriores identificadas no I Plano para a Integração dos Imigrantes, trazem a mais valia de enquadrar um novo desafio ao Programa PPT, a possibilidade dos imigrantes que já possuem competências de nível A2 - Utilizador Elementar frequentar acções de língua portuguesa que certificam ao nível B2 – Utilizador Independente. Este nível permite ao imigrante aumentar o nível de proficiência linguística e confere a possibilidade de ser actor social activo, cidadão de pleno direito para a defesa dos direitos e cumprimento dos seus deveres.

As medidas acima identificadas, apresentam as seguintes metas e indicadores, conforme a Tabela abaixo:

**Tabela 11 – Resumo Medidas do PII (2010-2013): Cultura e Língua**

Medidas	Indicadores	Responsáveis	Metas
7 - Consolidação do PPT.	Número de formandos.	PCM/ACIDI, I. P; ME; MTSS.	- 4500 Formandos por ano.
	Número de acções de formação de língua portuguesa.		- 160 Acções de formação por ano.
	Número de acções de formação de português técnico.		- 10 Acções de formação por ano envolvendo 150 formandos por ano.
	Número de acções de divulgação dos cursos de formação de português técnico.		- 5 Acções de divulgação por ano.
	Prazo de alargamento do PPT aos níveis B1 e B2.		Prazo de alargamento do PPT aos níveis B1 e B2 até 2012.

Fonte: II PII – Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013)

### Capítulo 3 - A promoção do ensino/ aprendizagem da língua enquanto componente das Políticas de Integração

São vários os documentos, actos legislativos e estudos produzidos, de índole comunitária ou nacional, em que se ressalva que a aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento tem uma contribuição decisiva para a integração dos imigrantes.

Mas afinal, qual é o significado de Integração? O meu ponto de partida será a noção de integração que consta na Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, COM (2000) 757 final, que informa que “a integração é um processo de dois sentidos que envolve a adaptação da parte tanto do imigrante como da sociedade de acolhimento”.

No âmbito do I congresso “Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania -Integração, Fonseca, M.L ao explicitar o que é a integração, citou Demetrios Papademetriou (2003) que “define integração como o processo de interacção, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, pelo qual ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população dos territórios de chegada formam um todo integrado.” (2003:108-113)

Ainda no mesmo congresso, Fonseca, M.L citou Rinus Penninx (2003) que "considera a integração como o processo de aceitação dos imigrantes pela sociedade receptora, como indivíduos, como grupos." (2003:108-113)

Segundo Grosso, M. J. a "integração social é um conceito que também se apresenta sob a forma de inserção, de inclusão, mas cujo significado original mantém, com os sinónimos, um traço activo de reciprocidade, de participação, interacção, de ligação harmoniosa, do participar na vida da comunidade ". (2010:9)

Na Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, relativa à imigração, à integração e ao emprego, o objectivo era apresentar propostas conducentes à integração dos imigrantes, tendo identificado os elementos chave de uma política de integração, a saber: COM (2003) 336 final

- "O acesso ao mercado de trabalho é crucial para a integração dos nacionais de países terceiros na sociedade e a grande maioria dos imigrantes e das pessoas sob protecção internacional tem qualidades e competências necessárias à União Europeia actual."

- "A educação e a formação constituem factores-chave para uma integração bem sucedida. Uma preocupação crucial da maioria dos Estados-Membros é a capacidade dos imigrantes de falar a língua do país de acolhimento. A deficiência em termos de competências linguísticas é encarada como a principal barreira que se coloca a uma integração bem sucedida. "

- "O acesso à habitação é uma necessidade básica na integração";

- "O acesso das populações imigrantes aos serviços de saúde e assistência social constitui outro domínio crucial";

- "O envolvimento e a participação activa dos imigrantes e pessoas sob protecção internacional na vida cívica é muito importante."

- "As conclusões de Tampere apoiaram o objectivo de dar a oportunidade aos nacionais de países terceiros com residência legal de longa duração de obter a nacionalidade do Estado-Membro em que residem".

No mesmo documento, no ponto 3.4. Principais agentes numa política de integração holística, são abordados os interlocutores que em conjunto com os estados-membros constituem agentes promotores da integração dos imigrantes, sendo referido que "(...) devendo muito embora os Governos tomar a dianteira, a colaboração em torno das políticas deveria envolver igualmente os parceiros sociais, a comunidade de investigadores e os prestadores de serviços públicos, as ONG e outros agentes da sociedade civil, incluindo os próprios imigrantes".

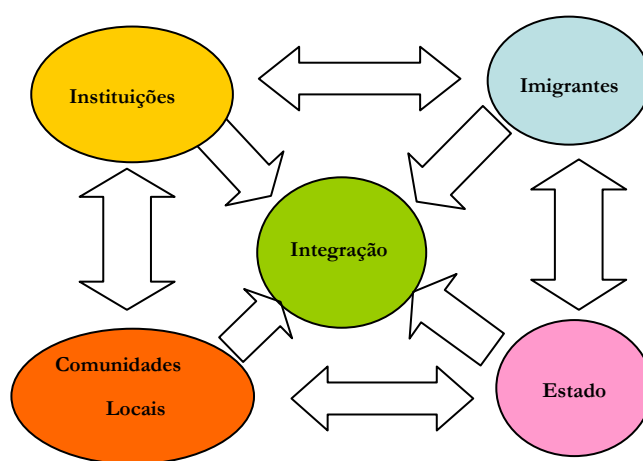
A integração é uma responsabilidade partilhada. As parcerias entre os vários níveis de governo são realizadas através da partilha de responsabilidades para o desenvolvimento de políticas públicas e alocação dos recursos financeiros.

A integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento é um processo complexo que requer uma profunda articulação entre os diversos intervenientes nesta questão. Assim, são vários os agentes, para além dos próprios imigrantes a contribuir para a sua integração, mas também a desenvolver as políticas de imigração e de integração e a aferir os resultados da sua intervenção.

De acordo com estes pressupostos, Fonseca, M.L. (2003:108-113) enquadra os vários agentes intervenientes no processo de integração: os imigrantes, governos, instituições e comunidades locais. No que respeita às denominadas “comunidades locais”, aqui serão definidas como as administrações locais ou câmaras municipais, mas também as “instituições” que aqui neste processo representam as organizações da sociedade civil.

Quanto aos municípios, pretende-se que na função de administração local, na operacionalização de políticas públicas, promovam nas suas comunidades locais, relações harmoniosas entre as várias comunidades, potenciando o respeito pela diversidade cultural e religiosa, em suma pelo “outro” que chega de novo à sociedade de acolhimento.

**Figura 8 – Diversidade dos Intervenientes no Processo de Integração**



Fonte: Adaptado de Papademetriou, D, FLAD (2006: 10)

Por outro lado, as organizações da sociedade civil, na sua maioria, sem fins lucrativos, que podem ser de cariz cultural, religioso, cívico, como agentes da sociedade civil, têm um papel fundamental na integração dos imigrantes, muitas vezes no acolhimento, para o suprimento das necessidades básicas, como seja alimentação, roupa ou habitação. Mas não só, esta intervenção também abrange áreas como sejam, o acesso à saúde, educação,

aconselhamento legal e o mais importante no estabelecimento de laços sociais entre os imigrantes e os seus pares.

Nesta óptica, é possível aferir a importância dos intervenientes locais, que na realidade são os interlocutores mais próximos dos cidadãos/ãs imigrantes e que por isso, conseguem dar respostas às suas necessidades de forma mais rápida e mais eficaz.

Em resultado da imigração crescente nos últimos anos, residem e trabalham, actualmente, em Portugal, muitos imigrantes provenientes de diversos países, tendo a grande maioria necessidade de aprender e de desenvolver conhecimentos e competências de utilização da língua portuguesa para funcionamento no seu dia-a-dia.

Assim, foram várias as organizações que para fazer face ao problema de desconhecimento da língua portuguesa pelos adultos imigrantes, disponibilizaram cursos de língua portuguesa para estrangeiros, conforme referenciado no Mapa de Boas Práticas, Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal. (2007:110-117) Podemos referir instituições religiosas, escolas, universidades, organizações não governamentais e instituições privadas de segurança social com vocação para o trabalho com públicos imigrantes. De acordo com Matos, Isabel A. “os animadores deste tipo de ensino são essencialmente voluntários, professores de ensino básico e secundário, ou meros falantes nativos de português com alguma qualificação académica, independentemente de possuírem conhecimentos em didáctica de Português Língua Segunda”. Matos, Isabel A. (2004:24-29)

Neste contexto, o ponto seguinte aborda as políticas de integração implementadas pelo Estado português no sentido de promover a aprendizagem da língua pelos imigrantes, através do Programa Portugal Acolhe e do Programa PPT – Português para Todos.

## **1. Programa Portugal Acolhe (2001-2007)**

A complexidade e as implicações derivadas dos processos migratórios em diversas áreas da sociedade, como sejam, social, económico, político, jurídico e cultural, propiciou o desenvolvimento de novas políticas de imigração, designadamente nas áreas do emprego e formação profissional.

Assim, a necessidade de medidas de formação que permitissem a compreensão e expressão da língua portuguesa, bem como o conhecimento dos direitos e deveres laborais associados a uma cidadania activa, deram lugar à criação do Programa Portugal Acolhe, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º14/2001 de 14 de Fevereiro.

Em 2001, foi criado o Programa Portugal Acolhe que tinha por objectivo contribuir para o acolhimento e inserção socioprofissional dos imigrantes que se encontravam em situação legal em Portugal, bem como desenvolver acções de formação em língua portuguesa e cidadania.

Este Programa criado pelo então Ministério do Trabalho – Secretaria de Estado do Emprego e Formação, tinha por intenção ser um contributo para a política de imigração no âmbito das atribuições da Comissão Interministerial para o Acompanhamento das Políticas de Imigração.

A execução deste Programa foi conferida ao IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP., sendo a sua operacionalização efectuada através da rede de centros de empregos e de formação profissional, em associação com outros organismos com competência técnica e vocação específica para a integração de populações migrantes, no caso o ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

No que respeita à organização da formação, esta era composta por dois módulos: Português Básico e Cidadania. O módulo de Português Básico tinha 3 níveis de desenvolvimento: iniciação (básico), consolidação e aprofundamento, num total de 150 horas.

O módulo de Cidadania com 12 horas de duração, visava a transmissão de informações aos imigrantes sobre os seus direitos e deveres e enquadrava as seguintes temáticas: Pessoa, Estado e Corpos Intermediários, Igualdade de Oportunidades e Tratamento no acesso ao trabalho, emprego e formação profissional, e por último Formas de acesso à informação (IIEFP 2009). É de referir que o objectivo das acções de cidadania era “sensibilizar os Formandos - Cidadãos para a titularidade de Direitos e Deveres inerentes à integração na Sociedade Portuguesa, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais facilitadoras da sua inserção no mundo do trabalho.” (IIEFP 2002\_Guia Formando)

As acções de Português Básico e Cidadania foram desenvolvidas no âmbito das Acções S@ber+, que se encontravam previstas nos Despachos Conjuntos n.º 261/2001, de 22 de Março e n.º 102-A/2001, de 1 de Fevereiro. Estas acções visavam o reforço ou a aquisição de competências a nível profissional ou social e sendo da responsabilidade da então DGFV – Direcção Geral da Formação Vocacional, foram elaborados materiais pedagógicos de apoio às acções, sendo que para o Portugal Acolhe, foi disponibilizado o Manual “Português 2ª Língua”.

Podiam aceder a estas acções de formação qualquer cidadão estrangeiro portador de um título que permitisse o exercício de uma actividade profissional, isto é: visto de trabalho, residência, estudo ou estada temporária; autorização de residência ou de permanência. Os cursos eram gratuitos e com possibilidade dos formandos imigrantes receberem apoios, nomeadamente



o subsídio de alimentação ou de transporte; sendo que aos que concluíssem com aproveitamento os módulos de formação era emitido um Certificado de Formação.

**Tabela 12 – Resumo da Execução do Programa Portugal Acolhe**

Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total:
Nº formandos	3.172	2.613	2.453	1.716	1.383	1.457	<b>12.794</b>
N.º de Acções	208	174	171	111	86	90	<b>840</b>

Fonte: Relatório IEFP (2006 e 2007)

Durante os anos de desenvolvimento do Portugal Acolhe, isto é, de 2001-2007, foram desenvolvidas cerca de 840 acções de língua portuguesa, abrangendo um total de 12.794 formandos, oriundos de mais de 50 países diferentes de acordo com a informação disponibilizada pelos Relatórios de Execução 2006 e 2007.

Segundo Matos, Isabel A. “apesar da gratuidade da oferta, da especialização dos formadores e da disponibilidade de materiais pedagógicos não se veio a verificar uma procura significativa por parte do público-alvo”. (2004:24-29)

Em 2008 foi desencadeado um processo de reforma do Programa Portugal Acolhe, tendo em vista o acesso mais alargado dos seus destinatários, designadamente a desempregados, e o reforço das componentes pedagógicas dos Módulos de Português e Cidadania, introduzindo o Português Técnico.

## **2. Programa Português para Todos (2008-2013)**

O processo de política pública que levou à necessidade de criação da Tipologia 66, 866 e 966 – Formação em língua portuguesa para estrangeiros e consequentemente da criação da marca “Programa Português para Todos – Programa PPT” ficou patente na Avaliação Ex-ante do POPH, ao referir como um dos objectivos: o “acolhimento, integração e empregabilidade de imigrantes”, bem como uma actuação numa área “onde há muito se exige uma intervenção integrada e adequada” (AAVV, 2007).

Por outro lado, no texto do Programa POPH é referido que apesar das intervenções já realizadas junto dos imigrantes no sentido de potenciar o acolhimento e a sua integração, ainda existem algumas áreas que apresentam dificuldades como sejam: “ i) na desigualdade no acesso aos empregos mais qualificados; ii) no abandono escolar dos jovens; iii) no acesso à habitação ou nas dificuldades da língua; iv) no acesso aos serviços e direitos diversos, para além das inibições culturais e dos processos de segregação de que são frequentemente vítimas; v) na actuação das redes clandestinas e no controle dos fluxos migratórios e vi) na exposição ao tráfico de seres humanos.” Decisão C (2007) 5157

No mesmo documento e num capítulo exclusivo dedicado à “Empregabilidade e Igualdade de Oportunidades” é reforçada a necessidade de promover a integração social e profissional dos imigrantes através da criação de medidas de política, direccionadas para este público-alvo.

Assim, como objectivos gerais do Eixo 6 – Cidadania e Inclusão Social encontram-se: a promoção da igualdade de oportunidades, nomeadamente através do combate às desvantagens competitivas dos imigrantes no mercado de trabalho (língua portuguesa, formação cívica, discriminação); o acesso à informação sobre direitos e deveres de quem pretende vir, ou já está, a trabalhar em Portugal; a promoção da inclusão social e a igualdade de oportunidades dos descendentes de imigrantes assente em parcerias locais, capazes de desenvolver respostas multidimensionais; bem como da diversidade cultural no seio das organizações públicas e privadas e o diálogo intercultural, tendo em vista a promoção da coesão social e a valorização da diversidade como fonte de riqueza para as sociedades”. Decisão C (2007) 5157)

Por consequência destes objectivos foram criadas as seguintes tipologias de intervenção no POPH: (Decisão C (2007) 5157)

- ✓ Acções de formação em cidadania, língua portuguesa e língua portuguesa técnica dirigida a cidadãos imigrantes em todo o país;
- ✓ Apoio a consórcios locais que promovam a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social;
- ✓ Actividades de acolhimento e integração dos imigrantes, desenvolvendo suportes de informação dirigidos às comunidades imigrantes, sobre direitos e deveres, e promovendo iniciativas, à escala local e nacional, que congreguem toda a sociedade no diálogo intercultural e na celebração da diversidade enquanto riqueza da sociedade;
- ✓ Acções de formação e iniciativas e sensibilização dos agentes públicos e privados em mediação sócio-cultural, igualdade de oportunidades, gestão da diversidade cultural e diálogo intercultural;
- ✓ Campanhas de sensibilização da opinião pública para a diversidade cultural, o diálogo intercultural e a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.”

Com a entrada em vigor do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, a gestão do Eixo 6 – Promoção da Inclusão e da Cidadania, Tipologias 6.6/8.6.6/9.6.6 foi

atribuída ao ACIDI, IP. – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. A delegação de competências pelo POPH de gestão da Tipologia 66 e congéneres deriva do facto do ACIDI, I.P. enquadrar entre as suas atribuições, a de favorecer a aprendizagem da Língua Portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos migrantes, tendo em vista a sua melhor integração na sociedade portuguesa.

Na qualidade de Organismo Intermédio do POPH – Programa Operacional do Potencial Humano, assumiu a iniciativa de gestão e divulgação do Programa “Português para Todos/as”.

O Programa PPT – Português para Todos é um programa de política pública e de âmbito nacional, criado no âmbito da Tipologia 6.6 e congéneres – Formação em língua portuguesa para estrangeiros ao abrigo do Despacho n.º 18476/2008 de 10 de Julho. A Lançado em 2008, o Programa PPT tem por objectivo promover acções de formação de língua portuguesa, bem como dinamizar acções que potenciem a aprendizagem do português técnico em sectores de actividade específicos, que facilitem o acesso ao mercado de trabalho à comunidade imigrante residente em Portugal. Estas acções são financiadas pelo FSE – Fundo Social Europeu através do POPH no âmbito do QREN.

O Programa PPT – Português para todos/as é uma iniciativa conjunta entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Educação, na medida em que estão envolvidos para a sua concretização o ACIDI, IP., o IEFP, IP. e as DRE - Direcções Regionais de Educação.

## **2.1. Regulamento Específico da Tipologia 6.6 e congéneres**

Segundo o Despacho n.º 18476/2008 de 10 de Julho que estabelece o Regulamento do Programa PPT, é objectivo desta Tipologia de Intervenção 66 e congéneres – Formação em língua portuguesa para estrangeiros: “mobilizar instituições públicas e privadas para o ensino da língua portuguesa a cidadãos imigrantes, através da:

*a)* Promoção de acções de formação em língua portuguesa;

*b)* Dinamização da aprendizagem do português técnico em sectores de actividade em que esse conhecimento possa facilitar o acesso ao mercado de trabalho”

As candidaturas que são objecto de apreciação e selecção são realizadas segundo os critérios previstos no Regulamento: (Despacho n.º 18476/2008 de 10.07)

*a)* Projectos que visem a promoção da cidadania e a integração social e cultural dos imigrantes;

*b)* Projectos que contribuam para o processo de legalização e residência dos imigrantes;

c) Projectos que facilitem o acesso à nacionalidade portuguesa;

d) Projectos promovidos por instituições com intervenção em territórios com maior incidência de comunidades imigrantes.”

**Tabela 13 – Desenho da Tipologia 6.6 e congéneres**

<b>Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros (6.6; 8.6.6.e 9.6.6)</b>	
<b>Aplicação territorial</b>	Norte, Centro e Alentejo (Região de Convergência); Algarve e Lisboa
<b>Acções elegíveis</b>	a) Acções de formação em língua portuguesa; b) Acções de formação em língua portuguesa técnica nos diferentes sectores de actividade onde se manifeste a sua necessidade.
<b>Destinatários</b>	Os cidadãos imigrantes e os seus descendentes.
<b>Entidades Beneficiárias dos Apoios</b>	Direcção Regional de Educação IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional I. P.
<b>Certificação</b>	A entidade formadora tem que emitir um certificado a todos os formandos que obtenham uma avaliação com aproveitamento.

Fonte: Regulamento Específico da Tipologia 6.6 e congéneres – produção própria

Segundo o Regulamento do Programa PPT, a organização das acções de formação deve obedecer aos seguintes critérios: (Despacho n.º 18476/2008 de 10.07)

“1 - A formação em língua portuguesa deve ser organizada com base nos níveis definidos no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, elaborado pelo Conselho da Europa.

2 - Os cursos de língua portuguesa técnica desenvolvem-se em diferentes áreas de intervenção, de acordo com as necessidades identificadas nos sectores de actividade.

3 - As entidades interessadas devem apresentar um referencial de formação preferencialmente em articulação com uma instituição representativa dos interesses do sector de actividade.”

No regulamento específico da Tipologia 6.6 e congéneres, no art.º 4º está previsto como acção elegível: as acções de formação em língua portuguesa técnica, nos diferentes sectores de actividade onde se manifeste essa necessidade.

O público-alvo desta formação é o cidadão imigrante, com idade igual ou superior a 18 anos, activo empregado e com situação regularizada em Portugal; que já falem português e que queiram aprofundar os seus conhecimentos de português técnico.

Neste âmbito em 2009, o IEFPP concluiu os Referenciais de Português Técnico correspondentes aos seguintes sectores: Comércio; Restauração; Cuidados de Beleza; e

Construção civil e Engenharia civil. A escolha destas áreas advém do facto destes sectores profissionais, ao longo da história migratória em Portugal, serem as áreas onde se registaram um maior número de imigrantes empregados. Assim, estes cursos de Português Técnico, sendo a sua génese permitir um melhor acesso e integração no mercado de trabalho, promovem certificação nas áreas de comércio, hotelaria, cuidados de beleza, construção civil e engenharia civil; sendo que o referencial aplicado é da responsabilidade do IEFP. Estes cursos dirigem-se maioritariamente a imigrantes que já falem o português, mas que precisam de aprofundar os seus conhecimentos de português técnico num dos sectores de actividade.

Considerando a especificidade das áreas profissionais, os cursos de português técnico têm uma carga horária de 25 Horas e são da competência exclusiva do IEFP e da rede de centros de formação profissional que os leccionam a saber: Rio Meão, Leiria, Viseu, Évora, Portalegre, Alcoitão, Amadora, Alverca, Lisboa Sector Terciário, Setúbal e Sintra.

Para os imigrantes que procuram estes cursos de Português Técnico, os benefícios são a melhoria das competências técnicas da língua favorecendo a sua integração profissional e social, bem como a obtenção de Certificado de Português para Fins Específicos.

No art.º 8 do Despacho n.º 18476/2008 de 10 de Julho, as entidades beneficiárias da tipologia de intervenção 6.6 e congéneres são as Direcções Regionais de Educação e o IEFP, I.P. e podem candidatar-se para a implementação de um projecto, cuja duração não poderá ultrapassar os 12 meses, sendo o âmbito territorial Portugal continental.

Os projectos são apresentados pelas Direcções Regionais de Educação (DREN, DREC, DREALE, DRELVT e DREALG) que constituem as entidades beneficiárias, mas as acções de formação são implementadas pelas escolas da rede pública. No caso do IEFP, I.P são os centros de formação, centros de emprego e os centros protocolares que operacionalizam as acções de formação.

No âmbito do regulamento específico da Tipologia 6.6 e congéneres são destinatários desta medida política “os cidadãos imigrantes e seus descendentes”. No entanto, poderão inscrever-se nos cursos de língua portuguesa para estrangeiros, os cidadãos estrangeiros (nacionais de países terceiros, comunitários, refugiados ou asilados e luso-descendentes, quando se justifique), a título gratuito e ainda podendo usufruir de alguns apoios, nomeadamente subsídio de alimentação, transporte ou acolhimento.

No que concerne aos cidadãos/cidadãs estrangeiros/as nacionais de países terceiros, para frequentarem as acções de formação e poder usufruir dos subsídios acima referenciados, devem possuir um título válido de residência ou permanência em Portugal, ou estarem munidos de um

comprovativo de que foi iniciado o procedimento para a sua obtenção, renovação ou prorrogação.

Quanto à situação dos cidadãos comunitários, a possibilidade de frequentar as acções de língua portuguesa está salvaguardada pela Lei n.º37/2006 de 9 de Agosto, que regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional. Assim, desde que estejam munidos do certificado de registo de cidadão da União Europeia emitido pela Câmara Municipal, que regulariza o seu estatuto de residente têm acesso ao Programa PPT.

Quanto à situação face ao emprego dos/as participantes na formação, podem ser admitidos nas acções de formação, empregados, desempregados ou inactivos; sendo que nas acções promovidas pelo IEFP, IP., a idade mínima de admissão de formandos é de 18 anos, e nas escolas da rede pública consideram a partir dos 15 anos. No que concerne ao nível mínimo de habilitações literárias, para a admissão nestas acções do PPT, esta situação não se aplica, podendo ser admitidos independentemente do número de anos que frequentaram o sistema de ensino do país de origem ou em Portugal.

## **2.2. QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas**

A implementação do Programa PPT – Português para Todos coincide com a disponibilização em Portugal de um referencial linguístico desenvolvido de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR ASA 2001), o que permite um reconhecimento deste nível de certificação a nível internacional.

O QECR foi elaborado pelo Conselho de Europa, em 2001 no âmbito do projecto “Políticas Linguísticas para uma Europa Multilingue e Multicultural” e tem como objectivo ser um guia de referência para os professores que ensinam línguas estrangeiras, nomeadamente a língua portuguesa. Por outro lado, também pretende harmonizar os níveis de aprendizagem das línguas no espaço europeu e promover e fomentar a diversidade linguística na Europa.

Assim, o QECR “fornece uma base comum para a elaboração de programas de línguas, linhas de orientação curriculares, exames, manuais, etc., na Europa. Descreve exhaustivamente aquilo que os aprendentes de uma língua têm de aprender para serem capazes de comunicar nessa língua e quais os conhecimentos e capacidades que têm de desenvolver para serem eficazes na sua actuação. A descrição abrange também o contexto cultural dessa mesma língua. O QECR define, ainda, os níveis de proficiência que permitem medir os progressos dos aprendentes em todas as etapas da aprendizagem e ao longo da vida.” (2001:19)

**Tabela 14 – Níveis Comuns de Referência para as Línguas**

Utilizador	Níveis	Competências
<b>Proficiente</b>	C2	É capaz de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê. É capaz de resumir as informações recolhidas em diversas fontes orais e escritas, reconstruindo argumentos e factos de um modo coerente. É capaz de se exprimir espontaneamente, de modo fluente e com exactidão, sendo capaz de distinguir finas variações de significado em situações complexas.
	C1	É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. É capaz de se exprimir de forma fluente e espontânea sem precisar de procurar muito as palavras. É capaz de usar a língua de modo flexível e eficaz para fins sociais, académicos e profissionais. Pode exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coesão do discurso.
<b>Independente</b>	B2	É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstractos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade. É capaz de comunicar com um certo grau de espontaneidade e de à-vontade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da actualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.
	B1	É capaz de compreender as questões principais, quando é usada uma linguagem clara e estandardizada e os assuntos lhe são familiares (temas abordados no trabalho, na escola e nos momentos de lazer, etc.) É capaz de lidar com a maioria das situações encontradas na região onde se fala a língua-alvo. É capaz de produzir um discurso simples e coerente sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal. Pode descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças e ambições, bem como expor brevemente razões e justificações para uma opinião ou um projecto.
<b>Elementar</b>	A2	É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (p. ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e directa sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.
	A1	É capaz de compreender e usar expressões familiares e quotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros e é capaz de fazer perguntas e dar respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Pode comunicar de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.

Fonte: Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas - QECR (2001)

No âmbito do QECR (2001:49) são definidos os seis níveis comuns de referência, para três tipos de utilizador: o utilizador elementar, o utilizador independente e o utilizador proficiente. Os seis níveis de referência que vão desde o A1 a C2 estão definidos na Tabela 14 e dividem-se em sub-competências que derivam da competência comunicativa (QECR: 53-55):

- Compreender: Compreensão oral e leitura;
- Falar: interacção oral e produção oral;
- Escrever.

Neste sentido, a certificação da competência dos formandos é aferida tendo em conta a sua interacção, produção e compreensão oral, mas também a compreensão de leitura e por fim a produção escrita.

O uso da língua é muito variável, de acordo com os contextos em que é aplicável, “a necessidade e o desejo de comunicar surgem numa situação muito específica e a forma e o conteúdo da comunicação são uma reacção à situação”. Assim, “cada acto de linguagem inscreve-se no contexto de uma situação específica no interior de um dos domínios (esferas de acção ou áreas de interesse) nos quais se organiza a vida social” (QECR: 75)

Assim, no QECR são apresentados quais os domínios em que os aprendentes actuam, sendo estes que definem os objectivos da aprendizagem e ensino das línguas:

- “o domínio **privado**, no qual o indivíduo vive como pessoa privada, centrado na vida familiar, na casa e nos amigos, empenhado em actividades individuais como a leitura por prazer, a escrita de um diário, o exercício de actividades lúdicas (passatempos, por exemplo), a dedicação a outros interesses pessoais;
- o domínio **público**, no qual o indivíduo actua como cidadão ou membro de uma organização e está empenhado em diferentes transacções com várias finalidades;
- o domínio **profissional**, no qual o indivíduo está empenhado no seu trabalho ou profissão;
- o domínio **educativo**, no qual o indivíduo está empenhado numa aprendizagem organizada, especialmente (mas não necessariamente) numa instituição de ensino.”

É de referir que estes domínios permitem a preparação dos aprendentes para os contextos em que tenham necessidade de intervir. QECR (2001: 76)

### 2.3. Referencial de Formação

A organização da formação no âmbito do Programa PPT – Português para Todos, tem por base o Referencial “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento” homologado a 22/04/2008, resultado de uma parceria entre a DGIDC (Ministério da Educação), a ANQ e o IEFP. Este referencial está estruturado com base nos níveis comuns de referência que resultam da adequação dos descritores do QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, destina-se a adultos não nativos e o perfil linguístico de saída corresponde ao nível A2 – Utilizador Elementar. O Referencial apresenta a flexibilidade de dois percursos: Percurso A – 200 Horas e Percurso B – com 150 Horas, sendo que este formato poderá ser adequado, conforme as nacionalidades em presença e as dificuldades sentidas na progressão dos conhecimentos a adquirir. Grosso, M. J. (Coord.) et al. (2008)



Este nível A2 – Utilizador Elementar do QECR que corresponde ao conhecimento suficiente em língua portuguesa previsto na Lei da Nacionalidade e na Lei da Imigração abrange dois níveis – A1 (iniciação) e A2 (elementar).

O utilizador elementar, considerado como o nível de sobrevivência tem por objectivo facultar ao cidadão e a cidadã imigrante, o conhecimento da língua da sociedade de acolhimento, na óptica de apropriação dos termos que necessita para a sua interacção no domínio público e privado, ou seja, de colmatar as necessidades comunicativas que lhe permitam a sua integração social e profissional, através da aprendizagem de termos ligados à realização de tarefas e que lhe permitam lidar com as situações do quotidiano.

O Referencial “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento”, está organizado por: Descritores, Fichas Modulares (12) e Actividades e Tarefas. De acordo com a autora, o referencial tem por finalidade “descrever, de forma não exaustiva, aquilo que os Utilizadores têm de aprender para comunicar (e desenvolver competências de língua) em português no contexto de acolhimento”. Grosso, M.J. (2011).

A descrição para este nível de referência apresenta os domínios sociais de comunicação, as situações de comunicação, os tipos de texto escritos e orais, as estratégias de comunicação, os actos de fala, os temas, as noções específicas e gerais que se prevê serem necessárias ao uso da língua nas actividades comunicativas.

Com a aprovação do II PII – Plano para a Integração dos Imigrantes, através da Resolução do Conselho de Resolução n.º 74/2010 ficou previsto na Medida 7 – Consolidação do Programa Português para Todos, o alargamento do Programa PPT aos “níveis B1 e B2 (Nível Intermediário do Quadro Europeu Comum de Referências para as Línguas), de forma a facilitar aos imigrantes um maior domínio da língua portuguesa.”

Neste âmbito criando condições que permitam aos cidadãos e cidadãs imigrantes que residem em Portugal, a frequência de cursos de língua portuguesa para estrangeiros, de nível de proficiência B1 e B2, de forma gratuita, revela a abertura e receptividade de um país para o capital linguístico e cultural da população imigrante.

O Referencial “ O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento” foi divulgado em Março 2010, numa Sessão de Divulgação organizada pelo Programa PPT, considerando que será o referencial a utilizar nas acções de B1 e B2 – Utilizador Independente. Este referencial resulta da parceria entre a DGIDC, ANQ e IEFPP e pretende ser um instrumento de auxílio ao trabalho que os formadores/professores realizam junto dos aprendentes adultos estrangeiros que já detêm

competências em língua, com o nível de proficiência A2 – Utilizador Elementar, mas que querem continuar a desenvolver competências em língua e cultura portuguesa, por razões ou necessidades que podem ser económicas, sociais, familiares, melhoria de vida, integração, entre outras.

O lançamento do Referencial “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento” – B1 e B2 do QECR veio dar resposta a uma necessidade já diagnosticada pelas entidades beneficiárias do Programa PPT, a um interesse demonstrado pelos imigrantes de continuarem a aprendizagem da língua portuguesa, mas também contribuir para uma melhor integração pessoal, social, familiar e profissional dos cidadãos e cidadãs imigrantes que escolheram Portugal, como país de destino.

Nesta óptica, este nível de proficiência irá permitir a construção de cidadãos de “primeira”, que ultrapassam os limiares de sobrevivência, partindo para uma aprendizagem mais complexa, não só ao nível das temáticas, mas também dos desafios que lhe são colocados; a aplicação da aprendizagem obtida no nível elementar, da sua interacção nos contextos formais (trabalho, acesso aos serviços, entre outros) e informais (relações pessoais, familiares e sociais). “Revela-se ainda particularmente importante no perfil terminal deste nível, a capacidade do Utilizador Independente para debater assuntos concretos e abstractos, persuadindo, alterando, reformulando ou modalizando (oralmente e por escrito) informações e opiniões.” Grosso, M. J et al. (2009:7)

Sendo objectivo do documento dar continuidade ao desenvolvimento da proficiência em língua portuguesa, encontra-se organizado em duas partes: a introdução à temática, o descritores do nível B (utilizador independente falante de outras línguas), e apresenta as fichas modulares, testes e modelos. A segunda parte apresenta exemplos práticos de tarefas, actividades e exercícios que podem ser seguidos ou adaptados pelos formadores/professores nas suas práticas.

#### **2.4. Certificação dos/as Formandos/as**

No contexto das acções de formação em língua portuguesa para estrangeiros, a certificação dos formandos está prevista na Portaria 1262/2009 de 15 de Outubro que criou os cursos de PFOL - Português para Falantes de Outras Línguas, com base no Referencial “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento” enquadrando-os no Sistema Nacional de Qualificações, estruturando a organização a formação em unidades de formação em curta duração (UFCD) integradas no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e definindo as regras a que obedece a sua leccionação e certificação.

Nesta portaria ficou definido o perfil dos professores/formadores que leccionam estas acções, explicitando que devem ser “ docentes profissionalizados na área do ensino do Português, preferencialmente com formação específica no ensino do Português como língua estrangeira ou língua segunda, ou por formadores devidamente certificados na mesma área, seleccionados, para o efeito, pelos estabelecimentos de ensino e centros de formação.”

Por outro lado, é enquadrado a certificação das acções que só pode ser efectuada “pelos estabelecimentos de ensino ou pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., quando se trate de cursos promovidos nos centros de formação deste Instituto”.

A Prova da Língua Portuguesa regulamentada através da Portaria n.º 1403-A/2006, de 15 de Dezembro, tem por objectivo regular os procedimentos de realização de Prova da Língua Portuguesa para a aquisição de nacionalidade. A conclusão com aproveitamento da acção de formação em língua portuguesa para estrangeiros, com a duração total de 150 horas, confere aos formandos a obtenção de um Certificado de Utilizador Elementar de Português Língua Estrangeira, que lhes garante a dispensa de realização da prova de nacionalidade.

Esta situação é muito importante, na medida em que no âmbito do Programa PPT, os cursos de língua portuguesa ao permitirem o acesso a um certificado de Nível A2 – Utilizador Elementar, este releva para efeitos de acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente e/ou ao estatuto de residente de longa duração.

Senão vejamos, a Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º2/2006 de 17 de Abril) no seu artº6.º n.º1 diz que “o Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos: (...) alínea c) conhecerem suficientemente a língua portuguesa;”.

Por outro lado, a Lei da Imigração (Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho) no art.º 80.º, que diz respeito à concessão de autorização de residência permanente, diz o n.º1 que “sem prejuízo das disposições da presente lei relativas ao estatuto dos nacionais dos Estados terceiros residentes de longa duração, beneficiam de uma autorização de residência permanente os cidadãos estrangeiros que cumulativamente: (...) alínea e) Comprovem ter conhecimento do Português básico.”.

No que respeita à situação dos imigrantes que pretendem beneficiar do Estatuto de residente de longa duração, a Lei da Imigração no art.º 126.º que regula as Condições de aquisição do estatuto de residente de longa duração, no ponto n.º1 diz que “o estatuto de residente de longa duração é concedido ao nacional de Estado terceiro que: (...) alínea e) Demonstre fluência no Português básico.”

## 2.5. Catálogo Nacional de Qualificações e o S.I.G.O

Com a publicação da Portaria 1262/2009 de 15 de Outubro ficou previsto a integração do referencial “O Português para Falantes de Outras Línguas” – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento”, nível A1 e A2 no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Esta incorporação ficou disponível após a publicação no Boletim do Trabalho e do Emprego n.º 27, de 22 de Julho de 2010, e após a rectificação do publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 17, de 8 de Maio de 2010. Assim, após a inserção das UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração no CNQ a formação em língua portuguesa para estrangeiros, que confere a certificação ao nível A1 e A2, passou a estar estruturada em 6 UFCD sequenciais, de 25 horas cada, sendo o percurso total de 150 horas.

**Tabela 15 – Organização das UFCD Nível Elementar (A1 e A2)**

<b>Código</b>	<b>UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração</b>	<b>Carga Horária (Horas)</b>
6452	Eu e a minha rotina diária	25
6453	Hábitos alimentares, cultura e lazer	25
6454	O corpo humano, saúde e serviços	25
<b>Sub. Total Nível A1:</b>		<b>75</b>
6455	Eu e o mundo do trabalho	25
6456	O meu passado e o meu presente	25
6457	Comunicação e vida em sociedade	25
<b>Sub. Total Nível A2:</b>		<b>75</b>
<b>Total de horas (Nível A1 e A2):</b>		<b>150</b>

Fonte: Catálogo Nacional de Qualificações - ANQ

Por outro lado, com a publicação do Referencial “ O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento” em Dezembro de 2009, facilitou a integração em 2010 do Referencial em UFCD, sendo integrado no CNQ com 150 horas de carga horária, conforme a Tabela 16.

**Tabela 16 – Organização das UFCD Nível Independente (B1 e B2)**

<b>Código</b>	<b>UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração</b>	<b>Carga Horária (Horas)</b>
6397UI	Eu, a sociedade e a cultura	50
6398UI	Eu e os outros	25
6399UI	Actualidade cultural	25
<b>Total Nível B1:</b>		<b>100</b>
6400UI	Sociedade e projectos de vida	50
6400UI	Actualidades	25
<b>Total Nível B2:</b>		<b>75</b>

Fonte: Catálogo Nacional de Qualificações - ANQ

A UFCD da formação de base 6399UI impõe a precedência das UFCD 6397UI e 6398UI para a obtenção da certificação do nível B1. Constitui um aprofundamento de conhecimentos culturais sobre o país de acolhimento e não é obrigatória para a obtenção da certificação do nível B1, caso o adulto já tenha concluído a UFCD 6397UI e 6398UI.

É de referir que não obstante a organização das UFCD indiciar um número de horas superior a 150 horas, esta leitura não é correcta, o que está previsto é uma flexibilização no ensino da língua e a sua adaptação aos formandos em sala, considerando sempre um total de 150 horas, para a conclusão do nível B1 e B2 – Utilizador Independente.

A Portaria n.º 612/2010 de 3 de Agosto, define que as acções de formação realizadas e que se enquadram na qualificação de adultos, vão ser integradas no Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO).

Através deste sistema, será possível a “gestão integral dos processos de qualificação de adultos, desde a sua inscrição até à conclusão de um nível de escolaridade, ou a obtenção de uma qualificação, e correspondente emissão de certificado e diploma.” O Sistema SIGO obriga as entidades beneficiárias do Programa PPT, a proceder ao registo da entidade, formadores e formandos relativos às acções de formação em língua portuguesa, numa área reservada denominada PFOL – Português para Falantes de Outras Línguas.

Em suma, a Plataforma SIGO, possibilita a emissão de certificados por UFCD, mas considerando a certificação de nível A1, A2, B1 e B2, a emissão poderá ser feita por cada nível, ou na conclusão do nível A2, B1 ou B2.

### **3. Benchmarking – Políticas de promoção da aprendizagem da língua em diversos países**

A adopção da Agenda Comum para a Integração previu um enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia. A integração é um processo que dura vários anos, mas todos os países da União Europeia estão empenhados em acolher e integrar os imigrantes que os procuram. Assim, a Agenda Comum para a Integração definiu os princípios básicos que todos os países da União Europeia devem prosseguir, ainda que com espaço para as necessárias adaptações que cada país queira implementar. Assim, pretendia-se neste ponto, apresentar a título de exemplo, as práticas dos outros países, no que respeita à organização da formação linguística, isto é, os níveis de aprendizagem, certificação das acções, entre outros e as experiências apresentadas em documentos de referência da União Europeia.

### **3.1. Manual de Integração para decisores políticos e profissionais (2004)**

No âmbito das políticas de acolhimento e integração de imigrantes que são levados a cabo pelos países da União Europeia, em especial os que estão relacionados com a aprendizagem da língua do país de acolhimento, verifica-se que em alguns países a aprendizagem da língua está incluída num “pacote” denominado como programas de introdução. (2004:17-18)

De acordo com a informação disponibilizada nestes programas os participantes podem aprender a língua, estabelecer ligações com o mercado de trabalho e informar-se sobre a sociedade de acolhimento através de programas bem estruturados e dotados de recursos. (2004:17-18)

### **3.2. MIPEX – Migrant Integration Policy Index (2007)**

O MIPEX - Índice de Políticas de Integração de Migrantes constitui um estudo comparativo das medidas relativas à integração dos imigrantes, que têm lugar em 27 países europeus e no Canadá. Através deste estudo é possível aferir quais as práticas levadas a cabo pelos diferentes países que são mais favoráveis à integração dos imigrantes e nos 28 países alvo do estudo incidiram nas seguintes áreas: acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, participação política, acesso à nacionalidade e medidas anti-discriminação. Na edição do MIPEX o termo migrante refere-se aos cidadãos nacionais de países terceiros, mas também de três países não pertencentes à União Europeia, ou seja o Canadá, a Noruega e Suíça.

Esta análise utiliza mais de “140 indicadores de políticas para criar uma imagem rica, multi-dimensional das oportunidades dos migrantes de participarem em sociedades europeias. O MIPEX II abrange 6 áreas de políticas que delineiam o percurso de um migrante até à cidadania plena: acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, residência de longa duração, participação política, aquisição de nacionalidade e antidiscriminação.” (2007:4-5)

Para medir a política de integração de migrantes em cada país, ou seja cada vertente ou área política, o Mipex “identifica os mais elevados padrões europeus nas políticas mais relevantes. Alguns destes padrões estão contidos nas Directivas da CE, que os Estados-Membros da UE são obrigados a transpor para as suas leis nacionais. Outros padrões resultam das Convenções do Conselho da Europa que os países ratificadores se comprometeram a implementar.” (2007:4-5)

No que respeita à questão da aquisição e aprendizagem da língua para a integração dos migrantes, esta surge numa série de indicadores, sendo de destacar:

**Acesso ao mercado de trabalho** - No que respeita ao acesso ao mercado de trabalho, na Bélgica “os trabalhadores migrantes são elegíveis para a ocupação de um posto de trabalho na maioria dos sectores (excluindo o exercício da autoridade pública). Antes de poderem iniciar uma actividade, os empresários migrantes devem dar provas do preenchimento de várias condições, tais como o domínio da língua.” Mipex (2007:28)

No Canadá, também os migrantes têm o mesmo acesso ao mercado de trabalho à semelhança dos cidadãos canadianos, sendo que no âmbito das medidas de integração para melhorar a empregabilidade, ao migrante é-lhe dada a possibilidade de melhorar o seu nível de empregabilidade através do programa de aperfeiçoamento linguístico “Enhanced Language Training“, bem como acções de formação profissional e cursos de linguagem profissional ministrados ao abrigo das autoridades governamentais federal e provincial. Mipex (2007:34)

**Reagrupamento familiar** - “Nas políticas de reagrupamento, os 28 países do MIPEX divergem nas disposições que determinam quanto tempo os residentes devem aguardar para serem elegíveis e quais os membros da família que podem ser reagrupantes. Na generalidade, os migrantes não são submetidos a testes e cursos de língua ou integração para poderem viver com as suas famílias.” Mipex (2007: 11)

Na Áustria, houve um decréscimo das políticas de integração, no que respeita ao reagrupamento familiar, sendo agora considerados no âmbito do Mipex (2007:23) “as segundas piores dos 28 países” Se não vejamos, “A Lei da Permanência e Residência, de 2006, tornou o “acordo de integração” ainda menos favorável. O estatuto dos reagrupantes e dos seus familiares está dependente do seu domínio da língua alemã ao nível A2 (antes, era apenas exigido o nível A1 – Ver Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas). Muitos são obrigados a frequentar dispendiosos cursos de 300 horas (mais 200 horas do que as anteriormente exigidas). A seguir, são sujeitos a testes de escrita, oralidade e questões de resposta livre. O Governo reembolsa as despesas daqueles que são rapidamente aprovados, mas as penalizações sobre os restantes agravam-se no tempo. O Estado exige recursos económicos elevados. Apesar de a lei conceder seis meses para a conclusão dos processos, as quotas anuais resultam em períodos de espera de 9 meses a 3 anos.”

**Residência de longa duração** – apenas num único país, a Irlanda, se encontra o pior cenário, na medida em que “um migrante é elegível para obter a nacionalidade após aguardar 8 anos ou mais, permanecendo fora do país apenas durante curtos períodos de tempo. Muitas condições são colocadas desta forma. Um migrante deverá ser aprovado num curso obrigatório de integração e num teste escrito dispendioso para provar que possui um elevado nível de conhecimentos da língua e da cultura do país.” Mipex (2007:12)

Para os residentes de longa duração, o Estado francês tem uma forma de verificar o seu nível de integração, ou seja, “as autoridades têm agora o direito de decidir se alguém se integrou ou não na sociedade francesa, com base no seu respeito pelos princípios republicanos e no seu nível de conhecimentos da língua francesa.” Mipex (2007:71)

Na Alemanha “os migrantes são elegíveis para residência de longa duração após 5 anos de permanência no país, os quais não podem incluir períodos de estudo ou o período que antecede o deferimento de um pedido de asilo. Durante um longo e dispendioso processo, os requerentes devem demonstrar que possuem meios de subsistência elevados e obter aprovação num rigoroso teste de língua alemã e num teste básico de conhecimentos sobre a sociedade alemã.” Mipex (2007:77)

Na Grécia, o acesso ao estatuto de residente de longa duração “passou a incluir a frequência de um curso obrigatório cujas vagas são limitadas por uma quota máxima (cerca de 500 por ano). De seguida, os requerentes devem obter aprovação num teste de língua (de nível avançado), cultura e história gregas, que envolve perguntas de escolha múltipla e de resposta livre. O teste é gratuito, mas o processo custa 900 Euros na sua totalidade. Embora esta avaliação não tenha em conta as capacidades do indivíduo, os migrantes que tenham estudado na Grécia não são obrigados a realizar o teste.”

Na Áustria “as autoridades decidem se está ou não “integrado” através de condições como um curso obrigatório e um teste escrito dispendioso que exige um elevado nível de conhecimento da língua, história, sociedade e cultura do país. Mipex (2007:16)

Portugal, é referenciado no Mipex, como sendo um dos melhores países na integração dos migrantes, pelo facto de que as “medidas de integração visam reduzir o desemprego dos migrantes, promover a sua formação profissional e melhorar os seus conhecimentos de língua portuguesa. Mipex (2007:148)

### **3.3. International Migration Outlook: Sopemi Annual Report (2008)**

No International Migration Outlook: Annual Report é efectuado uma análise geral sobre a imigração internacional, na medida em que para os países da OCDE a migração é uma prioridade da política pública; assim esta publicação anual analisa os desenvolvimentos recentes dos movimentos migratórios e as políticas existentes em matéria de imigração nos países da OCDE. No presente relatório é referido no que respeita à questão da língua e dos testes de língua realizados pelos migrantes, os requisitos e procedimentos subjacentes a este processo nos diferentes países da OCDE. Considerando que a aprendizagem da língua é um factor potenciador de integração de imigrantes, de seguida apresentam-se as várias políticas levadas a cabo por alguns países e referenciadas no referido relatório. (2008:108-114)



Na Suécia, por exemplo, o pacote de reformas levadas a cabo contém medidas para promover a aprendizagem da língua e o apoio aos migrantes no mercado de trabalho. O novo programa “Step-in jobs”, introduzido em Julho de 2007 oferece aos imigrantes recém-chegados a oportunidade de trabalharem a tempo parcial e frequentarem uma acção de formação em língua.

Na Suíça, as prioridades da política de integração são: disponibilizar cursos de formação profissional e de aprendizagem da língua para refugiados e estrangeiros que se encontram no mercado de trabalho; ajudar a promover a coexistência entre as comunidades migrantes e promover a abertura de instituições e centros de formação para imigrantes.

Na Finlândia, a promoção para a aprendizagem da língua é também aferida como forma de impulsionar a integração. Passar num teste de língua é ou pode ser um requisito para aqueles imigrantes que em diversos países aguardam um estatuto de residência de longa duração.

Na Alemanha, as prioridades e as principais medidas da política de integração do Governo Federal alemão é promover a integração ocupacional e a aprendizagem da língua alemã. Desde Agosto de 2007, uma nova medida possibilita uma maior flexibilidade no ensino, bem como a inclusão de novos públicos, como sejam analfabetos e os jovens. A participação nestes cursos é obrigatória para quem não tem conhecimentos básicos em alemão. Os requisitos para a reunião familiar passam obrigatoriamente pela realização de um teste de língua alemã.

Na República Checa, foi realizada uma alteração ao Estatuto de Residência de Imigrantes introduzindo a necessidade de provar o conhecimento da língua checa como um requisito para a obtenção da autorização de residência, enquanto que na República Eslovaca, o teste de língua para acesso à cidadania tem-se tornado cada vez mais rigoroso.

Na Dinamarca, desde 2006, os refugiados e os imigrantes que solicitem uma autorização de residência permanente, têm que assinar um contrato de integração comprometendo-se a passar num teste de língua. A reunificação familiar só é autorizada se o imigrante residente tiver passado no teste de língua dinamarquesa e de conhecimento da sociedade dinamarquesa.

Os estrangeiros com idades compreendidas entre os 16-64 anos, que pretendem ir para França ao abrigo da reunificação familiar, têm que fazer um teste de língua, no seu país de origem de conhecimentos de francês e de compreensão dos valores franceses; caso falhem podem frequentar cursos de francês e voltar a realizar o exame. O teste de língua também é aplicável aos estrangeiros casados com indivíduos de nacionalidade francesa, quando solicitam autorização para permanecer no país por mais de três meses.

## Capítulo 4 – Acesso à Nacionalidade e as exigências de domínio da língua

### 1. Lei da Nacionalidade e a Prova do conhecimento da língua portuguesa

A obtenção da cidadania da União Europeia é possível através da concretização da cidadania de um Estado-membro. Sendo uma matéria de grande importância, e sem pôr em causa, como é natural a soberania dos estados-membros que detêm a competência exclusiva para legislar em matéria de nacionalidade, no Conselho de Tampere (1999), o Conselho Europeu deliberou sobre esta questão e subscreveu “o objectivo que consiste em oferecer aos residentes nacionais de países terceiros detentores de autorização de residência prolongada a possibilidade de obterem a nacionalidade do Estado-membro em que residem.” COM (2001) 387 final

Em Portugal, o regime de aquisição e de atribuição da nacionalidade portuguesa, encontra-se regulamentado no Decreto-Lei n.º 237-A /2006 de 14 de Dezembro que aprova o regulamento da nacionalidade portuguesa, regida pela Lei Orgânica n.º2/2006 de 17 de Abril. A aquisição da nacionalidade pode ser conseguida de duas formas: por mero efeito da lei ou por efeito da vontade.

“Por atribuição originária, para além dos filhos dos portugueses, também se incluem para efeitos da lei: indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, ao tempo do nascimento. (ao abrigo da alínea d), n.º 1 do art. 1.º da Lei da Nacionalidade); indivíduos nascidos em território português e que não possuam outra nacionalidade. (ao abrigo da alínea f), n.º 1 do art. 1.º da Lei da Nacionalidade).

São portugueses de origem, por efeito da vontade: indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses e desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos cinco anos, ao tempo do nascimento. (ao abrigo da alínea e), n.º 1 do art. 1.º da Lei da Nacionalidade);

No que respeita à aquisição por efeito de vontade, podem adquirir a nacionalidade portuguesa: filhos menores, ou incapazes, de pai ou mãe que adquira a nacionalidade portuguesa (art. 2.º Lei da Nacionalidade). Em caso de casamento ou de união de facto, judicialmente reconhecida, com um nacional português (art. 3.º da Lei da Nacionalidade); o menor estrangeiro adoptado plenamente por um cidadão português (art. 5.º da Lei da Nacionalidade)

Por **naturalização**, pode adquirir a nacionalidade (art. 6.º da Lei da Nacionalidade): estrangeiro residente legal há 6 anos (n.º 1 do art. 6.º da Lei da Nacionalidade); menor nascido em Portugal, caso aqui tenha concluído o 1.º ciclo do ensino básico ou um dos progenitores aqui

resida legalmente há 5 anos. (n.º 2 do art. 6.º da Lei da Nacionalidade); em caso de perda da nacionalidade portuguesa e desde que se verifique que não foi adquirida outra nacionalidade. (n.º 3 do art. 6.º da Lei da Nacionalidade); nascido no estrangeiro com um ascendente do 2.º grau que não tenha perdido a nacionalidade portuguesa. (n.º 4 do art. 6.º da Lei da Nacionalidade); nascido em Portugal e que se encontre ilegal desde que aqui tenha permanecido nos 10 anos imediatamente anteriores ao pedido. (n.º 5 do art. 6.º da Lei da Nacionalidade).

Em casos especiais (n.º 6 do art. 6.º da Lei da Nacionalidade) se já foram detentores da nacionalidade portuguesa; se havidos como descendentes de portugueses ou membros de comunidades de ascendência portuguesa; por prestação de serviços relevantes ao Estado Português ou à comunidade nacional.”

Para o trabalho que estamos a desenvolver o importante é a referência na Lei da Nacionalidade no seu art.º 6.º n.º1 onde diz que “o Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos: (...) alínea c) conhecer suficientemente a língua portuguesa;”.

Por outro lado, no Decreto-Lei n.º 237-A /2006 de 14 de Dezembro, esta situação é reforçada no art.º 19.º n.º1, em que explicita que “o Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros quando satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:” alínea c) Conheçam suficientemente a língua portuguesa, nos termos do disposto no artigo 25.º.”

A leitura do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 237-A /2006 de 14 de Dezembro, denominada “Prova da residência e do conhecimento da língua portuguesa”, explicita no n.º 2 que “a prova do conhecimento da língua portuguesa pode ser feita por uma das seguintes formas:

a) Certificado de habilitação emitido por estabelecimento de ensino oficial ou de ensino particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais;

b) Certificado de aprovação em teste de diagnóstico realizado em qualquer dos estabelecimentos de ensino previstos na alínea anterior, cujos modelos são aprovados por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e da Educação;

c) Certificado de aprovação no teste de diagnóstico previsto na alínea anterior emitido pelos serviços consulares portugueses, quando o interessado resida no estrangeiro;

d) Certificado em língua portuguesa como língua estrangeira, emitido mediante a realização de teste em centro de avaliação de português, como língua estrangeira, reconhecido pelo Ministério da Educação mediante protocolo.”

Considerando o atrás exposto, irei debruçar-me sobre as opções previstas na legislação para a demonstração do conhecimento suficiente da língua portuguesa excepto no que respeita à alínea c), na medida em que o âmbito do trabalho apenas se restringe a Portugal e os certificados aí referenciados são emitido pelos serviços consulares portugueses no estrangeiro.

### **1.1. Certificado de Habilitação emitido por estabelecimento de ensino**

No que respeita ao primeiro item, é possível a obtenção de um certificado emitido por estabelecimentos de ensino oficial ou de ensino particular ou cooperativo, reconhecidos nos termos legais (i.e., todos os estabelecimentos de ensino que ministram o currículo nacional, quer sejam da rede pública, quer pertençam ao ensino particular ou cooperativo); por outro lado, outra das possibilidades é através da frequência de uma acção de formação de língua portuguesa para estrangeiros no âmbito do Programa Português para Todos. Esta medida política de integração de imigrantes disponibiliza cursos de língua portuguesa para estrangeiros, que certificam ao nível A2 – Utilizador Elementar do QECR, reconhecido pelas entidades competentes como o nível de certificação passível de demonstrar o conhecimento da língua portuguesa.

### **1.2. Teste de Diagnóstico**

No que respeita à “alínea b) Certificado de aprovação no teste de diagnóstico”, esta é uma outra forma de aferir o conhecimento suficiente da língua portuguesa e está regulamentada através da Portaria 1403-A/2006 de 15.12. Esta Portaria foi criada para dar resposta ao previsto no art.º 25 do Regulamento da Nacionalidade, e em média realizavam-se quatro provas por ano. Assim, veio proceder à definição e aprovação dos modelos de testes de diagnóstico dirigidos aos interessados entre 10 e 14 anos e aos que têm mais de 14 anos, os locais de inscrição e de realização dos testes de diagnóstico, bem como o valor da taxa devida. Por outro lado, reconhece no n.º2 do Art.º1.º que “considera-se conhecimento suficiente em língua portuguesa o nível A2 do quadro europeu comum de referência para as línguas”.

Desde 2006, que em Portugal os estrangeiros que assim o pretendam podem realizar o Teste de Diagnóstico ou como era conhecida entre os imigrantes, a “Prova da Nacionalidade”. O processo passava pela inscrição no site oficial da Prova da Língua Portuguesa (Site DGIDC 2011), pelo que posteriormente o interessado era informado do local e hora de realização da prova. Actualmente o site encontra-se indisponível, de acordo com o Aviso 13/10/2010, disponibilizado no site da DGIDC – Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Considerando o número elevado de estrangeiros que já realizaram o Teste Diagnóstico em Portugal, debrucei-me sobre os dados disponíveis relativos à realização da Prova de Língua

Portuguesa para efeitos de aquisição de nacionalidade realizado no passado 9 de Outubro de 2010 e disponibilizados no site da DGIDC.

**Tabela 17 – Distribuição dos Centros de Exame por Região**

Região	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Total:
N.º de Centros de Exame	7	6	4	37	10	<b>64</b>

Fonte: Site DGIDC 2011 – produção própria

Assim, é possível verificar que a Prova de Língua Portuguesa realizou-se no Continente e nas ilhas, no entanto, no presente trabalho apenas iremos destacar os resultados das provas que tiveram lugar nas Regiões Norte, Centro, Alentejo, Lisboa e Algarve.

De acordo com a Tabela 17, verifica-se que participaram 64 centros de exame, sendo que a região de Lisboa é a que apresenta um maior número de escolas envolvidas, representando 58% do total, seguida do Algarve com 16%, respectivamente.

Quanto ao total de candidatos que se inscreveram na Prova da Língua Portuguesa, mantém-se a hegemonia de Lisboa, com um total de 2423 candidatos, seguida da região do Algarve e depois o Norte, com 596 e 444 candidatos inscritos, segundo a Tabela 18.

**Tabela 18 – Distribuição dos Candidatos por Região**

Região	N.º de Candidatos Abrangidos (09/10/2010)		N.º de Candidatos Aprovados (09/10/2010)		Percentagem de Abrangidos sobre Aprovados (09/10/2010)
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Relativa
<b>Norte</b>	444	11%	223	11%	50%
<b>Centro</b>	324	8%	191	10%	59%
<b>Alentejo</b>	149	4%	96	5%	64%
<b>Lisboa</b>	2423	62%	1161	59%	48%
<b>Algarve</b>	596	15%	292	15%	49%
<b>Total:</b>	<b>3936</b>	<b>100%</b>	<b>1963</b>	<b>100%</b>	50%

Fonte: Site DGIDC 2011 – produção própria

Para a inscrição dos candidatos para a Prova da Língua Portuguesa é necessário a apresentação de um documento de identificação, sendo de referir que da análise efectuada à informação disponibilizada os documentos mais comuns são: a Autorização de Residência, o Passaporte e o Bilhete de Identidade.

Analisando o número de candidatos abrangidos e a taxa de sucesso obtida, verifica-se que em média apenas 50% dos candidatos obtiveram aprovação no Teste de Diagnóstico. No entanto, não é de descurar que do total dos abrangidos cerca de 22% dos candidatos não compareceram, 26% não foram aprovados e cerca de 2% dos candidatos teve a sua Prova de

Língua Portuguesa anulada. Esta situação está prevista no n.º6 do art. 4.º da Portaria 1403-A/2006 de 15.12 que esclarece que “a realização do teste é imediatamente suspensa e o mesmo anulado por indicação do professor vigilante no caso de ser detectada qualquer fraude ou tentativa de fraude por parte do candidato”.

**Tabela 19 – Distribuição dos Candidatos por Qualificação**

<b>Prova de Língua Portuguesa para Aquisição de Nacionalidade – Dia 09/10/2010</b>								
<b>Região</b>	<b>N.º de Candidatos</b>		<b>N.º de Candidatos</b>		<b>N.º de Candidatos</b>		<b>N.º de Candidatos que</b>	
	<b>abrangidos</b>		<b>Aprovados</b>		<b>Reprovados</b>		<b>não compareceram</b>	
	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
<b>Norte</b>	444	11%	223	11%	106	10%	115	13%
<b>Centro</b>	324	8%	191	10%	67	7%	66	8%
<b>Alentejo</b>	149	4%	96	5%	29	3%	23	3%
<b>Lisboa</b>	2423	62%	1161	59%	630	61%	563	64%
<b>Algarve</b>	596	15%	292	15%	197	19%	106	12%
<b>Total:</b>	<b>3936</b>	<b>100%</b>	<b>1963</b>	<b>100%</b>	<b>1029</b>	<b>100%</b>	<b>873</b>	<b>100%</b>

*Fonte: Site DGIDC 2011 – produção própria*

Por fim, dizer que a região com maior taxa de sucesso na certificação dos candidatos é o Alentejo, com 64% seguida da região Centro com 59%. Por outro lado, a região com maior índice de reprovações é o Algarve com 33% seguida da região de Lisboa com 26%. (Tabela 19)

Actualmente o Teste de Diagnóstico da Língua Portuguesa, está regulada pela Portaria 60/2011 de 2 de Fevereiro, que pretendeu actualizar os procedimentos relativos aos locais de realização da prova e à sua divulgação.

### **1.3. Teste de Língua em Centro de Avaliação**

Relativamente à “alínea d) Certificado em língua portuguesa como língua estrangeira, emitido mediante a realização de teste em centro de avaliação de português, como língua estrangeira, reconhecido pelo Ministério da Educação mediante protocolo”, são vários os centros de exame em Portugal, onde é possível efectuar o exame CIPLE - Certificado Inicial de Português Língua Estrangeira. O CIPLE é um exame que confere uma certificação de nível A2 – Utilizador Elementar, de acordo com o QECR do Conselho da Europa.

A responsabilidade de elaborar e avaliar os exames de língua portuguesa é da responsabilidade do CAPLE - Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira. A certificação de competências que está prevista é de nível A2 do QECR, competências que permitem a interacção do público alvo em situações de comunicação simples e que são previsíveis no quotidiano e que são chamadas de tarefas do quotidiano, onde é passível de utilização conhecimentos básicos de língua portuguesa.

As componentes do exame CIPLE são três: Compreensão da Leitura e Expressão Escrita, Compreensão do Oral e Expressão Oral, sendo que a duração do exame e o cumprimento destas três fases, no mínimo demoram cerca de duas horas.

A inscrição dos candidatos para o exame de CIPLE deve ser efectuada num Centro de Exame à escolha do candidato, sendo que para o exame do dia 24 de Maio, as inscrições decorreram entre 14 de Março a 15 de Abril de 2011.

Consultando o site do CAPLE (2011), foi possível fazer um levantamento dos resultados do último exame realizado no passado mês de Maio de 2011, infelizmente não é possível aceder no site a resultados anteriores de exames, nomeadamente os realizados em 2010, que nos poderiam permitir uma comparação com os resultados da Prova de Língua Portuguesa.

Assim, o exame de CIPLE no passado dia 24/05/2011 foi realizado em 6 Centros de Exame de Português Língua Estrangeira: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Centro 4005); Universidade de Aveiro (Centro 4002); Universidade da Beira Interior (Centro 4011); Universidade de Évora (Centro 4009); Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Centro 4001) e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (Centro 4008), abrangendo um total de 203 candidatos, conforme a Tabela seguinte:

**Tabela 20 – Distribuição dos Centros de Exame CAPLE por Região**

Região	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa	Algarve	Total:
N.º de Centros de Exame	1	2	1	2	0	6

Fonte: Site CAPLE 2011 – produção própria

Analisando o número de candidatos abrangidos e a taxa de sucesso obtida, verifica-se na Tabela 21 que em média 69% dos candidatos obtiveram aprovação no Exame, sendo que 23% dos candidatos foram reprovados e cerca de 8% não compareceram.

**Tabela 21 - Distribuição dos Candidatos ao CIPLE por Região**

N.º de Candidatos - CIPLE (24/5/2011)								
Região	Abrangidos		Aprovados		Reprovados		Que não compareceram	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Norte	5	2%	4	3%	0	0%	1	7%
Centro	9	4%	8	6%	0	0%	1	7%
Alentejo	2	1%	2	1%	0	0%	0	0%
Lisboa	187	92%	127	90%	47	100%	13	87%
Algarve	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total:	203	100%	141	100%	47	100%	15	100%

Fonte: Site CAPLE 2011 – produção própria

Quanto ao número de certificados CIPLE emitidos, observa-se que a região com maior taxa de sucesso na certificação dos candidatos é o Alentejo, com 100%, seguida da região

Centro e Norte, com 89% e 80%, respectivamente. Por outro lado, a região com maior índice de reprovações é Lisboa, com cerca de 23% dos candidatos reprovados, o que se compreende na medida em que também é a região com maior número de candidatos abrangidos.

É de referir que a informação disponibilizada no site para consulta pelos candidatos, apenas identifica o código (número do candidato) e o resultado final do candidato: “Faltou” ou a classificação obtida: “Insuficiente”, “Suficiente”, “Bom” e “Muito Bom”. Assim, os candidatos são informados de que a classificação de Muito Bom é atribuída aos candidatos que obtiverem entre 85% e 100%; Bom com resultados entre os 70% e 84% e Suficiente os que apenas ficarem entre 55% e 69%.

**Tabela 22 - Distribuição dos Candidatos ao CIPLE por Nível de Qualificação**

Região	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Faltou	Total:
Norte	0	3	1	0	1	5
Centro	0	2	4	2	1	9
Alentejo	0	0	1	1	0	2
Lisboa	47	63	49	15	13	187
Algarve	0	0	0	0	0	0
<b>Total:</b>	<b>47</b>	<b>68</b>	<b>55</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>203</b>

Fonte: Site CAPLE 2011 – produção própria

A partir da Tabela 22 verifica-se que a qualificação dos candidatos é muito positiva, considerando que do total de candidatos, 9% obteve Muito Bom, 27% a nota Bom e 33% a classificação de Suficiente no exame CIPLE.

## **2. Benchmarking - Conhecimento da língua e o acesso à nacionalidade em vários países de destino**

A questão da língua e o conhecimento da mesma, também tem implicações no acesso à atribuição e aquisição da nacionalidade nos diferentes países. Assim, para a aquisição da nacionalidade “a maioria dos migrantes de primeira geração têm de viver na Dinamarca durante onze anos para se tornarem elegíveis para aquisição da cidadania dinamarquesa, apesar de o mesmo direito ser concedido aos cidadãos nórdicos depois de apenas dois anos de residência.” Aos cidadãos que se pretendam naturalizar têm que realizar “dispendiosos testes escritos de língua e cidadania e a verificação minuciosa do seu registo criminal e rendimentos.” Mipex (2007:54)

No Canadá, o acesso à nacionalidade por naturalização é atribuído “desde que sejam adultos com residência permanente, aos migrantes, cônjuges e companheiros de cidadãos canadianos basta que tenham residido no país três dos últimos quatro anos para que se possam naturalizar. “ Paralelamente um dos requisitos é a aprovação nos testes de nível linguístico e de



cidadania. “Os testes são normalmente escritos e exigem um domínio básico da língua francesa ou inglesa, dos direitos e deveres de cidadania, da história, política e geografia do país. Os requerentes podem preparar-se através de um guia de estudo gratuitamente fornecido pelo Governo.” Mipex (2007:36)

Na Estónia, as políticas de integração de acesso à nacionalidade são menos favoráveis, sendo que “os residentes permanentes são elegíveis para aquisição da nacionalidade estónia após cinco anos, apesar de poderem sair do país por períodos de tempo mais longos antes de efectuarem o pedido. Os requerentes devem satisfazer certas condições, incluindo aprovação num exame de domínio básico da língua e num dispendioso exame de cidadania, constituído por perguntas escritas e linguagem jurídica. O custo do exame é integralmente reembolsado caso o requerente seja aprovado.” Mipex (2007:60) “Enquanto que os cônjuges de cidadãos cipriotas esperam três anos para se tornarem elegíveis para aquisição da nacionalidade, a maioria dos migrantes tem de sujeitar-se a oito anos de espera. Mesmo os seus descendentes nascidos no Chipre são sujeitos ao mesmo processo de naturalização. A aquisição da nacionalidade obriga apenas ao cumprimento formal de uma “cláusula de bom carácter” cujos contornos não são explícitos. Contudo, dado o elevado poder discricionário de que dispõe o Conselho de Ministros, na prática, os requerentes são também rejeitados pelo seu nível de conhecimento da língua grega, pelos seus rendimentos ou registo criminal.” Mipex (2007:42)

Na Grécia “para se naturalizarem, os migrantes devem preencher condições que envolvem uma grande discricionariedade administrativa e pagar uma taxa elevada pelo pedido de aquisição da nacionalidade (1500 euros). São obrigados a fazer um juramento e a obter aprovação num simples teste oral de língua grega, a provar que possuem “bom carácter” e a submeter o seu registo criminal a uma verificação pormenorizada.” Mipex (2007:84) Na legislação húngara está prevista a aquisição da nacionalidade, apenas para os migrantes que reúnam as condições “relativas aos rendimentos e ao registo criminal e que obtêm aprovação num teste oral de língua, de nível básico, história e literatura húngaras.” Mipex (2007:90)

Na Lituânia a aquisição da nacionalidade só é possível após o migrante ter 10 anos de residência no país. “As condições gerais incluem a realização de testes orais e escritos de língua lituana, de nível básico, e também testes sobre a Constituição, a História da Lituânia e o Hino Nacional.”. Mipex (2007:114)

Em Portugal, no que respeita ao acesso à nacionalidade “os migrantes elegíveis devem cumprir os requisitos, incluindo um teste simples aos conhecimentos linguísticos, que tem em conta as suas respectivas capacidades de aprendizagem e pode ser ministrado por qualquer instituição portuguesa do ensino oficial.” Mipex (2007:150)

### **PARTE III – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PORTUGUÊS PARA TODOS**

De acordo com o enquadramento do Programa PPT, pretende-se através das acções de língua portuguesa para estrangeiros operacionalizar um conjunto de objectivos, que promovam a igualdade de oportunidades e mais concretamente a promoção de respostas específicas às necessidades dos imigrantes que actuem ao nível da promoção da sua integração social e profissional.

No âmbito do regulamento Especifico do Programa PPT não se encontra explicito a existência de um processo de monitorização e avaliação do Programa, no entanto, no que concerne ao processo de monitorização este encontra-se salvaguardado através da operacionalização do SIIFSE, na medida em que “as candidaturas devem ser apresentadas exclusivamente através do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) disponível no endereço <http://siifse.igfse.pt>. “ Despacho n.º 18476/2008 de 10.07

Assim, este Sistema de Informação permite a extracção de dados sobre a execução física dos projectos, como sejam a caracterização dos formandos abrangidos, no que respeita a idade, sexo, habilitações literárias, nacionalidade, situação face ao emprego, entre outros; mas também os relativos à execução financeira, valores aprovados por projecto, por rubrica, pedidos de reembolsos e saldos, execução real das candidaturas, entre outros.

Por outro lado, o ACIDI, I.P. como gestor do Programa PPT produziu um conjunto de mapas que permitem a sistematização dos indicadores de execução física e financeira, por ano e por concurso das candidaturas aprovadas no âmbito da tipologia de intervenção 6.6 e congéneres.

No âmbito dos objectivos presentes neste estudo, o termo avaliação entre as várias definições apresentadas, implica sempre medir, mensurar o desempenho de programas ou projectos. Assim, é necessário definir medidas que permitam aferir os resultados obtidos, isto é, critérios de avaliação. A lista dos critérios que podem ser utilizados é longa e a escolha de um, ou vários deles, depende dos aspectos que se deseja privilegiar na avaliação. Segundo o manual da Evalsed, os mais comuns são: Relevância, Eficácia, Eficiência e por fim a Utilidade.

Por outro lado, considerando a proposta de avaliação apresentada por Evert Verdung, a avaliação iria incidir sobre os critérios substantivos e económicos, conforme a seguir apresentado:

- Objectivos - comparação entre os objectivos alcançados e previstos (critério de eficácia);

- Clientes ao nível dos desejos, motivações, expectativas, avaliação do Programa, grau de satisfação e impacte na vida pessoal e profissional;

- Critério de Produtividade – visa aferir o ratio resultados sobre os custos dispendidos;

- Critério de Eficiência – o enfoque é sobre o ratio custo sobre o benefício.

Neste sentido, a abordagem que se fará de seguida irá incidir sobre três níveis de avaliação do Programa PPT – Português para Todos: a avaliação do Programa PPT no âmbito das metas políticas, enquanto medida do QREN e do POPH; enquanto medida do PII – Plano para a Integração de Imigrantes; e por fim, a avaliação do Programa PPT pelos beneficiários directos, enquanto destinatários finais. Assim, para se efectuar a avaliação nos níveis acima identificados, optou-se pela utilização de uma metodologia de avaliação mista, que compreende a apresentada pelo Evert Verdung, bem como os critérios de avaliação apresentados pelo Guia Evalsed.

## Capítulo 1 – Metodologia de Avaliação - Critérios substantivos

### 1. Avaliação dos Objectivos - Eficácia

#### 1.1. Indicadores de Realização e de Resultados (POPH)

A Tipologia 6.6 e congéneres - Formação em língua portuguesa para estrangeiros financiada pelo POPH, tem definido um conjunto de indicadores de Realização e de Resultado para a tipologia no Texto do Programa do POPH. Os indicadores de realização pretendem avaliar o número de formandos abrangidos nas acções de formação em língua portuguesa durante o QREN. Os indicadores de resultado incidem sobre o número de formandos certificados que frequentaram as acções de formação de língua portuguesa para estrangeiros. As tabelas seguintes explicitam as metas que deverão ser cumpridas no âmbito da Tipologia 6.6 e congéneres, ou seja, para as regiões Norte, Centro, Alentejo (convergência), Algarve e Lisboa.

**Tabela 23 - Indicadores de Realização – Metas da Tipologia 6.6 e congéneres**

Tipologias de Intervenção	Indicadores de Realização			
	Indicadores	Região	Ventilação	Meta 2007-2013 (Média Anual)
Acções de formação em cidadania e língua portuguesa	N.º de formandos abrangidos em acções de formação em língua portuguesa	Norte, Centro e Alentejo (Convergência)	Por Género	463
		Algarve	Por Género	185
		Lisboa	Por Género	552
Total:				1.200

Fonte: Adaptado do Texto do Programa POPH (2007)

No que respeita aos indicadores de realização, o ACIDI, I. P. como organismo Intermédio do POPH, encontra-se obrigado ao abrigo do contrato de delegação de competências assinado com o POPH, a abranger uma média de 1200 formandos por ano, sendo que desagregados pelas regiões do QREN, significa cerca de 39% dos formandos da região de convergência, 15% da região do Algarve e por fim, 46% da região de Lisboa.

**Tabela 24 - Indicadores de Resultado – Metas da Tipologia 6.6 e congéneres**

Objetivos específicos	Indicadores de Resultado			
	Indicadores	Região	Meta 2010	Meta 2015
Promover a inserção social e profissional dos imigrantes	Número de formandos que concluíram com aproveitamento cursos de língua portuguesa	Norte, Centro e Alentejo (Convergência)	970	2.260
		Algarve	390	900
		Lisboa	1.160	2.705
Total:			2.520	5.865

Fonte: Adaptado do Texto do Programa POPH (2007)

Os indicadores de resultado incidem sobre o número de formandos certificados, ou seja, que concluíram com aproveitamento o curso de língua portuguesa, assim neste parâmetro, as metas foram definidas para dois momentos, o número de formandos total que o Programa PPT certificar até 2010 e posteriormente, uma nova avaliação sobre o mesmo indicador mas apenas em 2015, após o fim do QREN.

Para o presente estudo, apenas nos iremos debruçar sobre as metas relativas a 2010, o que significa que no texto do Programa do POPH, era expectável que âmbito da Tipologia 6.6 e congéneres no ano de 2010, estivessem certificados um total de 2520 formandos/formandas, distribuídos pela região de convergência com 39% de formandos certificados, seguidos da região do Algarve com 15% e na região de Lisboa os 46%.

Segundo o Relatório do POPH “enquanto os indicadores de realização medem as concretizações físicas, analisadas a partir de indicadores que fixaram valores médios a atingir em cada ano de implementação do Programa - de 2007 a 2013, ventilados por diferentes categorias de variáveis (ex. género ou escalão etário), os indicadores de resultado medem o impacto, directo ou indirecto, imediato ou a médio prazo, gerado pelas acções apoiadas, no contexto das diferentes políticas públicas promovidas através do financiamento FSE havendo um encadeamento entre realizações e resultados, ou seja, as realizações conduzem a resultados e, a mais a longo prazo a consequências esperadas/impacto.” (2010:206-207)

Dentro da variedade de competências que estão atribuídas à Comissão Directiva do POPH como Autoridade de Gestão, inclui-se também a elaboração do Relatório de Execução

relativo a cada ano civil de execução do Programa, que tem que ser apresentado até 30 de Junho de cada ano à Comissão Europeia, após aprovação da Comissão de Acompanhamento, que tem por objectivo a prestação de contas quer ao nível da execução física e financeira.

Para a obtenção dos dados de execução física e financeira são extraídos do SIIFSE, os dados relativos à execução dos projectos aprovados em cada uma das regiões, relativo ao ano de execução a que o Relatório reporta; no entanto é de referir que estes dados advêm das prestações de contas apresentadas pelas entidades beneficiárias, podendo ter a forma de um pedido de reembolso intermédio, no caso dos projectos plurianuais ou de um pedido de pagamento de saldo.

Desta feita, para que a prestação de contas apresentada pela entidade beneficiária seja considerada para efeitos do Relatório de Execução, a sua análise e decisão por parte do ACIDI, I.P. tem que estar finalizado até à data estipulada pela Comissão Directiva do POPH, sob pena de todas as análises concluídas após essa data, não serem consideradas para o Relatório de Execução do ano, entrando posteriormente no ano seguinte. A título de exemplo, um pedido de pagamento de saldo apresentado por uma entidade beneficiária relativo a ano de 2010, que não esteja com a análise financeira concluída e notificada de decisão efectuada pelo ACIDI, I.P. ate ao dia 08/05/2011, data comunicada pela Comissão Directiva do POPH para a extracção dos dados do SIIFSE, a sua execução física e financeira não seria considerada para efeitos do Relatório de Execução de 2010.

**Tabela 25 – Distribuição por sexo dos Formandos abrangidos por ano, 2008, 2009, 2010**

Tipologias de Intervenção	Indicadores de Realização		2008			2009			2010		
	Indicadores	Região	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Acções de formação em cidadania e língua portuguesa	N.º de formandos abrangidos em acções de formação em língua portuguesa	Norte, Centro e Alentejo (Convergência)	313	442	755	763	1.042	1805	1.299	1.793	3092
		Algarve	412	466	878	614	712	1326	685	780	1465
		Lisboa	0	0	0	1.489	1.592	3081	2.107	2.029	4136
		<b>Total:</b>	725	908	<b>1.633</b>	2.866	3.346	<b>6.212</b>	4.091	4.602	<b>8.693</b>

Fonte: Adaptado do Relatório de Execução do POPH (2008;2009 e 2010) – produção própria

Este enquadramento é importante para justificar alguns resultados apresentados, na Tabela 25, nomeadamente no que respeita ao ano de 2008, em que a região de Lisboa, não apresenta formandos. Esta situação releva da situação acima descrita, no sentido em que em 2009, dentro da data proposta pelo Gestor, o ACIDI, I. P. como organismo intermédio, não

concluiu nenhuma análise financeira dos pedidos de reembolso intermédio e pedidos de saldo apresentados relativos ao ano de 2008, para a região de Lisboa.

Assim, relativamente ao número de formandos abrangidos na Tipologia 6.6 e congéneres, apresenta-se a Tabela 25 que apresenta a distribuição dos formandos abrangidos por ano de execução do Programa, conforme os dados disponibilizados nos Relatórios de Execução do POPH (2008: 162-165), (2009: 212-218) e 2010 (167-171):

De acordo com os valores apresentados verifica-se que o comportamento da Tipologia 6.6 e congéneres tem sido positivo, apresentando uma evolução ao longo dos anos. Assim de 2008 para 2009 apresenta uma taxa de crescimento na ordem dos 300%, que tem uma margem de erro elevada, considerando que não existem valores no ano de 2008 relativamente à Região de Lisboa, o que enviesava os dados apresentados. Comparando a evolução de 2009 para 2010, a taxa de crescimento é de quase 140%.

A Tabela 26 permite uma análise dos indicadores de realização previstos no texto do Programa POPH para esta Tipologia de intervenção 6.6. e congéneres, e as metas conseguidas de 2008 a 2010. É de referir que o ano de 2007 não apresenta indicadores na medida em que o arranque do Programa PPT apenas ocorreu em 2008.

**Tabela 26 – Dados obtidos nos Indicadores de Realização – Metas 2007-2013**

Tipologias de Intervenção	Indicadores de Realização				Resultados 2008-2010 (Média Anual)		
	Indicadores	Região	Ventilação	Meta 2007-2013 (Média Anual)	H	M	Total:
Acções de formação em cidadania e língua portuguesa	N.º de formandos abrangidos em acções de formação em língua portuguesa	Norte, Centro e Alentejo (Convergência)	Por Género	463	867	1.017	1.884
		Algarve		185	563	660	1.223
		Lisboa		552	1.107	1.299	2.406
Total:				1.200	2.536	2.977	5.513

Fonte: Adaptado do Relatório de Execução do POPH (2010)

Neste sentido, verifica-se que a média anual obtida do conjunto dos três anos supera, a meta de 1200 formandos anual preconizada no texto programático do POPH, sendo que se procedermos a uma análise por região, é possível observar que na região de convergência a média de formandos abrangidos foi ultrapassada em 400% na região de convergência, 600% no Algarve e em Lisboa 400%, respectivamente.

A aferição dos indicadores de resultado no texto programático do POPH, dizem respeito ao ano de 2010, assim encontrava-se previsto que no âmbito da tipologia de intervenção 6.6 e

congêneres, fossem certificados desde o arranque do Programa PPT até 2010 inclusive, um total de 2520 formandos/as com a seguinte distribuição, na região de convergência 39%, no Algarve 15% e em Lisboa 46%.

**Tabela 27 – Dados obtidos nos Indicadores de Resultados – Metas 2010**

Objetivos específicos	Indicadores de Resultado			Resultados Obtidos		
	Indicadores	Região	Meta 2010	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Total</i>
Promover a inserção social e profissional dos imigrantes	Número de formandos que concluíram com aproveitamento cursos de língua portuguesa	Norte, Centro e Alentejo (Convergência)	970	867	1.241	2.108
		Algarve	390	431	599	1.030
		Lisboa	1.160	1.219	1.450	2.669
Total:			2.520	2.517	3.290	5.807

Fonte: Adaptado do Relatório de Execução do POPH (2010)

Da análise aos resultados obtidos, verifica-se o cumprimento integral dos indicadores de resultado com a certificação de 5807 formandos no âmbito do Programa PPT no período compreendido entre 2008 e 2010, tendo mais do que duplicado as metas previstas. Comparando a distribuição dos formandos certificados por região, verifica-se na região de convergência 36%, no Algarve 18% e em Lisboa 46%, o que significa um desvio na região de convergência de 3% em baixa, a favor da região do Algarve, que obtém um aumento de 3%.

## **1.2. Indicadores do PII – Plano para a Integração de Imigrantes**

O PII – Plano para a Integração dos Imigrantes aprovado em Conselho de Ministros em 2007, estabeleceu um conjunto de medidas num capítulo exclusivo sobre “cultura e língua”. Neste capítulo emoldurava a importância da aprendizagem da língua enquanto factor de integração na sociedade de acolhimento, mas também entendendo que o seu domínio é um factor fundamental para a integração dos cidadãos imigrantes, promovendo a aprendizagem ao nível do A2 - Utilizador Elementar no País de Acolhimento do QECR.

É de referir que considerando o período de desenvolvimento do I PII (2007-2009) os indicadores previstos vão alimentar-se dos dados obtidos através do Programa Portugal Acolhe, que em 2007 ainda se encontra em vigor e nos anos seguintes 2008 e 2009, do Programa PPT – Português para Todos. Assim, encontra-se previsto na avaliação da medida 51, o número de formandos abrangidos e por sua vez na medida 54, a aposta nas acções de formação do Português Técnico, sendo expectável a disponibilização de novos módulos de formação, bem como os dados relativos ao número de acções de formação realizadas e consequentemente o número de formandos abrangidos nessas acções.

**Tabela 28 – Indicadores e Metas do I PII (2007-2009)**

<b>Medidas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Metas 2007 (Programa Portugal Acolhe)</b>	<b>Metas 2008-2009 (Programa PPT)</b>
51. Programa Portugal Acolhe (MTSS/IEFP, I.P.)	. Número de formandos	. 5000 Formandos em 2007 . Abranger 10.000 até 2009	
54. Investimento em cursos de formação de Português técnico (MTSS/IEFP, I.P., MCTES/DGES)	. Número de módulos/ áreas disponibilizadas . Número de acções de formação . Número de formandos	. 2 Módulos disponibilizados em 2007 (3 em 2008 e 4 em 2009) . 20 Acções de formação/ ano . 300 Formandos/ano	

Fonte: Adaptado do I Plano para a Integração de Imigrantes (2007-2009)

Para aferição do cumprimento das metas do PII (2007-2009) foram consultados os Relatórios de Execução do PII, disponíveis no site do ACIDI, sendo de referir que no Relatório Final (2009:36-37) encontra-se explicitado que “o Programa “Portugal Acolhe” (Medida 51) foi integrado no plano de co-financiamento do QREN (POPH - Eixo 6 - Tipologia 6.6), no Programa "Português para Todos" (PPT), entretanto lançado pelo ACIDI, I.P., na qualidade de Organismo Intermédio do POPH. No primeiro período de candidaturas, em 2008, foram aprovadas 376 formações, com a previsão de envolvimento de 6.824 formandos. No segundo, em 2009, foram objecto de aprovação 306 acções de formação para um universo de 5.330 formandos. Nos dois anos, o Programa abrangeu um número superior à meta de 10.000 formandos até 2009, superando-se, assim, a medida 51.”

É de referir que aquando da recolha destes indicadores ainda não se encontrava fechado ao nível da execução física do Programa PPT os anos de 2008 e 2009 e por outro lado, os números globais apresentados dizem respeito às acções de língua portuguesa e de português técnico.

No que concerne à Medida 54, o Relatório de Execução Final do PII informa que “relativa aos cursos de formação de Português Técnico, foi concluída em 2008, pelo IEFP, I.P., a concepção de 4 referenciais de formação de Português Técnico para fins específicos nas áreas de Comércio, Hotelaria e Restauração, Cuidados de Beleza e Construção Civil e Engenharia Civil. Devido, no entanto, a dificuldades na divulgação dos referenciais, apenas se realizaram, em 2008, 4 acções de formação que abrangeram 60 formandos. Em 2009, registaram-se 12 acções de formação, envolvendo 196 formandos. Nesse sentido, em 2009 não foi integralmente atingido o objectivo definido na meta de 20 acções de formação e 300 formandos/ano constantes da medida 54, conseguindo-se uma execução, respectivamente, de 60% e 65,3%”. (2009:36-37)

Considerando o âmbito do presente estudo, em jeito de resumo no que respeita aos indicadores a partir de 2008 da responsabilidade do Programa PPT e cujos dados foram obtidos através dos mapas internos do ACIDI I.P., verifica-se que para a Medida 51, o número de



formandos abrangidos em acções de formação em língua portuguesa para estrangeiros no ano de 2008 é de 2761 Formandos (162 acções de formação) e para o ano de 2009 é de 2199 Formandos (140 acções de formação), o que totaliza 4860 formandos.

Actualmente, o **II PII – Plano para a Integração de Imigrantes** aprovado em Março de 2010, mantém os pressupostos iniciais conforme se pode ver na Tabela 29, mas acrescenta um novo desafio, que se substancia na consolidação do Programa PPT através da disponibilização de um novo patamar de aprendizagem da língua portuguesa pelos estrangeiros, ou seja, cursos de língua portuguesa que certificam ao nível B1/B2 – Utilizador Independente.

Atendendo às especificidades linguísticas de determinados sectores de actividade e tendo em vista um melhor aproveitamento das competências dos cidadãos imigrantes, foi igualmente considerado indicadores relativos aos cursos de português técnico, de forma a facilitar a integração no mercado de trabalho, melhorar a qualidade e o desempenho destes cidadãos nos postos de trabalho e promover um capital humano que se encontra disponível.

**Tabela 29 – Indicadores e Metas do II PII (2010-2013)**

Medidas	Indicadores	Responsáveis	Metas
7 - Consolidação do PPT	. Número de formandos	PCM/ACIDI, I. P. ME; MTSS	. 4500 Formandos por ano.
	. Número de acções de formação de língua portuguesa.		. 160 Acções de formação por ano.
	. Número de acções de formação de português técnico.		. 10 Acções de formação por ano envolvendo 150 formandos por ano.
	. Número de acções de divulgação dos cursos de formação de português técnico.		. 5 Acções de divulgação por ano.
	. Prazo de alargamento do PPT aos níveis B1 e B2.		. Prazo de alargamento do PPT aos níveis B1 e B2 até 2012.

Fonte: Adaptado do II Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013)

Relativamente às metas previstas no presente II PII (2010-2013), considerando que a aprovação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 74/2010 apenas foi efectuada em Setembro de 2010, até à data da entrega da presente dissertação, ainda não se encontra disponível um Relatório de Execução do 1º ano de execução do PII. Assim, para se compreender o ponto de situação das metas a que o Programa PPT está obrigado, foi consultado os mapas internos de execução física disponibilizados pelo ACIDI, tendo sido possível verificar que no que respeita ao número de acções de formação, foram realizadas 285 Acções no ano, abrangendo um total de 5.142 Formandos, o que equivalente a um aumento 10% face ao previsto. Quanto às acções de português técnico foram efectuadas 10 Acções de português técnico envolvendo 156 formandos. Por último, as acções de divulgação no âmbito do português técnico não tiveram lugar no ano de 2010, e o arranque das acções de certificação que conferem o nível B2 – Utilizador Independente apenas estavam previstas em 2011.

## **2. Avaliação pelos Clientes**

### **2.1. Caracterização dos Beneficiários do Programa PPT (2010)**

O Programa Português para Todos - PPT é gerido pelo ACIDI I.P., enquanto organismo intermédio do POPH /QREN e traduz-se numa programa que visa o desenvolvimento de cursos de língua portuguesa e de cursos de português técnico dirigidos à comunidade imigrante residente em Portugal, sem custos para a população imigrante e co-financiados pelo Fundo Social Europeu.

O PPT veio materializar uma estratégia de apoio ao acesso a direitos de cidadania no âmbito de uma política de imigração inclusiva, dando resposta à regulamentação da Lei da Nacionalidade (publicada no final de 2006) e à Regulamentação da Lei da Imigração (publicada em Novembro de 2007). Os cursos de língua portuguesa permitem o acesso a um certificado que releva para efeitos de acesso à nacionalidade, autorização de residência permanente e/ou estatuto de residente de longa duração, pois certificam ao nível A2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas.

No ano de 2010 foram abrangidos 8.282 formandos/as, verificando-se que 53,1% são mulheres e 46,9% de homens. No que respeita à certificação dos formandos, apenas 30% dos abrangidos encontram-se certificados. (Ver Anexo 5 – Tabela I)

A distribuição das/os formandas/os por habilitações literárias é diversificada, e verifica-se em todos os níveis habilitacionais, com predominância para o Ensino Secundário com 41,5%, seguido de Bacharelato/Licenciatura com 23,7% e do 3ºCiclo (9ºano) com 16,3% respectivamente. É de referir que nos níveis de habilitações superiores ao Ensino Secundário, o número de formandos do género feminino é maioritário, em comparação com os níveis habilitacionais inferiores em que o género masculino é mais representativo. (Ver Anexo 5 – Tabela II)

A ventilação do número de formandos/as abrangidos/as por situação face ao emprego revela um peso significativo do número de pessoas empregadas: 55,4% dos/as formandos/as, seguidos dos desempregados com apenas 29,8% e por fim os inactivos com 14,8%. (Ver Anexo 5 – Tabela III)

Em termos nacionais, o peso etário mais significativo no total nacional da população imigrante situa-se entre os 25 e os 34 anos, bem como a partir dos 45 anos que representam cerca de 56.2%, no entanto os restantes escalões etários também apresentam formandos. (Ver Anexo 5 – Tabela IV)

Os formandos que frequentaram as acções de língua portuguesa para estrangeiros são oriundos de uma variedade de países e de continentes, com a seguinte distribuição: África (882), Europa (5260), Oceânia (18), América do Norte (63), América Central e do Sul (191), Ásia e Médio Oriente (1.396) e Outros (472), pelo que são cidadãos nacionais de países terceiros, mas também cidadãos comunitários.

No Relatório do SEF - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo relativo ao ano de 2010 consta que a “população estrangeira em Portugal residente em Portugal totalizava 445.262 cidadãos (stock provisório), o que representa um decréscimo do stock da população residente de 1.97%, face ao ano precedente.” (2010:7)

Segundo o mesmo relatório as nacionalidades mais representativas são “o Brasil (26,81%), Ucrânia (11,12%), Cabo Verde (9,88%), Roménia (8,27%) e Angola (5,28%). A Guiné-Bissau (4,45%), Reino Unido (3,86%), China (3,53%), Moldávia (3,51%) e São Tomé e Príncipe (2,36%) ainda que com valores inferiores constituem igualmente comunidades de dimensão assinalável a residir em território nacional. Este grupo de dez nacionalidades totaliza 79,78% da população estrangeira com permanência regular em Portugal (362.343 indivíduos)”. (ibidem 2010:19)

No que respeita à distribuição dos formandos por país de origem, o Programa PPT em 2010 abrangeu um total de 8282 formandos, que correspondem a 106 nacionalidades diferentes, sendo que os países com maior número de formandos/as abrangidos/as são: Ucrânia (2135), Moldávia (505), Rússia (468) Reino Unido (420), Roménia (376) China (375), Índia (365), Paquistão (271), Guiné-Bissau (196); Bulgária (182), Alemanha (178), Marrocos (161), Senegal (145), Holanda (138), França (126) e Nepal (119). (Ver Anexo 5 – Tabela V)

## **2.2. Caracterização sóciográfica dos/das formandos/as da amostra**

O presente trabalho desenvolve-se no âmbito do Programa PPT – Português para Todos, em torno do tema: a aprendizagem da língua portuguesa, como medida de política pública, para a promoção da integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Neste âmbito e considerando os objectivos do Programa PPT que visam a disponibilização de cursos de língua portuguesa, no sentido de promover uma melhor integração dos imigrantes em Portugal, parece-nos interessante conhecer como decorre o processo de integração destes imigrantes, as motivações e as expectativas para a frequência das acções de língua portuguesa e por último a avaliação que fazem do Programa PPT e da sua integração social e profissional após a frequência do curso.

Através do inquérito por questionário que foi respondido pelos formandos e formandas que frequentaram a formação em língua portuguesa para estrangeiros pretendia-se: caracterizar do ponto de vista sociológico os formandos dos cursos de língua portuguesa; identificar as dificuldades de adaptação/ integração em Portugal; registar as motivações e expectativas para a frequência das acções de língua portuguesa; verificar o nível da pertinência da obtenção do certificado para a sua integração social e profissional; conhecer a avaliação dos formandos sobre a implementação do Programa PPT.

Para a construção do questionário em muito contribuiu a consulta a sites de Internet; Glossário da DGERT – Avaliação da formação; estudos e teses do Observatório da Imigração do ACIDI, bem como a bibliografia e apontamentos disponibilizados nas aulas de Metodologia de Investigação, no âmbito do ano curricular do mestrado.

Através da aplicação de inquérito por questionário a formandos que frequentaram as acções de língua portuguesa para estrangeiros durante o ano de 2010, nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve, foi possível a obtenção de 133 respostas, obtendo-se uma caracterização sóciográfica da amostra. (Ver Anexo 6 e Anexo 7 – Tabela I)

Neste sentido, é de referir que este estudo é de natureza exploratória, assim, os resultados a seguir descritos devem ser interpretados de forma cautelosa, pois estão sujeitos às seguintes limitações:

- a) a amostra foi intencional, não aleatória;
- b) o tamanho da amostra é muito pequeno;
- c) em consequência de (a) e (b) os resultados não devem ser generalizados;
- d) em consequência de (a) e (b) os resultados não se prestam a inferências.

Através do questionário e considerando a sua pertinência vamos iniciar a apresentação dos dados que permitem a identificação do público-alvo.

**Tabela 30 – Distribuição dos/as Formandos/as por Sexo, 2010**

Variável	Questionário (2010)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
<b>Homens</b>	54	41%
<b>Mulheres</b>	79	59%
<b>Total:</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIIFSE 2010; Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Do total dos inquiridos, verifica-se que 54 são do sexo masculino e 79 do sexo feminino, o que comparado com o universo dos formandos abrangidos no Programa PPT, as percentagens são de 47% para 41% no casos dos Homens e de 53% para 59% no caso das mulheres.

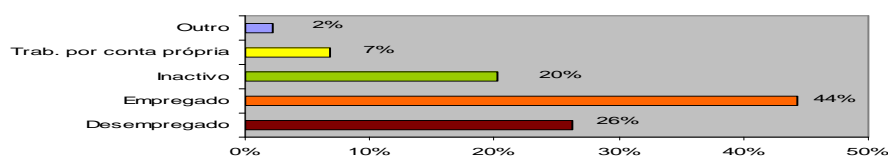
**Tabela 31 – Distribuição dos/as Formandos/as por Escalão Etário, 2010**

Variável Idade (anos) (Grupo Etário)	Questionário (2010)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
15-19	5	4%
20-24	8	6%
25-34	38	29%
35-44	42	32%
Mais de 45	40	30%
<b>Total:</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIIFSE 2010; Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Na Tabela acima encontra-se a distribuição dos respondentes da nossa amostra por escalão etário, verificando-se que o Programa PPT abrange pessoas desde os 15 anos até mais de 45 anos, com maior predominância a partir dos 25 anos, o que equivale à idade activa.

**Gráfico 1 – Distribuição dos/as Formandos/as por Situação face ao Emprego, 2010**



Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

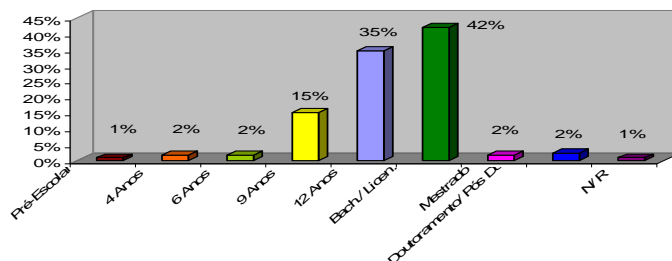
Em termos de caracterização dos formandos por situação face ao emprego, constata-se que se mantém um grau elevado de formandos empregados, representando uma maioria de 44% o que permite aferir a importância da aprendizagem da língua portuguesa para a integração dos migrantes na sociedade de acolhimento. É de ressaltar que esta situação é equivalente quando se analisa o universo dos formandos abrangidos pelo Programa PPT. (Ver Anexo 7 – Tabela II)

No gráfico seguinte podemos verificar a distribuição dos formandos da nossa amostra, no que respeita aos anos de escolaridade detidos, sendo que é possível aferir a representatividade das diferentes habilitações literárias, desde ao pré-escolar até ao doutoramento/pós doutoramento, o que também caracteriza a diversidade de imigrantes que se encontra em Portugal.

Como se observa no gráfico 2 a maioria dos respondentes apresenta habilitações literárias de 9 anos de escolaridade (15%), seguido dos que possuem 12º anos de escolaridade

(35%) e por fim, os que possuem Bacharelato/Licenciatura, a representarem 42%. (Ver Anexo 7 – Tabela III)

**Gráfico 2 – Distribuição dos/as Formandos/as por Habilitações Literárias, 2010**



Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

O Programa PPT desde o seu arranque em 2008 tem abrangido uma diversidade de nacionalidades que abrange todos os continentes. No âmbito da caracterização das nacionalidades já realizada é possível afirmar que o Programa PPT já abrangeu mais de 106 nacionalidades diferentes no período de 2008-2010.

De igual forma a amostra deste estudo exploratório, conseguiu abranger formandos de 32 nacionalidades diferentes, sendo que as nacionalidades mais representativas são dos seguintes países: Ucrânia (30%), Reino Unido (14%), China (8%), Rússia (7%), depois Paquistão, Alemanha e Roménia com 5 %, respectivamente. (Ver Anexo 7 - Tabela V).

Considerando o acima exposto, tentou-se efectuar um paralelo entre os dados disponibilizados pelo SEF (stock estrangeiros por nacionalidade), em comparação com os dados dos mapas internos do Programa PPT para 2010 (distribuição dos formando/as por nacionalidade) e os resultados da amostra (distribuição dos inquiridos/as por nacionalidade).

**Tabela 32 - Nacionalidades mais representativas da amostra vs Stock População Estrangeira Residente vs Formandos do Programa PPT, 2010**

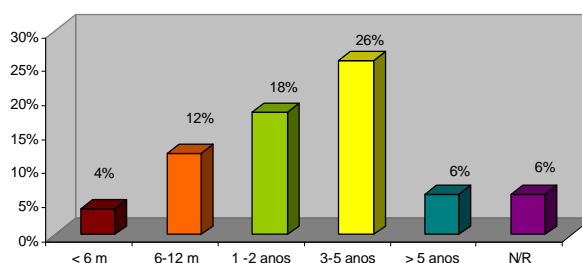
Nacionalidades	Total - 2010			
	Stock Imigrantes	Programa PPT	Amostra	% face ao Programa PPT
China	15.699	375	11	3%
Paquistão	2.604	271	7	3%
Reino Unido	6	420	19	5%
Roménia	36.830	376	7	2%
Rússia	5.299	468	9	2%
Ucrânia	49.505	2.135	40	2%
Sub. Total:	<b>109.943</b>	<b>4.045</b>	<b>93</b>	<b>2%</b>
Outras	335.319	4.237	40	1%
<b>Total Geral</b>	<b>445.262</b>	<b>8.282</b>	<b>133</b>	<b>2%</b>

Fonte: SEF 2010; Mapas Programa PPT (2010); Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Assim, procedeu-se à elaboração da Tabela 32, considerando as nacionalidades mais representativas do estudo exploratório, para se fazer a projecção em termos do número total de formandos abrangidos pelo Programa PPT e a sua expressão no stock total de estrangeiros em Portugal, de acordo com os dados do SEF.

Analisando a Tabela 32 é possível observar que as nacionalidades mais representativas do estudo exploratório, em grosso modo representam 30% no stock de imigrantes em 2010 (dados provisórios SEF) e no que respeita aos formandos abrangidos do Programa PPT cerca de 49% do total. Assim, verifica-se que não obstante o presente estudo ser de âmbito exploratório, consegue ter uma expressão de 2% no âmbito do Programa PPT.

**Gráfico 3 – Distribuição dos/as Formandos/as por Tempo de Permanência em Portugal, 2010**



Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Inquiridos sobre o tempo de permanência em Portugal, a maioria dos respondentes declarou que estava há mais de 5 anos, representando 35% do total dos inquiridos. Por outro lado, verifica-se que o Programa PPT também dá resposta aos recém-chegados, na medida em que com permanência em Portugal com menos de 1 ano, temos 16% dos inquiridos. (Ver Anexo 7 - Tabela IV).

### **2.3. Processo de Integração na sociedade de acolhimento**

É do conhecimento geral que a decisão de migrar para outro país e às vezes dentro do mesmo país, é um processo complexo e que carece de adaptação à nova sociedade de acolhimento. Esta adaptação e integração que deve ser bidireccional, da sociedade de acolhimento para o migrante e vice-versa, depende de vários factores alguns exógenos e outros inerentes ao próprio indivíduo. De acordo com a metodologia prevista para este estudo a análise que vai ser efectuada nos pontos seguintes, teve por base a possibilidade dada ao respondente de identificar e escolher mais do que uma opção às questões colocadas.

Assim, através da Tabela 33 é possível verificar que no que respeita às dificuldades de adaptação á sociedade portuguesa, a “Língua Portuguesa” foi a opção mais escolhida pelos respondentes com 78% e posteriormente “Conseguir arranjar trabalho” com 28%.

**Tabela 33 – Identificação pelos formandos das dificuldades de adaptação à sociedade portuguesa, 2010**

Principais Dificuldades de Adaptação à Sociedade Portuguesa	Frequência Absoluta	Total de Inquiridos (%)
<b>Língua Portuguesa</b>	<b>104</b>	<b>78%</b>
Conseguir Arranjar Trabalho	37	28%
Dificuldades de Legalização	20	15%
Ter um Trabalho Melhor	22	17%
Dificuldades Entidade Patronal	7	5%
Discriminação	13	10%
Adaptação ao Trabalho	16	12%
Costumes Diferentes	13	10%
Acesso Habitação	8	6%
Não aplicável	3	2%
Outra	4	3%
N/ R	1	1%

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

No entanto, na análise efectuada não é de descurar as restantes dificuldades apontadas e que passam pela legalização; conseguir um trabalho melhor, por vezes que vá de encontro às habilitações do país de origem; a discriminação a que os migrantes são sujeitos, os costumes diferentes, entre outros.

**Tabela 34 – Identificação pelos formandos dos factores que contribuem para a Integração em Portugal, 2010**

Factores que contribuem para a Integração em Portugal	Frequência Absoluta	Total de Inquiridos (%)
<b>Saber falar bem português</b>	<b>104</b>	<b>78%</b>
Ter um trabalho	53	40%
Saber o Funcionamento dos Serviços	55	41%
Ter Amigos Portugueses	61	46%
Frequentar um Curso de Língua Port.	45	34%
Obter Nacionalidade Portuguesa	35	26%
Ter a família consigo	41	31%
Ter amigos da mesma nacionalidade	20	15%
Fazer parte de uma Associação	9	7%
Não aplicável	0	0%
Outra	1	1%
N/ R	0	0%

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Procurámos saber junto dos inquiridos quais seriam os principais factores que poderiam contribuir ou que contribuiriam para a sua integração em Portugal. A esmagadora maioria representando 78%, referiu que “Saber falar bem português” é o que mais contribui para a sua integração em Portugal.

É de referir também o facto de “ter amigos portugueses “ com 46%, ”saber o funcionamento dos Serviços” com 41% e “Ter um trabalho” que atingiu os 40%, também constituírem factores importantes na integração dos migrantes.



## 2.4. Motivações para a frequência do curso de língua portuguesa

Os cursos de língua portuguesa para estrangeiros constituem uma oferta formativa do Estado, mas também de outras organizações públicas ou privadas e já remonta a 2001, no entanto, é um facto que nem todos os migrantes em situação regular ou não em Portugal, procuram aprender a língua portuguesa através da frequência de um curso de formação.

Neste sentido, questionámos os nossos respondentes sobre quais as razões para a frequência da acção de formação, sendo que dos 133 respondentes, 98 escolheram opções que interligam com a aprendizagem e a melhoria do nível de proficiência linguística.

**Tabela 35 – Identificação pelos formandos das razões para a inscrição no curso de língua portuguesa**

Razões de Inscrição no Curso	Frequência Absoluta	Total de Inquiridos (%)
<b>Aprender a Língua</b>	98	<b>74%</b>
<b>Aprender a falar melhor</b>	86	<b>65%</b>
<b>Melhorar a Comunicação</b>	39	<b>29%</b>
<b>Dificuldades de Comunicação</b>	31	23%
<b>Comunicar melhor com colegas</b>	24	18%
<b>Aumento da Auto-estima</b>	26	20%
<b>Obter Nacionalidade</b>	22	17%
<b>Valorização Profissional</b>	8	6%
<b>Apoios Financeiros</b>	7	5%
<b>Outra</b>	2	2%
<b>N. Aplicável</b>	0	0%
<b>N/ R</b>	<b>0</b>	0%

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

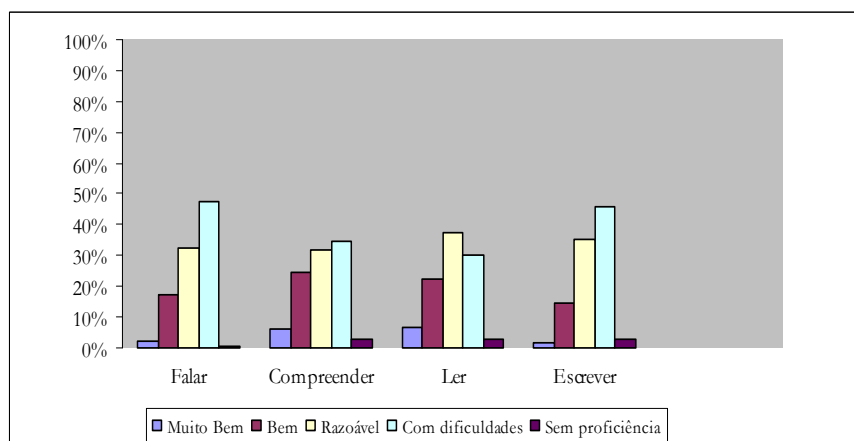
É de referir outras questões que também são uma motivação para frequência da acção de formação, como sejam as dificuldades de comunicação que poderão ser na esfera privada ou na esfera pública; a obtenção da nacionalidade, considerando que a aprendizagem da língua é um dos requisitos, a melhoria da auto-estima e por fim, referir a valorização profissional.

## 2.5. Nível de Proficiência Linguística

Considerando que após a chegada a Portugal e a permanência existem um hiato de tempo entre a instalação do imigrante e a procura de um curso de formação para a aprendizagem da língua, procurou-se saber junto dos imigrantes, como e onde tinha sido efectuada a aprendizagem da língua portuguesa antes da ingressar no curso de formação. As respostas obtidas revelam que os colegas de trabalho, os amigos e a família são os primeiros interlocutores que mais contribuem para a aprendizagem; quanto aos locais foram identificados os seguintes: local de trabalho, país de origem, escola, casa e associação.

Por outro lado, procurou-se obter junto dos respondentes da amostra, qual o nível de fluência em língua portuguesa que detinham aquando da entrada no curso. Esta análise compreendeu 4 categorias: “Eu falo português”; “Eu compreendo português”; “Eu leio textos em português” e por último “Eu escrevo textos em português”.

**Gráfico 4 – Distribuição dos/as Formandos/as por Nível de Proficiência Linguística, 2010**



Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Assim, é possível observar no gráfico que a maioria dos respondentes no que respeita ao nível de proficiência linguística posiciona-se nas 4 categorias como tendo muitas dificuldades, ainda que a categoria Falar e Escrever são as que apresentam 47% e 46% de respostas, respectivamente. (Ver Anexo 7 – Tabela VI)

## 2.6. Expectativas sobre a Formação

Aliado a uma motivação para a frequência de um curso ou uma acção de formação, há sempre expectativas ou ganhos que se pretendem obter pela frequência do mesmo. Assim, quisemos saber quais os ganhos e o que esperam obter após o fim do curso. Inquiridos sobre este tópico, a maioria dos respondentes apontou aprender a Falar Português (70%), como sendo um dos objectivos principais, no entanto, encontramos igualmente outras situações que nos informam da expectativa de melhorar o português, escrever em português e até saber a gramática portuguesa, o que indicia diferentes expectativas dos inquiridos.

Os dados recolhidos no inquérito por questionário aos formandos do Programa PPT mostram contudo expectativas de retorno diversificadas que poderão ter origem em diversos factores, como sejam, o tempo de permanência em Portugal, a nacionalidade, a situação face ao emprego, o país de origem, a situação familiar, entre outros.

Seguindo a lógica dos resultados anteriores, a “Melhoria do português” foi das respostas mais escolhidas pelos inquiridos, tendo obtido 77%, no entanto é de salientar alguns aspectos

apontados que merecem a nossa atenção como sejam a obtenção de novos conhecimentos (32%), “Arranjar novos amigos” e “Comunicar melhor com os colegas”, com 26% e 23% de respostas, respectivamente. Verifica-se mais uma vez, a importância da língua para a comunicação entre os indivíduos quer na esfera pública, quer na esfera privada. (Ver Anexo 7 – Tabela VII)

## 2.7. Certificação dos Formandos

Grande parte dos inquiridos identificou a mais valia do Certificado, como um veículo que permite a obtenção da nacionalidade, dado que o comprovativo do conhecimento suficiente da língua é um dos requisitos de acesso. Por outro lado, é curioso a percepção dos formandos da obtenção do certificado como um elemento que permitirá a melhoria do currículo, reconhecimento profissional ou mesmo para arranjar um novo trabalho.

**Tabela 36 – Distribuição dos/as Formandos/as por Importância do Certificado, 2010**

Variável	Importância do Certificado				Frequência Absoluta
N.º de Pessoas	Sim	Não	É Indiferente	N/R	Total
	114	2	16	1	133

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

De uma forma geral, a importância da obtenção do certificado é elevada com 86% dos inquiridos a manifestarem-se como sendo muito importante. No entanto, não é de descurar os 12% de respostas que apontam como sendo Indiferente a obtenção do Certificado, o que justifica outras motivações para além da obtenção do certificado.

**Tabela 37 – Distribuição dos/as Formandos/as por Expectativas face à Utilidade do Certificado, 2010**

Mais Valia do Certificado	Frequência Absoluta	Total de Inquiridos (%)
Nacionalidade	93	70%
Melhorar currículo	68	51%
Reconhecimento Profissional	63	47%
Arranjar novo trabalho	60	45%
N. Aplicável	1	1%
Outra	0	0%
N/R	2	2%

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Ao focar a realidade sobre a utilidade da obtenção do certificado pelos formandos, verifica-se que alguns dos inquiridos assinalam mais do que uma resposta, no entanto dos 133 inquiridos, 70% revelam necessitar o certificado para a nacionalidade, o que se justifica na medida em que para apresentar o pedido de nacionalidade é preciso comprovar o conhecimento suficiente da língua portuguesa. Em menor percentagem, mas com relevância, a necessidade do

certificado para a melhoria das competências profissionais e reconhecimento profissional, ao mesmo tempo que também contribui para as expectativas de arranjar um novo trabalho.

## 2.8. Avaliação da Formação

As acções de língua portuguesa para estrangeiros, enquadram-se nas acções de formação profissional, o que garante a prossecução de um duplo objectivo, a aprendizagem da língua do país de acolhimento, mas ao mesmo tempo a melhoria de competências pessoais e profissionais que facilitem uma melhor integração pessoal, social e profissional.

A avaliação da formação pelos formandos que frequentem as acções de formação, quer sejam de língua portuguesa ou outras, constitui um dos pontos altos da formação, na medida em que os dados obtidos permitem a avaliação da formação a vários níveis, nomeadamente: formador, curso, conteúdos e temáticas e impacto.

Assim, neste questionário foi solicitado aos formandos que realizassem a avaliação da formação, tendo-se conseguido os seguintes resultados:

**Tabela 38 – Distribuição dos/as Formandos/as por Avaliação do Curso, 2010**

Avaliação	Fraco	Razoável	Bom	Muito Bom	N/R	Número Total
Curso	0	5	59	69	0	133
Professor/ Formador	0	0	20	110	3	133

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Do total dos formandos abrangidos, verifica-se que a avaliação que fazem do curso de língua portuguesa e do professor/formador é muito positiva, tendo a maioria dos respondentes classificado como Muito Bom. No que respeita ao curso 59% classificam Muito Bom e 44% como Bom. Quanto à avaliação do professor/ formador a opinião é mais consensual, sendo que 83% dos formandos considerou Muito Bom e 15% como Bom.

Como podemos observar na Tabela 39, a opinião dos inquiridos divide-se quanto à importância dos conteúdos e temas tratados durante a formação, sendo que 38% dos formandos consideram parcialmente importantes e 58% totalmente importantes.

**Tabela 39 – Distribuição dos/as Formandos/as por Avaliação dos Conteúdos, 2010**

Avaliação	Não	Não Sei	Sim, parcialmente	Sim, Totalmente	N/R	Total
Os Temas/ conteúdos apreendidos foram importantes	0	4	51	77	1	133

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

## 2.9. Impacto da formação na esfera pública e privada

A integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento pode ser aferida através de uma série de indicadores, relacionados quer com a esfera pública, quer com a esfera privada em que o formando se movimenta, ou seja no contexto pessoal, social e profissional.

Quando questionadas as formandas e os formandos sobre de que forma a formação ajudou a melhorar o seu dia-a-dia, verifica-se que no que respeita à esfera pessoal, 57% dos inquiridos responde “sim totalmente” e 47% “sim parcialmente”, o que totaliza 98% do formandos. Quanto a uma melhor preparação para o mercado de trabalho, as opiniões dividem-se entre os 37% que afirmam “sim totalmente”, 46% que optam por responder “sim parcialmente” e ainda de ressalvar os 13% que respondem como “não sei.”.

**Tabela 40 – Distribuição dos/as Formandos/as por Percepção dos Resultados do Curso**

Avaliação	Não	Não Sei	Sim, parcialmente	Sim, Totalmente	N/R	Total
A Formação ajudou a melhorar o dia-a-dia	0	2	55	76	0	133
Ficou mais preparado para o mercado de trabalho	4	17	61	49	2	133
Melhorou o relacionamento com colegas de trabalho	9	13	51	51	9	133

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

Quando à esfera profissional e à questão da melhoria da relação com os colegas de trabalho, após a frequência da formação, os respondentes do “sim totalmente” e do “Sim parcialmente” empataram com 38% respectivamente, o que totaliza 76%; no entanto é de ressalvar os 10% dos respondentes que declaram não saber se a formação melhorou o relacionamento com os colegas de trabalho.

**Tabela 41 – Distribuição dos/as Formandos/as por Avaliação da Formação**

Avaliação	Não	Não Sei	Provavelmente	Sim	N/R	Total
Utilização no futuro dos conhecimentos adquiridos na formação	0	2	18	112	1	133
Pretende continuar a estudar português	0	1	14	118	0	133
Recomendaria esta formação a colega/amigo	0	1	7	124	1	133

Fonte: Dados Inquérito por Questionário (2010) – produção própria

A criação de mecanismos de articulação da oferta formativa do Programa PPT às necessidades dos formandos, bem como a aferição da percepção da utilidade dos conhecimentos adquiridos para aplicação na vida pessoal e profissional; levou a que os formandos questionados

sobre a utilização no futuro dos conhecimentos adquiridos na formação, 84% afirmam que sim, 14% assumem que provavelmente e 2% que não sabem.

Quanto à possibilidade de continuar a estudar a língua portuguesa, ou seja, passar para a frequência de uma acção de formação em língua portuguesa que certifique a nível B1/B2 – Utilizador Independente, 93% dos formandos responde positivamente. Quanto à possibilidade de recomendar a acção de formação frequentada a um colega, ou amigo, cerca de 93% dos formandos afirmam que sim, o que permite aferir um elevado grau de satisfação com a acção de formação leccionada.

## Capítulo 2 – Metodologia de Avaliação - Critérios Económicos

### 1. Indicadores de Execução Financeira – POPH

No âmbito do QREN não está acessível para o público em geral, a dotação prevista para cada uma das Tipologias de Intervenção do POPH, estando assim apenas disponível a dotação para o Eixo de Intervenção em que se insere, o que no caso da Tipologia de Intervenção 6.6, 8.6.6 e 9.6.6 - Formação em língua portuguesa para estrangeiros é o Eixo 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social.

No entanto, sendo o ACIDI, I. P. - OISG nesta tipologia, encontra-se no Anexo 1 ao Relatório de Execução do POPH, os montantes contratualizados com o ACIDI, I. P para a vertente dos projectos a financiar no âmbito desta tipologia de intervenção que totaliza o montante global de 5.400.000,00 €. (2009:1)

No site do POPH encontram-se disponíveis no item *Apoios concedidos*, as Listagens de Apoios concedidos em 2008, 2009 e 2010, respectivamente a Listagem nº43/2009 de 10.02, a 108/2010 de 21.07 e a 44/2011 de 09.03; onde é possível consultar as entidades com projectos aprovados no âmbito da tipologia de intervenção 6.6 e congéneres, conforme a Tabela 42.

**Tabela 42 – Total de Apoios concedidos às Entidades Beneficiárias (2008-2010)**

Entidades Beneficiárias	Listagem n.º 43/2009 Apoios 2008 (€)	Listagem n.º 108/2010 Apoios 2009 (€)	Listagem n.º 44/2011 Apoios 2010 (€)	Total de apoios concedidos (€)
Direcções Regionais de Educação	2.054.162,37	2.007.852,89	2.248.476,76	6.310.492,02
IEFP, I.P. (CF/ CE/ CP)	1.103.876,40	859.625,99	834.658,18	2.798.160,57
<b>Total:</b>	<b>3.158.038,77</b>	<b>2.867.478,88</b>	<b>3.083.134,94</b>	<b>9.108.652,59</b>

Fonte: Dados do Site do POPH – Apoios concedidos – produção própria

Por outro lado, no sentido de obter dados que permitam uma avaliação da execução financeira do Programa PPT, através da consulta aos Relatórios de Execução do POPH

(2008:165), (2009:217) e (2010:192), obteve-se os dados relativos à aprovação das despesas apresentadas pelos projectos para cada ano, de acordo com a Tabela 43:

**Tabela 43 – Despesas aprovadas pela Autoridade de Gestão por Ano (2008, 2009, 2010)**

Tipologia	Despesas Aprovadas pela AG por Ano (€)			
	2008	2009	2010	Total
<b>TI 6.6</b>	138.562,02	484.544,81	666.078,66	1.289.185,49
<b>TI 8.6.6</b>	80.709,46	199.922,83	177.804,55	458.436,84
<b>TI 9.6.6</b>	0,00	657.931,37	710.142,27	1.368.073,64
<b>Total:</b>	<b>219.271,48</b>	<b>1.342.399,01</b>	<b>1.554.025,48</b>	<b>3.115.695,97</b>

Fonte: Dados do Relatório de Execução do POPH (2008;2009 e 2010) – produção própria

Da análise à Tabela 44 é possível aferir a evolução da execução financeira ainda que em 2008, tenha sido baixa, fruto também do arranque do Programa PPT, situação comum no arranque dos quadros comunitários e por outro lado, pela inexistência de despesas aprovadas na região de Lisboa. No que concerne à execução financeira da Tipologia 6.6 e congéneres, relativo ao período de 2008-2010 no âmbito do 1º contrato de delegação de competências, verifica-se que de acordo com os dados disponibilizados pelos Relatórios de Execução do POPH, a taxa de execução é baixa, na medida em que não ultrapassa os 60%.

**Tabela 44 – Execução Financeira do Programa 2008, 2009, 2010**

Tipologia de Intervenção	Dotação (€)	Total de apoios concedidos (€)	Total Despesas Aprovadas (€)	Diferencial (€)	Taxa de Execução (%)
<b>TI 6.6</b>	5.400.000,00	9.108.652,59	3.115.695,97	2.284.304,03	58
<b>TI 8.6.6</b>					
<b>TI 9.6.6</b>					
<b>Total:</b>	<b>5.400.000,00</b>	<b>9.108.652,59</b>	<b>3.115.695,97</b>	<b>2.284.304,03</b>	<b>58</b>

Fonte: Dados do Relatório de Execução do POPH (2008;2009 e 2010) – produção própria

## 2. Indicador de Produtividade

O indicador de produtividade é utilizado na avaliação de programas ou políticas para aferir o ratio entre os resultados obtidos face aos custos dispendidos Assim, considerando as despesas aprovadas nos Relatórios do POPH (2008, 2009, 2010), bem como o número de formandos abrangidos, obtém-se a seguinte tabela por anos:

**Tabela 45 – Execução Financeira vs Formandos Abrangidos 2008, 2009, 2010**

Anos	2008			2009			2010		
Tipologia	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos abrangidos	Custo por Formando (€)	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos abrangidos	Custo por Formando (€)	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos abrangidos	Custo por Formando (€)
<b>TI 6.6</b>	138.562,02	755	183,53	484.544,81	1.805	268,45	666.078,66	3.092	215,42
<b>TI 8.6.6</b>	80.709,46	878	91,92	199.922,83	1.326	150,77	177.804,55	1.465	121,37
<b>TI 9.6.6</b>	0	0	0,00	657.931,37	3.081	213,54	710.142,27	4.136	171,70
<b>Total:</b>	<b>219.271,48</b>	<b>1.633</b>	<b>134,28</b>	<b>1.342.399,01</b>	<b>6.212</b>	<b>216,10</b>	<b>1.554.025,48</b>	<b>8.693</b>	<b>178,77</b>

Fonte: Dados do Relatório de Execução do POPH (2008;2009 e 2010) – produção própria

Na Tabela 45 encontram-se as despesas aprovadas por tipologia de intervenção sendo que na Tipologia 6.6, engloba as regiões Norte, Centro e Alentejo (região de convergência); na tipologia 8.6.6 é a região do Algarve e Lisboa é a tipologia 9.6.6; bem como o número de formandos abrangidos nas acções de formação em língua portuguesa para estrangeiros.

Relativamente ao ano de 2008, considerando que não houve despesa na região de Lisboa, tal como já referido na avaliação por objectivos, esta situação enviesava uma interpretação dos dados, no entanto, é possível analisar que na região de convergência o custo por formando é mais elevado do que na região do Algarve, situação que se mantém nos anos seguintes. Em 2009, a região de Lisboa, já apresenta execução financeira e física, mas que não são suficientes para destronar a região do Algarve que apresenta um custo por formando de 150, 77€.

É de referir que no âmbito da execução de uma acção de formação profissional, encontram-se previsto custos relativos a formandos (subsídio de alimentação, transporte ou acolhimento), formadores (remunerações e outros encargos), equipa técnica, despesas de funcionamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das acções, rendas, alugueres, amortizações, entre outros. Uma das situações que pode justificar o custo por formando no Algarve inferior às outras regiões, é o facto de não ser pago qualquer apoio à formanda ou formando que frequenta as acções de formação em língua portuguesa para estrangeiros, pela DREALG, que é uma das entidades beneficiárias com maior peso na região.

No ano de 2010, o número de formandos abrangidos sobe, bem como o valor das despesas aprovadas, sendo que permite um decréscimo do custo por formando em todas as regiões, mantendo-se igualmente a região do Algarve com um custo mais baixo face às outras regiões.

Se considerarmos a média do custo por formando, em cada ano de execução, verifica-se que comparando a Tipologia 6.6 (região de convergência) e a 9.6.6 (Lisboa), no ano de 2009 e de 2010, a região de convergência é a que se encontra sempre acima da média do custo por formando; situação que também poderá ser justificada pelo facto de em Lisboa, as distâncias entre os locais de formação e de trabalho dos formandos serem menores, o acesso ao sistema de transportes locais e aos estabelecimentos de ensino e centros de formação é mais facilitado.

### **3. Indicador de Eficiência**

Segundo o manual EVALSED, para se aferir a eficiência é necessário fazer uma comparação entre os resultados obtidos ou, de preferência, os impactos produzidos, e os recursos mobilizados. Considerando que através do indicador de produtividade já foi possível efectuar uma comparação entre os resultados obtidos e os recursos mobilizados; na avaliação da



eficiência irei debruçar-me sobre os impactos conseguidos, considerando o número de pessoas certificadas no âmbito da formação em língua portuguesa para estrangeiros.

Conforme já foi referenciado a certificação de um formando no âmbito da acção de formação em língua portuguesa para estrangeiros, obedece às regras e metodologia prevista na Portaria 1262/2009 de 15.10. Por outro lado, sendo o público-alvo privilegiado desta tipologia de intervenção, os cidadãos e cidadãs imigrantes e seus descendentes, verifica-se que os formandos e formandas que frequentam as acções de formação apresentam uma grande diversidade a vários níveis: heterogeneidade de países de origem, dificuldades linguísticas e a interferência linguística entre a sua língua materna e a língua portuguesa, níveis de aprendizagem, níveis de conhecimento da língua portuguesa, níveis de literacia baixos ou inexistentes, entre outros.

Considerando novamente os dados de execução financeira disponibilizados nos Relatórios do POPH (2008, 2009 e 2010), bem como os dados de execução física dos mapas internos disponibilizados pelo ACIDI, I.P. foi elaborada a tabela seguinte:

**Tabela 46 – Execução Financeira vs Formandos Certificados 2008, 2009, 2010**

Anos	2008			2009			2010		
Tipologia	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos certificados	Custo por Formando Certificado (€)	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos certificados	Custo por Formando Certificado (€)	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos certificados	Custo por Formando Certificado (€)
<b>TI 6.6</b>	138.562,02	216	641,49	484.544,81	863	561,47	666.078,66	1.029	647,31
<b>TI 8.6.6</b>	80.709,46	218	370,23	199.922,83	398	502,32	177.804,55	414	429,48
<b>TI 9.6.6</b>	0,00	0	0,00	657.931,37	1.086	605,83	710.142,27	1.078	658,76
<b>Total:</b>	<b>219.271,48</b>	<b>434</b>	<b>505,23</b>	<b>1.342.399,01</b>	<b>2.347</b>	<b>571,96</b>	<b>1.554.025,48</b>	<b>2.521</b>	<b>616,43</b>

Fonte: Dados do Relatório de Execução do POPH (2008;2009 e 2010); Mapas ACIDI, I.P. – produção própria

Na Tabela 46, não se encontra registado o número de formandos certificados na região de Lisboa (à semelhança do já verificado no número de formandos abrangidos), que totalizaram 505 formandos na medida em que não foram contabilizados no Relatório do Execução do POPH (2008), pelos motivos já anteriormente expostos. No entanto, se considerarmos este valor de Lisboa, o número total de formandos certificados em 2008 sobe para 939 formandos/as, sendo que a região de Lisboa, representaria 54% e as restantes regiões com 23% respectivamente; nesta óptica o custo médio por formando certificado, caso se considere os formandos certificados em Lisboa seria de 233,52 €. Assim, analisando os dados constantes na Tabela 46 é possível verificar que no ano de 2008, foram certificados 434 formandas/os, sendo que o custo médio por formando certificado é de 505,23 €, mantendo-se a região do Algarve, abaixo do custo médio em cerca de 27% e a região de convergência acima do custo médio em cerca de 27%.

No que respeita ao ano de 2009, há um aumento significativo do número de formandos e formandas certificadas no âmbito do Programa PPT, com Lisboa à frente com 46% de formandos certificados, mas é de lembrar que parte destes formandos são os que não foram considerados no Relatório de Execução de 2008. No que respeita ao custo médio por formando certificado, houve um aumento, para 571,96 €, ainda assim, a região do Algarve mantém um custo por formando certificado inferior, bem como a região de convergência, ficando o ónus na região de Lisboa, que ultrapassa em 6% o custo médio por formando certificado.

Relativamente ao ano de 2010, o panorama geral não se altera na medida em que aumenta o número de formandos certificados para 2521 formandos/as, bem como o custo médio por formando certificado, que se situa nos 616,43 €. É de ressaltar que as regiões de convergência e de Lisboa, apesar do número de formandos certificados, apresentam um custo superior à média, sendo de ressaltar a posição da região do Algarve, que apresenta um custo por formando certificado, muito inferior à média em 30%.

### **Capítulo 3 – Análise dos Resultados**

Ao longo dos capítulos anteriores, foi efectuada uma Avaliação do Programa sob a perspectiva dos critérios substantivos: avaliação dos objectivos e a efectuada pelos beneficiários e por outro lado, através dos critérios económicos, a aferição do índice de produtividade e eficiência.

No que concerne às realizações físicas do Programa PPT, quer enquanto medida do POPH/QREN ou do PII – Plano para a Integração dos Imigrantes, verifica-se o cumprimento das metas e indicadores previstos de forma muito positiva, sendo mais evidente nos indicadores de realização e resultado do POPH, com um cumprimento acima dos 400% e 600%.

No que respeita à avaliação efectuada pelos beneficiários do PPT, é possível aferir uma avaliação muito positiva, quer no que respeita ao curso, bem como ao professor/formador que lecciona estas acções de formação em língua portuguesa para estrangeiros. O nível de satisfação face aos temas e conteúdo apreendidos durante a formação também colheu uma percentagem acima dos 58% para os que consideram ser muito importantes. O impacto da formação na esfera pública e privada é um dos aspectos de maior importância para apreciar de que forma a aprendizagem da língua portuguesa pelos participantes, ajuda a promover a sua integração social e profissional. Assim, relativamente à esfera privada, a questão sobre se a formação ajudou a melhorar o seu dia, atingiu quase os 80%, o que remete para o defendido por Grosso, M. J. que “poder aprender a língua do país é poder adquirir os meios de comunicar, interagir,

compreender, defender-se, confrontar-se com uma outra cultura e outros códigos, é poder escolher e abrir-se aos outros.” (2009: 5)

Quanto ao contributo da aprendizagem da língua para o mercado de trabalho, é evidente com 84% dos/as formandos/as, a confirmar que ficaram mais preparados para o mercado de trabalho, o que remete para o facto de que “conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional.” Grosso, M. J. (2009: 5) Questionou-se os formandos sobre a possibilidade de recomendar esta formação a um amigo ou colega, sendo que 93% das pessoas da amostram, responderam que sim, o que demonstra um grande nível de satisfação com o Programa PPT.

A avaliação dos critérios económicos através da análise das realizações e dos resultados obtidos em função dos objectivos de execução financeira do Programa implica uma leitura integrada destas realidades, a partir de indicadores quantificados e sensibilidades dos intervenientes no Programa. Assim, foi efectuada uma avaliação da execução financeira do Programa PPT, face à dotação disponível para o período de 2008-2010, sendo possível concluir pelos dados verificados nos Relatórios de Execução do POPH (2008, 2009, 2010) uma taxa de execução financeira que não atinge os 60%, verificando-se assim, uma quebra na ordem dos 40%. O indicador de produtividade e de eficiência da intervenção são verificados através dos resultados obtidos (número de formandos abrangidos) e impactos produzidos (número de formandos certificados), face aos custos dispendidos.

Em jeito de resumo, é difícil avaliar se os objectivos foram alcançados aos custos mais reduzidos, devido às diferenças de organização e implementação das acções de formação em língua portuguesa serem diferenciadas, bem como os valores aprovados por projecto não serem coincidentes de região para região, por outro lado, há que considerar alguns factores que poderão impedir a certificação a todos os formandos, para além do que já foram acima expostos, isto, é, elevada mobilidade dos formandos ao longo da formação, a taxa de desistências, o escalão etário, o nível de habilitações literárias, a ausência de hábitos de estudo, a situação face ao emprego e até o nível de auto-estima e de apoio da família ou amigos na sociedade de acolhimento.

## CONCLUSÃO

O panorama migratório em Portugal sofreu alterações profundas sem precedentes após o ano 2000, resultado de algumas transformações sociais e políticas que se verificaram a nível nacional e internacional. Assim, Portugal não ficou alheio às transformações sociais que ocorreram que levaram que um país com um carácter marcadamente emigratório passasse também a ter um cariz imigratório muito vincado com a vinda de estrangeiros dos denominados “países de leste”. A existência de uma diversidade de cidadãos imigrantes oriundos de países como a Moldávia, Ucrânia e Rússia, que por sua vez não tinham laços históricos com Portugal, coloca um problema de como promover a integração destes cidadãos, que se vêm “perdidos” num país onde não dominam a língua portuguesa, mas cujo mercado de trabalho estava sedento da sua mão-de-obra.

A consciência por parte do governo desta realidade promove a criação do Programa Portugal Acolhe em 2001 e posteriormente a um aprofundamento com a reforma e actualização da Lei da Nacionalidade e da Lei da Imigração, que despoleta a criação do Programa Português para Todos, no âmbito do QREN, financiado pelo POPH, através da Tipologia 6.6, 8.6.6 e 9.6.6 – Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros.

Neste sentido, é possível afirmar que em paralelo com outras medidas que promovem a integração dos imigrantes, o Estado a partir do momento em que o diagnóstico efectuado aponta para uma diversidade de cidadãos oriundos de países que não dominam o alfabeto latino, a língua portuguesa, bem como uma crescente presença de estrangeiros em Portugal, enceta uma política de acolhimento e integração de imigrantes direccionada para a promoção da aprendizagem da língua portuguesa, com medidas políticas de combate à exclusão social dos imigrantes, através do Programa Portugal Acolhe e posteriormente com a criação do Programa PPT – Português para Todos.

Assim, na I parte da presente dissertação efectuou-se uma breve síntese da literatura mais relevante sobre a temática da política pública, análise e avaliação de programas/projectos, no sentido de definir qual o caminho a ser levado a cabo na operacionalização da avaliação do Programa PPT – Português para todos no âmbito deste estudo. Assim, optou-se por uma abordagem cujo enfoque incide na avaliação do Programa em si e do seu mérito, através de dois critérios: i) substantivos, que considera os objectivos preconizados e os objectivos conseguidos e por outro lado, uma avaliação efectuada pelos clientes, ou seja, pelos beneficiários directos; e ii) económicos, que permitiu aferir o índice de produtividade e eficiência do Programa PPT.

No que respeita aos objectivos do Programa PPT - Tipologia 6.6 e congéneres – formação em língua portuguesa para estrangeiros enquanto medida de política pública no âmbito do QREN, a eficácia da intervenção resulta da conjugação de dois aspectos: cumprimento das metas de realização e cumprimento dos objectivos específicos da tipologia de intervenção (resultados), que estão expressas no texto de Programação do POPH.

Assim, quanto aos indicadores de realização (número de formandos abrangidos) e indicadores de resultado (número de formandos certificados) verifica-se o total cumprimento das metas preconizadas, tendo sido amplamente ultrapassadas. No entanto, é de referir que considerando o número de imigrantes em Portugal, conforme disponibilizado pelas estatísticas do SEF, considera-se que as metas previstas no Texto do Programa do POPH, estão subdimensionadas face ao stock de imigrantes em Portugal, desde 2008. Por outro lado, considerando a execução do Programa Portugal Acolhe, por ano, o número de formandos abrangidos foi superior às metas preconizadas para a Tipologia 6.6 e congéneres, por região para o período 2007-2013.

Ainda no âmbito da avaliação dos critérios substantivos efectuou-se uma avaliação do Programa PPT pelos beneficiários, que frequentaram as acções de formação em língua portuguesa para estrangeiros. Este processo permitiu o conhecimento mais aprofundado dos formandos que frequentam as acções de língua portuguesa para estrangeiros, aferindo as dificuldades de adaptação à sociedade portuguesa, os factores que contribuem para a integração social e profissional, as motivações e expectativas da frequência da acção de formação, a utilidade da certificação da formação e por fim, a avaliação da formação. Através do recurso ao inquérito por questionário, realizou-se um estudo exploratório com a participação de 54 Homens e 79 Mulheres que frequentavam as acções de formação em língua portuguesa que certificam ao nível A2 – Utilizador Elementar, nas escolas da rede pública das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve.

Os resultados obtidos permitiram salientar alguns factores que contribuem para a melhor compreensão do processo de integração dos imigrantes:

- Igualdade de acesso ao programa PPT – uma das bandeiras dos Programa PPT é a ausência de requisitos de género, idade, habilitações literárias, país de origem;

- A heterogeneidade da nacionalidade dos formandos que frequentam o Programa PPT é uma marca, sendo a amostra representativa de mais de 30 nacionalidades diferentes; o que denota o perfil dos destinatários do Programa, que abrange quer cidadãos nacionais de países terceiros, quer cidadãos comunitários;

- Que o percurso migratório dos imigrantes é diferenciado, sendo que os cursos de língua portuguesa constituem uma oferta formativa cuja receptividade é elevada tanto nos imigrantes que se encontram em Portugal há mais de 5 anos (35%), entre 3 e 5 anos (26%), os que estão há 1-2 anos (18%) e os recém-chegados que ainda não completaram um ano (16%);

- No que respeita ao processo de integração em Portugal, são várias as dificuldades encontradas que se dividem em: língua portuguesa (78%), conseguir arranjar trabalho, dificuldades de legalização, discriminação, costumes diferentes, entre outros;

- Que para colmatar as dificuldades acima identificadas os principais factores que contribuem para a integração em Portugal são: saber falar bem português (78%), ter um trabalho, saber o funcionamento dos serviços, ter amigos portugueses, frequentar um curso de língua portuguesa, ter a família consigo, obter a nacionalidade portuguesa, ter amigos da mesma nacionalidade e por fim, com menos expressão, fazer parte de uma associação.

Os imigrantes vivem em situações críticas de sociabilização/ identitárias que dependem de vários factores, no entanto querem encontrar alguma estabilidade. Neste sentido, tentou-se aferir juntos dos indivíduos que frequentaram as acções de formação qual a motivação para ir fazer a acção. Os resultados da análise quanto aos motivos subjacentes à frequência da acção de formação em língua portuguesa para estrangeiros apontam que dos/as 133 inquiridos/as, 74% responderam aprender a língua, aprender a falar melhor, melhorar a comunicação, seguidos das seguintes motivações, comunicar melhor com os colegas, aumento da auto-estima, obter a nacionalidade e valorização profissional.

Considerando o tempo de permanência em Portugal dos formandos da amostra, que oscila entre os que se encontram em Portugal há menos de 6 meses e os que já vivem há mais de 5 anos, nas componentes expressão, compreensão, leitura e escrita, quando questionados sobre o seu nível de proficiência linguística, os resultados obtidos esclarecem que das quatro componentes onde revelam existir mais dificuldades é na expressão oral (48%) e na escrita (49%).

A frequência de uma acção de formação pressupõe sempre um ganho, a obtenção de novos conhecimentos ou a consolidação dos já adquiridos e por fim, caso haja aproveitamento, a emissão de um Certificado que certifica as competências, sociais, pessoais ou profissionais adquiridas. Para as formandas e os formandos, a obtenção do certificado é muito importante (86%), na medida em que permite o acesso à nacionalidade, melhorar o currículo, obter reconhecimento profissional e em alguns casos, arranjar um novo trabalho. No que respeita à

avaliação da formação, esta foi muito positiva, relativamente aos temas/ conteúdos apreendidos, mas também no que respeita à organização do curso e ao Professor/ formador.

Sendo objectivo do Programa PPT – Português para Todos, a disponibilização de cursos de língua portuguesa para estrangeiros, que promovam a aprendizagem da língua portuguesa, no sentido de potenciar a integração social e profissional dos imigrantes, tentou-se aferir junto dos respondentes, o impacto da formação na esfera pública e privada, ou seja de que forma a formação influenciou a sua rotina diária ou melhorou o ambiente e relacionamento com os colegas de trabalho. As respostas obtidas confirmam a melhoria do dia-a-dia dos formandos, em cerca de 76%; no entanto no que respeita à situação de estar mais preparado para o mercado de trabalho ou ter um melhor relacionamento com os colegas de trabalho, as opiniões não são unânimes, o que também poderá ser justificado, na medida em que a amostra apresenta 26% de pessoas desempregadas, e por outro lado, a formação em língua portuguesa não tem um enfoque técnico, ao contrário das acções de português técnico.

Passando agora para a avaliação dos critérios económicos, pretendeu-se uma avaliação do Programa PPT, que permitisse aferir o índice de produtividade e eficiência desde o arranque do Programa em 2008 até 2010, ainda que primeiro tenha sido efectuada uma análise do indicador de execução financeira do Programa. Esta análise permitiu aferir um desvio orçamental, na medida em que a execução financeira do Programa PPT, para o período 2008-2010, não ultrapassou os 60% da dotação. Não se pode afirmar que esta baixa execução colocou em causa a realização das acções de formação, na medida em que a procura foi elevada por parte dos participantes, no entanto poderá significar que as entidades envolvidas não executam o total aprovado nos projectos de formação, relembro que as entidades beneficiárias do Programa PPT são entidades públicas, as Direcções Regionais de Educação e o IEFP, cujos processos de cabimentação e pagamentos de tesouraria, obedece a processos burocráticos complexos.

Para aferir o índice de produtividade considerou-se os custos dispendidos face aos resultados obtidos (número de formandos abrangidos), encontrando-se assim, o custo por formando abrangido em cada uma das regiões do Programa PPT, bem como o custo médio por formando nas acções de formação. Esta análise permitiu concluir que o custo de um formando em formação difere por região e por ano, tendo vindo a aumentar de 2008 para 2010; a região do Algarve é a que detém o custo por formando mais reduzido: 150,77 € (2009), em comparação com a região de Lisboa (213,54 € – 2009) e a região de convergência que tem o custo mais elevado (268,45€ - 2009), que se mantém no período de 2008-2010.

De forma a efectuar uma comparação, procedeu-se a uma análise à Tipologia 6.1 – Formação para a Inclusão do Eixo 6 do POPH, que tem por objectivo o desenvolvimento de percursos de formação com vista à melhoria das condições de vida de grupos em situação de exclusão social, que permitam o reforço das competências pessoais e sociais. Assim, foi aferido um custo por formando médio muito superior ao apresentado no Programa PPT, ou seja, de €921,27 em 2008, sendo que em 2009 já passou para €2.119,06 e em 2010 de € 1.970,56. Ainda que seja possível alguma comparação com a Tipologia 6.6 – Formação em língua portuguesa para estrangeiros, é de referir que estas acções de formação para a inclusão decorrem muitas vezes em horário laboral, abrangem desempregados, o que permite o pagamento de bolsas de formação, tem uma carga horária de 400 Horas, e o custo hora formando elegível é o valor máximo previsto na lei. (Conf. Tabela I – Anexo 8)

O índice de eficiência foi obtido através do ratio custo dispendido sobre os benefícios, tendo-se centrado a análise no número de formandos/as certificadas no âmbito da formação em língua portuguesa para estrangeiros. Assim, verificou-se que o custo por formando certificado é superior ao custo por formando abrangido. Quanto aos resultados obtidos, é de referenciar que a região do Algarve, é a que detêm o custo mais baixo por formando certificado (502,32 € - 2009), no período 2008-2010; por sua vez a região de Lisboa é a que apresenta o custo por formando certificado mais elevado (641, 49€ - 2009), para o mesmo período.

Efectuando o mesmo exercício para a Tipologia 6.1 – Formação para a inclusão, verifica-se que o custo médio por formando certificado é de 3.554,53 €, o que constitui um valor muito elevado face ao Programa PPT, o que de certo modo se poderá justificar pelas situações acima identificadas. (Conf. Tabela II – Anexo 8)

Sendo a aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento um processo através do qual os indivíduos adquirem novos conhecimentos e competências é, nos dias de hoje, cada vez mais valorizado pelos indivíduos que pretendem fixar-se em Portugal e garantir o seu emprego e uma vantagem competitiva no mercado, investirem em si próprios fomentando a sua integração social e profissional através do aumento seu nível de proficiência linguística.

Retomando a Teoria de Aculturação de Schumann, e considerando as variáveis disponíveis no estudo exploratório (tempo de permanência em Portugal; nacionalidade, dificuldades de adaptação à sociedade portuguesa; factores para a integração em Portugal, motivação para o curso e expectativas de retorno), pode-se verificar que as variáveis sociais e efectivas estão presentes no processo de aprendizagem, no entanto a estratégia mais presente é a da adaptação; no que respeita à motivação, verifica-se que em termos gerais é integrativa,



porque há uma vontade genuína de aprendizagem da língua portuguesa, mas também é instrumental, na medida em que o certificado obtido com a frequência do curso de língua portuguesa para estrangeiros, permite o acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente e ao estatuto de residente de longa duração.

Não obstante o postulado por Schumann, de que quanto maior a proximidade do aprendente à cultura do outro, mais facilmente aprende a língua da sociedade de acolhimento, ou seja, a aculturação. É de referir que não se pretende nos processos de formação de aprendizagem da língua portuguesa no âmbito do Programa “Português para Todos/as”, subverter os formandos, de forma a que haja lugar a uma assimilação de um “produto de origem nacional”, que lhes permita a assumpção da identidade do que é ser português e só assim, potenciar a integração. Pelo contrário, aquilo que está previsto, não só no Referencial em vigor, mas na prática de ensino é a difusão de uma metodologia que considere o outro na sua diversidade, na tentativa de promover a integração num quadro de interculturalidade.

Segundo Aço, M. no âmbito da operacionalização do Programa Português para todos é implementado um sistema de aprendizagem que “promove a aquisição de competências linguísticas através de uma prática pedagógica diferenciada que valoriza a heterogeneidade cultural dos aprendentes e porque procura que essas competências sejam dirigidas, essencialmente, para corrigir as assimetrias da comunicação que podem ser impeditivas da inclusão social e da cidadania plena. (2010:13) Assim, no âmbito da formação desenvolvida, pretende-se uma melhor compreensão das culturas em presença na sociedade; uma maior capacidade de comunicar entre as pessoas; uma atitude mais adaptada ao contexto da diversidade cultural e uma melhor capacidade de participar na interacção social.

Um dos aspectos fundamentais do Programa PPT é a aprendizagem da língua portuguesa estar associada à integração dos imigrantes, esta questão foi abordada por Aço, M. referindo que vê “aprendizagem da Língua Portuguesa como competência linguística, social e pragmática, capaz de se constituir como um verdadeiro instrumento de integração, que decorre do suporte metodológico que o sustenta, o referencial “ O Português para Falantes de Outras Línguas”(2010:13)

No entanto, e se pretendermos ainda realizar outro enfoque, facilmente também se verifica que se por um lado, há toda uma política de acolhimento de imigrantes que privilegia e incide a sua actuação no imigrante e na sua integração na sociedade de acolhimento; por outro lado, temos a legislação de enquadramento para nacionais de países terceiros, como seja a Lei da Imigração e a Lei da Nacionalidade, que conforme já referido, explicitamente obriga a que o

imigrante para a obtenção da nacionalidade, autorização de permanência e /ou estatuto de residência de longa duração, tenha que provar o conhecimento suficiente da língua portuguesa.

Sabendo que a língua, constitui um dos pilares fundamentais da identidade nacional de qualquer país, podemos depreender que de uma forma (in) directa, aquilo que está a ser exigido ao imigrante, é a criação de uma pertença identitária, que passa inevitavelmente pelo domínio e compreensão da língua portuguesa.

De que forma o Programa PPT contribui para a integração dos imigrantes? Esta questão orientadora do estudo desenvolvido, não é de resposta fácil e automática. A definição de integração já referenciada no capítulo 3 (II parte) não é consensual, ainda que apresente pontos em comum, que envolve a participação do imigrante, mas também da sociedade de acolhimento, através do Estado, das organizações da sociedade civil, dos municípios, entre outros.

Tendo como ponto de partida, os princípios básicos comuns elencados pela Comissão Europeia no âmbito da Agenda Comum para a Integração, encontra-se preconizado que para a promoção da integração dos nacionais de países terceiros é necessário a implementação de um conjunto de princípios (conf. Cap. I – II parte), sendo de ressaltar, o acesso ao emprego, conhecimento da língua, o acesso às instituições, aos bens e aos serviços públicos e privados e a interacção entre os imigrantes e os dos Estados-Membros.

Por outro lado, na Portaria 1262/2009 de 15.10 é reportado que a integração “de direcção dupla, envolve os que chegam e os que acolhem e integram, exigindo o esforço de ambas as partes na partilha e compreensão de hábitos, costumes, valores, religiões e línguas”. O direito à língua do país de acolhimento impõe-se como prioritário, na medida em que a língua se constitui como meio de acesso à cidadania, como um direito cuja aprendizagem viabilizará o usufruto de outros direitos, assim como o conhecimento e a promoção do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão. “Conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional”.

Assim, tendo por base a análise aos dados obtidos através do inquérito por questionário e pretendendo dar resposta à questão de que forma a aprendizagem da língua favorece ou propicia a integração dos adultos imigrantes em Portugal, verifica-se que os respondentes consideram que as principais dificuldades de adaptação (ou integração) são prioritariamente a língua portuguesa, conseguir arranjar um trabalho ou ter um trabalho melhor e a legalização; por sua vez, quando se questiona quais os factores que contribuem para a sua integração, reiteraram a

aprendizagem da língua, ter um trabalho, saber o funcionamento dos serviços, ter amigos portugueses, frequentar um cursos de língua portuguesa e ter a família consigo.

Face ao exposto, e ainda que não seja conclusivo pelos dados disponíveis que após a aprendizagem da língua se efectue a integração social e profissional dos imigrantes, tanto mais que não deve ser considerado com um resultado, mas sim um processo; julgamos que o projecto em análise teve um impacto positivo ao nível da integração, na medida em que os conhecimentos obtidos e a aprendizagem efectuada fomenta a melhoria do nível de proficiência linguística, que permitirá o acesso aos serviços, ao emprego, e uma capacidade de comunicação para interagir com os cidadãos da sociedade de acolhimento. Ainda a propósito, referir que sendo um processo bi-direccional também os cidadãos da sociedade de acolhimento têm um papel crucial, que passa também pela receptividade e disponibilidade para o outro, para através dos sons, cheiros e diferentes costumes, os portugueses estarem receptivos a conhecer novos países, novas línguas e formas de estar diferentes.

No MIPEX III, Portugal é classificado como o segundo país com melhores políticas de integração de imigrantes entre os 31 estados analisados da Europa e da América do Norte. Comparando com os anos anteriores, Portugal manteve o resultado do ranking anterior, referente a 2007, desta feita Portugal aproxima-se assim da Suécia, país que ocupa o primeiro lugar do ranking.

Da avaliação efectuada Portugal surge em primeiro lugar com as melhores políticas de integração de imigrantes na vertente da reunificação familiar e do acesso à nacionalidade, e como o segundo melhor país analisado na vertente da integração dos imigrantes no mercado de trabalho. As políticas de acolhimento e integração de imigrantes desenvolvidas pelo estado português são diversas e incidem na disponibilização de informação e serviços ao imigrante, no entanto a promoção da aprendizagem da língua tem uma importância vital, na medida em que só através da comunicação e da partilha de experiências, será possível uma efectiva integração.

Ao nível metodológico, este trabalho apresenta algumas limitações, na medida em que no que respeita à avaliação do Programa PPT pelos beneficiários, o recurso ao inquérito por questionário revelou-se insuficiente para o aprofundamento dos temas em estudo. Esta circunstância torna a interpretação estatística e a generalização dos resultados difícil.

Em função de todo o trabalho desenvolvido ao longo do estudo, das conclusões sumariadas neste capítulo, bem como da experiência da investigadora na gestão do Programa PPT, enunciam-se, agora, um conjunto de sugestões que entendemos serem úteis para melhorar as respostas da política de integração, em matéria de aprendizagem da língua portuguesa para os

estrangeiros adultos. Estas compreendem a oferta formativa em regime de e-learning ou b-learning à semelhança do que já acontece em outros estados-membros da União Europeia; a criação recursos técnico-pedagógicos adequados à heterogeneidade dos formandos, na medida em que o Referencial “ O Português para Falantes de Outras Línguas” é insuficiente quando os formandos não dominam o alfabeto latino, caso dos marroquinos, árabes, chineses, ente outros; a criação de um módulo e referencial de alfabetização em língua portuguesa para estrangeiros, considerando que nem todos os imigrantes foram alfabetizados na língua do país de origem.

Com a realização deste trabalho levantaram-se algumas questões que podem servir como sugestões para a realização de estudos no futuro, nomeadamente sobre a implementação do Programa PPT, lógicas de apropriação da medida de política pública pelas entidades beneficiárias, entidades formadoras e beneficiários da formação, transferência da formação, o impacto da formação em língua portuguesa no mercado de trabalho, o peso dos certificados emitidos no âmbito do Programa PPT nos processos de acesso à nacionalidade, autorização de permanência e estatuto de residente de longa duração.

Na realização do presente trabalho foram várias as dificuldades surgidas no entanto foram sendo superadas com o esforço de aprimoramento das fontes bibliográficas e de informação, pelo que por outro lado, a realização desta dissertação representou uma oportunidade única para o estudo de uma problemática actual, não só a o nível da União Europeia mas também ao nível nacional, bem como uma mais valia no meu percurso individual e profissional . Assim, a realização deste trabalho permitiu um conhecimento mais aprofundado das diversas temáticas em que a língua tem um papel principal, ou seja, quer como patamar mínimo de integração social e profissional, mas também de acesso à nacionalidade, autorização de permanência e estatuto de residente de longa duração a nível comunitário e nacional. Considerando os vários trabalhos já desenvolvidos com enfoque no Programa PPT, acredita-se que este traz alguma inovação ao aliar a questão da avaliação das políticas públicas de integração dos imigrantes, com enfoque na aprendizagem da língua em paralelo com o processo de integração de imigrantes na sociedade de acolhimento, nas dimensões da esfera pública e privada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.A.V.V (2002), Portugal Acolhe. Programa de Acolhimento e Inserção Sócio-Profissional de Imigrantes. Estudo Sóciodemográfico de Formandos Imigrantes, Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

A.A.V.V (2007), Avaliação *ex-ante* do Programa Operacional Temático para o Potencial Humano – Relatório acedido on-line em Fev. 2011 no link [http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Estudos\\_Avaliação\\_Ex\\_Ante\\_POPH.pdf](http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Estudos_Avaliação_Ex_Ante_POPH.pdf) -

ACIDI/ OIM/ FLAD (2007) Mapa de Boas Práticas. Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal.

ACIDI (2010). Relatório Final do PII (2007-2009). Acedido on-line em Janeiro 2011 - <http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/documentos-acidi/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii>

ACIME (2004) – Actas do I Congresso: Imigração em Portugal: Diversidade, Cidadania e Integração. Lisboa. ACIME

AÇO, Miriam. O Projecto Português para Todos. Prática pedagógica diferenciada e inclusão social num projecto inovador. BI – Boletim Informativo, 82 (Julho 2010) ACIDI.

ARAÚJO, J.L. J, Maciel RF. (2001) Developing an operational framework for policy analysis. Revista Brasil Saúde Materno Infantil; 1: 203-21.

BAGANHA, M. I., Marques, J. C. (2001). “Imigração e Política – O Caso Português”, Lisboa: Fundação Luso-Americana. pp. 61-80.

BAGNO, Marcos (2003), A norma oculta – língua e poder na sociedade brasileira, São Paulo: Parábola Editorial.

BAGNO, Marcos, Stubbs, Michael & Gilles, Gagné (2005). Língua Materna: Letramento, variação e ensino, São Paulo: Parábola Editorial.

BALSA, Casimiro (2006) Confiança e Laço Social. Lisboa. Edições Colibri/CEOS.

BEACCO, J. C. (2008) The role of languages in policies for the integration of adult migrants. Concept paper prepared for the Seminar - The Linguist Integration of adult migrants. Strasbourg, 26-27 June 2008. Language Policy Division – DG IV, Migration Division – DG III. Acedido on-line Março 2010 [www.coe.int/lang](http://www.coe.int/lang)

BERNOUX, P. (1999). Sociologie des organisations: les nouvelles approches. In Cabin, P. (ed.). Les organisations: état des savoirs. Auxerre: Sciences Humaines. pp. 47

BOLTANSKY, L; Thévenot, L. (1991). De la justification: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard

- CAPUCHA, L. et al.. (1996) Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal. Revista Sociologia – Problemas e Práticas, n.º 22, pp. 9-27
- CARMO, H e FERREIRA, M.<sup>a</sup> M., (1998), Metodologia da Investigação, Lisboa, Universidade Aberta. pp. 213
- CARTA SOCIAL EUROPEIA REVISTA (1996) Acesso on-line em Junho 2010 em [http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A\\_2001.html](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A_2001.html)
- CARVALHO, L. X (2004) Estudo 9 “Impacto e Reflexos do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas - Uma Visão Qualitativa”. Observatório da Imigração, ACIME?
- CASTLES, S. (2005), Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios., Dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais. Editora Fim de Século.
- CONSELHO DA EUROPA (2001). Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação (sigla: QECR), Porto: Edições ASA.
- DGIDC – Português Língua Não Materna no Currículo nacional – Orientações nacionais: perfis linguísticos da população escolar que frequenta as escolas portuguesa. P. 5 – Acedido em Janeiro de 2011. [http://sitio.dgdc.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/PLNM\\_perfis-linguisticos.pdf](http://sitio.dgdc.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/PLNM_perfis-linguisticos.pdf)
- DYE, Thomas (1984) Understanding public policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall
- DUBET, F. (1996) Sociologia da experiência. Lisboa: Instituto Piaget.
- FARMHOUSE, Rosário (2009) A Língua como factor de integração dos imigrantes. Acedido on-line em Junho 2009 no link. <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4cdbf698c323e/a-lingua-como-factor-de-integracao-dos-imigrantes>
- FONSECA, M.L. (2003) Dinâmicas de Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas - I Congresso “Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração” Lisboa. pp. 108-113.
- FONSECA, M.L. (Coord) et al. (2005) Estudo 15 - Reunificação Familiar e Imigração em Portugal.
- GARDNER, R.C.; Lambert, W. (1972) Attitudes and motivation in second-language learning. Rowley, Massachusetts: Newbury House
- GARMADI, Juliette (1983). Introdução à Sócio-Linguística, Lisboa: Dom Quixote.
- GEORGE, J. M., Jones, G. R (1999). Understanding and managing organizational behaviour (2nd ed.) Reading, MA: Addison Wesley Publishing Company, Inc.
- GHIGLION, R. , Matalon, B. (1978). Les Enquêtes Sociologiques – Théories et Pratique, Paris, Armand Colin.
- GIL, A. C. (1999) Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas
- GOUVEIA, Adelina; Solla, Luísa (2004) Português Língua do País de Acolhimento – Educação Intercultural. ACIME

GROSSO, M. J. (Coord.) et al.. (2008) O Português para falantes de Outras Línguas. O utilizador elementar no país de acolhimento. Mistério da Educação DGIDC, ANQ, IEFP.

GROSSO, Maria José. (Coord.) et al.. (2009) O Português para Falantes de Outras Línguas. O Utilizador Independente no País de Acolhimento. ANQ, DGIDC, IEFP.

GROSSO, Maria José (2010) Participar na Vida da Comunidade. BI Revista n.º 82. sob o tema Educação Igualdade de Oportunidades. ACIDI. Out. 2010.

GROSSO, Maria José (2011) Comunicação Workshop PPT, Faro.

HASSENTEUFEL, Patrick, (2008) Sociologique Politique: “L’Action Publique”, A. Colin pp. 16

HJERN, B. and D. Porter (1981) Implementation structures: a new unit for administrative analysis. Organizational Studies, 2.

IEFP (2002) Programa Portugal Acolhe. Guia do Formando. Módulo Básico de Cidadania. Guia do Formador. Versão Experimental. Janeiro de 2002. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Acedido on-line em Agosto 2010 [Http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=14182784&att\\_display=n&att\\_download=y](http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=14182784&att_display=n&att_download=y)

IEFP (2006) e (2007), Relatório de Execução do Programa Portugal Acolhe: programa de acolhimento e inserção socioprofissional de imigrantes. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Lisboa: Departamento de Formação Profissional (policopiado).

INTERNATION MIGRATION OUTLOOK: Annual Report 2008 Edition SOPEMI OECD 2008 pp. 108-114.

IOM - International Organization for Migration (2005), Word Migration: costs and benefitis of international migration. Volume 3 – IOM World Migration Report Series, Genebra: OIM.

KNOEPFEL, P., Larrue, C., Varone, F. (2006) Analyse e pilotage des politiques publiques (2ème Edition. Verla Ruegger.

LAGES, N; Policarpo, V. (2003) Estudo 2 – Atitudes e Valores perante a Imigração

LANDOWSKI, Eric (2002). Presenças do outro. São Paulo: Editora Perspectiva.

LANE, Jan Erik, (1993) The public sector: concepts, models and approaches, Sage.

LASWELL, H.D. (1936/1958) Politics: who gets what, when, how. Cleveland: Meridian Books.

LARSEN-FREEMAN, D. and Michael H. Long. (1991) An Introduction to second Language acquisition research. New York: Longman. pp.227)

LEITÃO, J. (2008) “O Processo de Institucionalização das Associações de Origem Imigrante” pp. 23-45 in Marques, M.M et al. in Migrações, associações e inclusão social. A sociedade portuguesa perante os desafios da adversidade, Lisboa: Fim de século.

- LINDBLOM, Charles (1980) The policy-making process. Prentice Hall.
- LYNN, L. E. (1980) Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear.
- MALHEIROS, J. M. (2003) Comentário à Intervenção de M. Beatriz Rocha Trindade - I Congresso “Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração. Lisboa. pp. 189-191.
- MALHEIROS, J. M., Mendes, M. (Coord) (2007) Estudo 22 - Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa
- MALHEIROS, J. M. (2010) Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade. Manual para Técnicas/os. ACIDI (Edição Janeiro de 2011)
- MARQUES, Rui (2007) in Sessão Extraordinária do COCAI – Participação Política dos Imigrantes. Assembleia da República em 24.09.2007
- MARTINEZ, H. (2005) Estudo 13 A Criminalidade dos Estrangeiros em Portugal.
- MARTINS, Moisés de Lemos (1996) Para uma inversão na navegação. O discurso da identidade. Porto: Afrontamento.
- MARTINS, Moisés de Lemos (2002) A linguagem, a verdade e o poder. Ensaio de semiótica social. Coimbra, Calouste Gulbenkian
- MATOS, Isabel A. (2004) Diversidade Linguística e Ensino do Português. Texto da Comunicação apresentada no Encontro de Línguas no Espaço Europeu: novos desafios para professores de línguas. ISPV de 30 a 31.10.2004. Acedido on line em Outubro 2009 em <http://www.ipv.pt/millennium/millennium33/2.pdf>
- MEAD, L. M. (1995) Public policy: vision, potential, limits. Policy Currents, [S.l.], pp. 1-4.
- Ministério da Educação/GAERI (2001) – Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação. Conselho da Europa. Lisboa: Edições Asa.
- MIRANDA, Sandra Filipe (2001) Educação Multicultural e Formação de Professores, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Porto, Universidade Aberta. pp.42.
- MITCHELL, R.; Myles, F. (2004) Second Language Learning Theories. 2<sup>nd</sup> edition. London: Arnold.
- MJONE, Giandomenico e A. Wildavsky (1978) Implementation as Evolution, in Howard Freeman (org) Policy Studies Review Annual, Sage.
- MOURA, M. Margarida (1998) Avaliação das Medidas Activas de Política de Emprego – Questões conceptuais in colecção “Cadernos de Emprego” do Ministério do Trabalho e da Solidariedade; Direcção Geral do Emprego e Formação Profisisonal, Comissão interministerial e Emprego. pp. 7-109.



NIESSEN, Jan; SCHIBEL, Yongmi (2004) Manual de Integração para Decisores Políticos. Grupo de Política de Migração (GPM) em nome da Comissão Europeia (Direcção Geral para a Justiça Liberdade e Segurança).

NIESSEN, Jan; HUNDDLESTON, Thomas; Citron, Laura; Geddes, Andrew & Jacobs, Dirk (2007) Índice de Políticas de Integração de Imigrantes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e British Council

OLIVEIRA, Catarina (2004) Estudo 10 Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal.

OLIVEIRA, A., GALEGO, C. (2005) Estudo 14 Mediação Sócio-cultural.

ORIOU, Michel (1985) Appartenance linguistique, destin collectif, décision individuelle. Cahiers internationaux de sociologie, Paris, PUF.V. LXXXIX, P. 335-347.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes. Como o sujeito vê a aquisição de segunda língua. Acedido on-line em 14.07.2009 - <http://www.veramenezes.com/sujeito.pdf>

PAIVA, V.L.M. (2005) O Modelo fractal de aquisição de línguas. In: Bruno, F.C. (Org.) Reflexões e Práticas em ensino/ aprendizagem de língua estrangeira. São Paulo: Editora Clara Luz, p. 23-36. Acedido on-line em Agosto 2011 - <http://www.veramenezes.com/modelo.htm>

PAPADEMETRIOU, D. (2006), "Europe and Its Immigrants in the 21st Century, A New Deal or a Continuing of the Deaf? Foundation Luso-American

PEIXOTO, J. (2005) Estudo 12 O Tráfico de Migrantes em Portugal.

PETERS, B. G. (1998) Review: understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability by R. W. Rhodes. Public Administration, [S.l.], v. 76, pp. 408-509.

PINA E CUNHA, Miguel *et al.* (2004) Manual do Comportamento Organizacional e Gestão. Editora RH, 3ª edição, pp.103-119.

Plano para a Integração de Imigrantes 2007-2009 - Resolução de Conselho de Ministros n.º 63-A/2007 de 3 de Maio.

II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010–2013) Resolução de Conselho de Ministros nº 74/2010.

POPH - Plano de Avaliação do POPH Acedido on-line em Fev. 2011 <http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Informacoes/2009/PlanoAvaliacaoPOPH.pdf>

PIRES, Rui Pena (2003), Migrações e Integração, Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa, Oeiras, Celta Editora.

PRESSMAN, J., Wildavsky, H. Implementation. Berkley, University of California Press, 1984.

QUVY, R. e Campenhoudt, L. (1992), Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva.

ROCHA, J. A. Oliveira, (2010) Gestão do Processo Político e Políticas Públicas. Escolar Editora.

Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005) As migrações num mundo interligado: Novas linhas de Acção. Fundação Calouste Gulbenkian.

Relatório de Desenvolvimento Humano (2009). Ultrapassar Barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos. Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. Edições Almedina

Relatório de Execução do POPH 2008 (Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 23 de Junho de 2009)

Relatório de Execução do POPH 2009 (Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 24 de Junho de 2010)

Relatório de Execução do POPH 2010 (Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 22 de Junho de 2011)

ROSSI, P.H. e H. E. Freeman (1993) Evaluation: a systematic approach, Sage.

SEF (2002) Relatório Estatístico – Março de 2002, Lisboa

SEF (2008) A Organização das Políticas de Asilo e imigração em Portugal – Rede Europeia das Migrações, 2008

SEF (2009) Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2008. Lisboa: SEF SEF/Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento)

SEF (2010) Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2009. Lisboa: SEF SEF/Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento)

SEF (2011) Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2010. Lisboa: SEF SEF/Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento)

SEMEDO, G. (2010) Português para Todos. Revista Árias n.º 1. Revista de Educação e Formação de Adultos. Agrupamento de Escolas de Soure. Julho de 2010.

SEMEDO, G. (2010a) Programa PPT Português para Todos. Revista BI n.º 82. sob o tema Educação Igualdade de Oportunidades. ACIDI. Out. 2010.

SCHUMANN, J.H. (1978) The acculturation model for second-language acquisition. In. Gingras, R.C. (Ed.) Second-language acquisition & foreign language teaching. Washington: Centre for Applied Linguistics. P.27-50

SCHUMANN, J. H. (1986) Research on the Acculturation Model for Second Language Acquisition. Journal of Multilingual and Multicultural Development. Vol. 7, N. 5, p. 379-392. Acedido on-line em Set. 2009 in <http://www.mendeley.com/research/research-acculturation-model-second-language-acquisition/#page-1>

SOUZA, Celina (2003) Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa, Caderno CRH > Vol. 16, N.º 39 (2003) Acedido em Janeiro 2011 - <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=273>

- SOUZA, Celina. (2006) Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In Sociologias, Porto Alegre, nº 16. Julho/Dezembro. p. 20-45.
- STAUBLE, A. (1980) Acculturation and second language acquisition. In Scarcella, R & Krashen, S (eds.) Research in second language acquisition. Newbury House, Rowley, Mass. pp.43-50
- TEIXEIRA, PR. (1997) Políticas Públicas em AIDS. p.43-68.
- TUCKMAN, B. W., (1994/2000), Manual de Investigação em Educação, Lisboa, F. C. Gulbenkian. P. 324-325.
- VIANA, A.L. (1995) Abordagens metodológicas e políticas públicas. Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro. V. 24, n.º 4, pp. 5-43.
- VIANA, A. L. (1997) Enfoques metodológicos em políticas públicas: novos referenciais para o estudo sobre políticas sociais. In Canesqui A. M.(org.). Ciências Sociais e Saúde: S. Paulo.: Hucitec-Abrasco, Cap. 10, pp. 205-15.
- WALT, Gilson (1994) Reforming the health sector in developing countries: the central role of policy analysis. Health Policy Planning. pp. 9: 353-70.
- WEBER, M. (1997) Conceitos sociológicos fundamentais. Lisboa: Edições 70.
- WEISS, Carol (1998) Evaluation. Prentice Hal.
- VYGOTSKY, L. S. (1984) A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes.

## ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

### **Figuras:**

Figura 1 – Definição de uma política pública .....	17
Figura 2 – Análise de Políticas Públicas .....	18
Figura 3 – Ciclo da Política Pública .....	21
Figura 4 – Modelo Sistémico aplicado à Avaliação .....	29
Figura 5 – Critérios de Avaliação .....	31
Figura 6 – Grau de Aculturação – Variáveis Sociais .....	42
Figura 7 – Grau de Aculturação – Variáveis Efectivas.....	44
Figura 8 – Diversidade dos Intervenientes no Processo de Integração .....	74

### **Gráficos:**

Gráfico 1 – Distribuição dos/as Formandos/as por Situação face ao Emprego, 2010 .....	113
Gráfico 2 – Distribuição dos/as Formandos/as por Habilitações Literárias, 2010 .....	114
Gráfico 3 – Distribuição dos/as Formandos/as por Tempo de Permanência em Portugal, 2010 .....	115
Gráfico 4 – Distribuição dos/as Formandos/as por Nível de Proficiência Linguística, 2010 .....	118

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Dimensões e Modalidades da Avaliação .....	27
Tabela 2 – Dimensão e Crescimento do Stock de Imigrantes nas principais regiões 1990-2000.....	49
Tabela 3- Nacionais dos PALOP residentes em Portugal, segundo o período de imigração, por país de nacionalidade, 1981 .....	55
Tabela 4 - Evolução da população estrangeira com autorização de residência por região de origem, 1960, 1980, 1990, 1999.....	56
Tabela 5 - População estrangeira com autorização de permanência por país de nacionalidade, 2001.....	57
Tabela 6 – População estrangeira residente em Portugal, 2001.....	57
Tabela 7 – Nacionalidades mais representativas a residir em Portugal, 2007.....	58
Tabela 8 – Nacionalidades mais representativas a residir em Portugal, 2008.....	58
Tabela 9 – Nacionalidades mais representativas a residir em Portugal, 2010.....	59
Tabela 10 – Resumo Medidas do PII (2007-2009): Cultura e Língua.....	70
Tabela 11 – Resumo Medidas do PII (2010-2013): Cultura e Língua.....	72
Tabela 12 – Resumo da Execução do Programa Portugal Acolhe.....	77
Tabela 13 – Desenho da Tipologia 6.6 e congéneres.....	80
Tabela 14 – Níveis Comuns de Referência para as Línguas.....	83
Tabela 15 – Organização das UFCD Nível Elementar (A1 e A2).....	88
Tabela 16 – Organização das UFCD Nível Independente (B1 e B2).....	88
Tabela 17 – Distribuição dos Centros de Exame por Região.....	97
Tabela 18 – Distribuição dos Candidatos por Região.....	97
Tabela 19 – Distribuição dos Candidatos por Qualificação.....	98
Tabela 20 – Distribuição dos Centros de Exame CAPLE por Região.....	99
Tabela 21 - Distribuição dos Candidatos ao CIPLE por Região.....	99
Tabela 22 - Distribuição dos Candidatos ao CIPLE por Nível de Qualificação.....	100
Tabela 23 - Indicadores de Realização – Metas da Tipologia 6.6 e congéneres.....	103
Tabela 24 - Indicadores de Resultado – Matas da Tipologia 6.6 e congéneres.....	104
Tabela 25 – Distribuição por sexo dos Formandos abrangidos por ano, 2008, 2009, 2010.....	105
Tabela 26 – Dados obtidos nos Indicadores de Realização – Metas 2007-2013.....	106
Tabela 27 – Dados obtidos nos Indicadores de Resultados – Metas 2010.....	107
Tabela 28 – Indicadores e Metas do I PII (2007-2009).....	108
Tabela 29 – Indicadores e Metas do II PII (2010-2013) .....	109
Tabela 30 – Distribuição dos/as Formandos/as por Sexo, 2010.....	112
Tabela 31 – Distribuição dos/as Formandos/as por Escalão Etário, 2010.....	113

Tabela 32 - Nacionalidades mais representativas da amostra vs Stock População Estrangeira Residente vs Formandos do Programa PPT, 2010.....	114
Tabela 33 – Identificação pelos formandos das dificuldades de adaptação à sociedade portuguesa, 2010.....	116
Tabela 34 – Identificação pelos formandos dos factores que contribuem para a Integração em Portugal, 2010.....	116
Tabela 35 – Identificação pelos formandos das razões para a inscrição no curso de língua portuguesa, 2010.....	117
Tabela 36 – Distribuição dos/as Formandos/as por Importância do Certificado, 2010.....	119
Tabela 37 – Distribuição dos/as Formandos/as por Expectativas face à Utilidade do Certificado, 2010 .....	119
Tabela 38 – Distribuição dos/as Formandos/as por Avaliação do Curso, 2010.....	120
Tabela 39 – Distribuição dos/as Formandos/as por Avaliação dos Conteúdos, 2010.....	120
Tabela 40 – Distribuição dos/as Formandos/as por Percepção dos Resultados do Curso.....	121
Tabela 41 – Distribuição dos/as Formandos/as por Avaliação da Formação.....	121
Tabela 42 – Total de Apoios concedidos às Entidades Beneficiárias (2008-2010).....	122
Tabela 43 – Despesas aprovadas pela Autoridade de Gestão por Ano (2008, 2009, 2010) .....	123
Tabela 44 – Execução Financeira do Programa 2008, 2009, 2010.....	123
Tabela 45 – Execução Financeira vs Formandos Abrangidos 2008, 2009, 2010.....	123
Tabela 46 – Execução Financeira vs Formandos Certificados 2008, 2009, 2010.....	125

## ANEXOS

### ANEXO 1

1 - Inquérito por Questionário aos Formandos das Acções de Língua Portuguesa para Estrangeiros –  
Certificação Nível A2 (Utilizador Elementar)

Preencha sempre que possível com um

X

#### Q1. Género:

Masculino		Feminino	
-----------	--	----------	--

#### Q2. Idade

15-19		20-24		25-34		35-44		Mais de 45 anos	
-------	--	-------	--	-------	--	-------	--	-----------------	--

#### Q3. Situação face ao emprego

Desempregado		Empregado		Trabalhador por conta própria	
Inactivo		Outro		Qual?	

#### Q 4. Nível de Escolaridade

Pré-Escolar		4 Anos		6 Anos		9 Anos		12 Anos	
Bacharelato/ Licenciatura				Mestrado		Doutoramento e Pós Doutoramento			

#### Q5. Tempo de permanência em Portugal

Menos de 6 meses		6 Meses a 1 ano		1 a 2 anos		3 a 5 anos		Mais de 5 anos	
------------------	--	-----------------	--	------------	--	------------	--	----------------	--

#### Q6. Nacionalidade (País de Origem)

África do Sul	Canada	Espanha	Irão	Nepal	Suécia
Albânia	Cazaquistão	Est. Unidos América	Iraque	Paquistão	Suíça
Alemanha	Chile	Estónia	Irlanda	Peru	Tailândia
Angola	China	Filipinas	Itália	Polónia	Tajiquistão
Argélia	Chipre	Finlândia	Japão	Portugal	Tunísia
Austrália	Colômbia	França	Letónia	Quirguistão	Turquia
Áustria	Congo	Gana	Libéria	Reino Unido	Turquemenistão
Bangladesh	Costa do Marfim	Geórgia	Lituânia	República Checa	Ucrânia
Bélgica	Cuba	Grécia	Luxemburgo	Roménia	União Sérvia e Montenegro
Bielorrússia	Coreia do Sul	Guiné-Bissau	Marrocos	Rússia	Uzbequistão
Bolívia	Dinamarca	Guiné - Conacry	México	Sérvia	Outra:
Brasil	Egipto	Holanda	Moçambique	S- Tomé e Príncipe	
Bulgária	Eslováquia	Hungria	Moldávia	Senegal	
Cabo Verde	Eslovénia	Índia	Nigéria	Somália	

**Q7. Quais foram as principais dificuldades de adaptação à sociedade portuguesa?**

Língua Portuguesa		Conseguir arranjar trabalho		Dificuldades com a legalização da sua situação		Conseguir um trabalho melhor		Conseguir um trabalho melhor	
Discriminação		Adaptação ao trabalho		Costumes diferentes		Acesso à habitação		Não aplicável	

Outra: \_\_\_\_\_

**Q8. O que é mais importante para a sua integração em Portugal?**

Saber falar bem português		Ter amigos portugueses		Saber como funcionam os serviços de imigração, saúde, educação, etc.		Ter amigos da mesma nacionalidade		Ter família consigo	
Ter trabalho		Obter a nacionalidade portuguesa		Frequentar um curso de língua portuguesa		Fazer parte de uma associação		Não aplicável	

Outra: \_\_\_\_\_

**Q9. Como teve conhecimento da realização do curso de língua portuguesa?**

Anúncio		Internet		IEFP		Associação	
Amigos		Familiares		Rede ACIDI		Não aplicável	

Outra: \_\_\_\_\_

**Q10. Já há alguma vez tinha feito um curso de língua portuguesa para estrangeiros?**

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Se respondeu Sim. Onde? \_\_\_\_\_

**Q11. Já tinha alguns conhecimentos de língua portuguesa antes de entrar no curso?**

Sim		Não	
-----	--	-----	--

**Q12. Onde aprendeu a falar português?**

No país de origem		No trabalho		Em casa		Na Igreja	
Na Associação		Na Escola		Não aplicável			

Outra: \_\_\_\_\_

**Q13. Com quem aprendeu a falar português?**

Amigos		Família		Colegas de Trabalho		Não aplicável	
--------	--	---------	--	---------------------	--	---------------	--

**Q14. Porque é que se inscreveu no curso de língua portuguesa?**

Valorização Profissional		Aprender a língua portuguesa		Dificuldades de comunicação no trabalho		Melhorar a comunicação com os amigos		Para obter a nacionalidade portuguesa	
Apoios financeiros		Aumentar a auto-estima		Aprender a falar melhor português		Comunicar melhor com os colegas de trabalho		Não aplicável	



Outra: \_\_\_\_\_

**Q14. No início do curso, qual era o seu nível de fluência de língua portuguesa? (Coloque um X na tabela)**

Domínio da Língua Portuguesa	Nível de Fluência			
	Muito Bem	Bem	Razoável	Com dificuldades
Eu falo português.				
Eu compreendo português.				
Eu leio textos em português.				
Eu escrevo textos em português.				

**Q15 - O que esperava vir a aprender?**

Falar português		Gramática		Escrever em português		Melhorar o português		Não aplicável	
-----------------	--	-----------	--	-----------------------	--	----------------------	--	---------------	--

Outra: \_\_\_\_\_

**Q16 - Quando se inscreveu, o que esperava obter no fim do curso?**

Melhorar o português		Novos conhecimentos		Trabalhar melhor		Arranjar novo trabalho		Arranjar novos amigos	
Reconhecimento pessoal		Reconhecimento profissional		Comunicar melhor com os colegas de trabalho		Arranjar novos amigos		Não aplicável	

Outra: \_\_\_\_\_

**Q17 - Como classifica em termos globais o curso?**

Má		Razoável		Boa		Muito Boa	
----	--	----------	--	-----	--	-----------	--

**Q18 - Como classifica em termos globais o professor/ formador que dinamizou o curso?**

Fraco		Razoável		Bom		Muito Bom	
-------	--	----------	--	-----	--	-----------	--

**Q19 - Os temas/ conteúdos aprendidos foram importantes para si?**

Não		Não Sei		Sim, parcialmente		Sim, totalmente	
-----	--	---------	--	-------------------	--	-----------------	--

**Q20 - Acha importante ter o Certificado do Curso?**

Sim		Não		É-me indiferente	
-----	--	-----	--	------------------	--

**Q21 - O que pretende obter com o Certificado?**

Nacionalidade		Melhorar o meu currículo		Reconhecimento profissional		Arranjar novo trabalho		Não aplicável	
---------------	--	--------------------------	--	-----------------------------	--	------------------------	--	---------------	--

Outra: \_\_\_\_\_

**Q22 - Esta formação, ajudou a melhorar o seu dia-a-dia?**

Não		Não Sei		Sim, parcialmente		Sim, totalmente	
-----	--	---------	--	-------------------	--	-----------------	--

**Q23 - Ficou mais preparado para o mercado de trabalho após a frequência desta acção?**

Não		Não Sei		Sim, parcialmente		Sim, totalmente	
-----	--	---------	--	-------------------	--	-----------------	--

**Q24 - Esta formação, ajudou a melhorar o relacionamento com os colegas de trabalho?**

Não		Não Sei		Sim, parcialmente		Sim, totalmente	
-----	--	---------	--	-------------------	--	-----------------	--

**Q25 - No futuro, acha que poderá utilizar os conhecimentos adquiridos na formação?**

Não		Não Sei		Provavelmente		Sim	
-----	--	---------	--	---------------	--	-----	--

**Q26 - No futuro, pretende continuar a estudar português?**

Não		Não Sei		Provavelmente		Sim	
-----	--	---------	--	---------------	--	-----	--

**Q27 - Recomendaria esta formação a um colega ou amigo?**

Não		Não Sei		Provavelmente		Sim	
-----	--	---------	--	---------------	--	-----	--

Obrigada pela sua colaboração.

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO 2

### 2 - Objectivos e Variáveis do Inquérito por Questionário

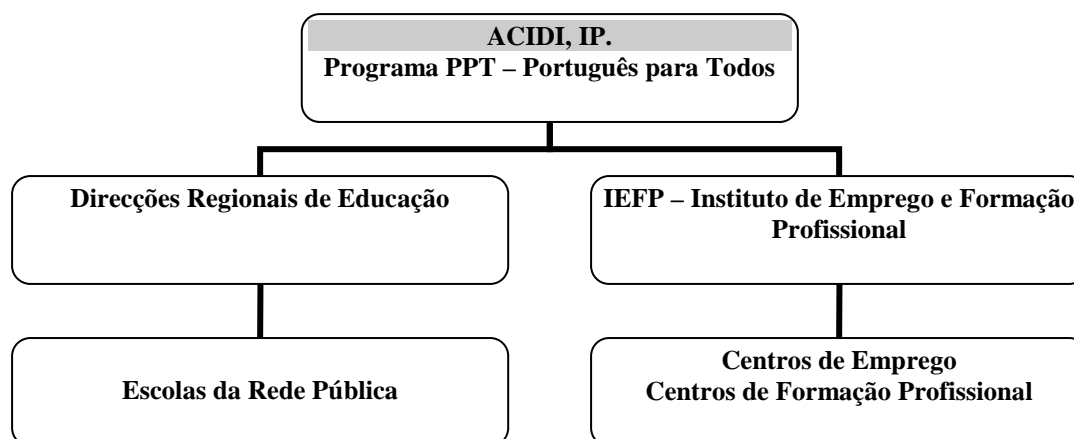
#### Organização do Inquérito por Questionário aos formandos

Objectivos	Variáveis	Questões
Caracterizar os formandos dos cursos de língua portuguesa para estrangeiros	. Sexo; . Escalão Etário; . Situação face ao Emprego; . Habilitações Literárias; . Tempo de Permanência em Portugal; . Nacionalidade	1, 2, 3, 4, 5, 6
Verificar as condições em que se processou a integração em Portugal	Principais Dificuldades de Adaptação; Factores que contribuem para a integração	7; 8
Registar as motivações para a frequência do curso	Motivação	9; 10; 11; 12; 13; 14; 15
Registar as expectativas para a frequência do curso	Expectativas	16; 17; 21; 22
Conhecer a Avaliação da formação	Avaliação	18; 19; 20; 28
Aferir o contributo dos cursos de língua portuguesa para a integração social e profissional dos imigrantes	Nível de Integração	23; 24; 25; 26; 27

## ANEXO 3

### 3 – Esquema de Implementação do Programa PPT – Português para todos

#### Implementação do Programa PPT



## ANEXO 4

### 4 - Identificação das Escolas abrangidas no Estudo Exploratório

#### Identificação das Escolas do Estudo Exploratório

Região	Entidade Beneficiária	Escolas da Rede Pública	N.º de Inquéritos por Questionário Aplicados
Norte	DREN – Direcção Regional de Educação do Norte	Escola Secundária Almeida Garrett	19
		Escola Secundária de Paredes	13
		Escola Secundária de Fernão de Magalhães	11
Sub. Total:			43
Centro	DREC – Direcção Regional de Educação do Centro	Escola Secundária com 3º Ciclo de Pombal	8
		Escola Secundária de Oliveira de Hospital	17
		Agrupamento de Escolas de Soure	10
Sub. Total:			35
Lisboa	DRELVT – Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo	Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves	36
Sub. Total:			36
Algarve	DREALG – Direcção Regional de Educação do Algarve	Escola Secundária Belchior Viegas	9
		Escola Secundária de Loulé	10
Sub. Total:			19
Total:			133

## ANEXO 5

### 5 - Caracterização dos/as Formandos/as Abrangidos - Programa PPT (2010)

**Tabela I – Distribuição dos formandos abrangidos e certificados por sexo, 2010**

Programa PPT - Caracterização dos Formandos - 2010									
Região	Abrangidos			Certificados			Taxa de Aprovação (%)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
<b>Convergência</b>	1.245	1.739	<b>2.984</b>	431	598	<b>1.029</b>	34,62	34,39	<b>34,48</b>
<b>Algarve</b>	685	780	<b>1.465</b>	177	237	<b>414</b>	25,84	30,38	<b>28,26</b>
<b>Lisboa</b>	1.954	1.879	<b>3.833</b>	483	595	<b>1.078</b>	24,72	31,67	<b>28,12</b>
<b>Total:</b>	<b>3.884</b>	<b>4.398</b>	<b>8.282</b>	<b>1.091</b>	<b>1.430</b>	<b>2.521</b>	<b>28,09</b>	<b>32,51</b>	<b>30,44</b>

**Tabela II – Distribuição dos formandos abrangidos por habilitações literárias, 2010**

Região	Habilitações Literárias	Programa PPT - N.º de Formandos abrangidos (2010)		
		H	M	Total
<b>Convergência</b>	Pré- escolar	6	5	11
	4º Ano	40	38	78
	6º Ano	40	48	88
	3º Ciclo (9º Ano)	241	286	527
	Ensino Secundário	621	804	1.425
	Bacharelato e Licenciatura	250	487	737
	Mestrado	35	55	90
	Doutoramento	11	15	26
	Pós-Doutorado	1	1	2
	<b>Sub. Total:</b>	<b>1.245</b>	<b>1.739</b>	<b>2.984</b>
<b>Algarve</b>	Pré- escolar	12	15	27
	4º Ano	104	65	169
	6º Ano	25	10	35
	3º Ciclo (9º Ano)	88	85	173
	Ensino Secundário	281	361	642
	Bacharelato e Licenciatura	166	236	402
	Mestrado	5	5	10
	Doutoramento	4	3	7
	Pós-Doutorado	0	0	0
	<b>Sub. Total:</b>	<b>685</b>	<b>780</b>	<b>1.465</b>
<b>Lisboa</b>	Pré- escolar	90	52	142
	4º Ano	208	144	352
	6º Ano	214	133	347
	3º Ciclo (9º Ano)	378	273	651
	Ensino Secundário	658	710	1.368
	Bacharelato e Licenciatura	331	488	819
	Mestrado	41	62	103
	Doutoramento	20	14	34
	Pós-Doutorado	14	3	17
	<b>Sub. Total:</b>	<b>1.954</b>	<b>1.879</b>	<b>3.833</b>
<b>Total:</b>		<b>3.884</b>	<b>4.398</b>	<b>8.282</b>

**Tabela III – Distribuição dos formandos abrangidos por situação face ao emprego, 2010**

Região	Situação face ao Emprego	Programa PPT - N.º de Formandos abrangidos (2010)		
		H	M	Total
Convergência	Empregados	932	1.217	2.149
	Desempregados	209	386	595
	Inactivos	104	136	240
	<b>Sub. Total:</b>	<b>1.245</b>	<b>1.739</b>	<b>2.984</b>
Algarve	Empregados	338	299	637
	Desempregados	219	328	547
	Inactivos	128	153	281
	<b>Sub. Total:</b>	<b>685</b>	<b>780</b>	<b>1.465</b>
Lisboa	Empregados	1.000	801	1.801
	Desempregados	661	663	1.324
	Inactivos	293	415	708
	<b>Sub. Total:</b>	<b>1.954</b>	<b>1.879</b>	<b>3.833</b>
<b>Total:</b>		<b>3.884</b>	<b>4.398</b>	<b>8.282</b>

**Tabela IV – Distribuição dos formandos abrangidos por escalão etário, 2010**

Região	Escalão Etário	Programa PPT - N.º de Formandos abrangidos (2010)		
		H	M	Total
Convergência	Menos de 15 anos	0	1	1
	Jovens (15 – 19)	52	54	106
	Jovens (20 – 24)	112	181	293
	Grupo etário (25 – 34)	424	422	846
	Grupo etário (35 – 44)	351	445	796
	Mais de 45 anos	421	521	942
	<b>Sub. Total:</b>	<b>1.360</b>	<b>1.624</b>	<b>2.984</b>
Algarve	Menos de 15 anos	0	1	1
	Jovens (15 – 19)	35	35	70
	Jovens (20 – 24)	55	78	133
	Grupo etário (25 – 34)	145	170	315
	Grupo etário (35 – 44)	146	195	341
	Mais de 45 anos	304	301	605
	<b>Sub. Total:</b>	<b>685</b>	<b>780</b>	<b>1.465</b>
Lisboa	Menos de 15 anos	5	6	11
	Jovens (15 – 19)	250	140	390
	Jovens (20 – 24)	237	264	501
	Grupo etário (25 – 34)	551	610	1.161
	Grupo etário (35 – 44)	521	459	980
	Mais de 45 anos	390	400	790
	<b>Sub. Total:</b>	<b>1.954</b>	<b>1.879</b>	<b>3.833</b>
<b>Total:</b>		<b>3.999</b>	<b>4.283</b>	<b>8.282</b>

**Tabela V - Caracterização dos Beneficiários do Programa PPT por país de origem, 2010**

País de origem dos formandos - 2010			
<b>África</b>	<b>882</b>	Malta	1
Afganistão	6	Moldávia	505
África do Sul	15	Noruega	7
Angola	27	Polónia	60
Argélia	14	Portugal	134
Azerbaijão	1	Reino Unido	420
Burkina-Faso	1	República Checa	11
Cabo Verde	29	Roménia	376
Camarões	10	Rússia	468
Costa do marfim	7	Sérvia	1
Egipto	22	Suécia	22
Eritreia	6	Suíça	9
Etiópia	8	Turquia	37
Gâmbia	18	Ucrânia	2.135
Gana	19	União da Sérvia e Montenegro	6
Guiné - Bissau	196	<b>América do Norte</b>	<b>63</b>
Guiné - Conacri	80	Canadá	14
Libéria	1	Estados Unidos da América	37
Malawi	1	México	12
Mali	7	<b>Oceânia</b>	<b>18</b>
Marrocos	161	Austrália	17
Moçambique	2	Nova Zelândia	1
Nigéria	57	<b>América Central e do Sul</b>	<b>191</b>
Ruanda	1	Argentina	6
República do Congo	14	Bolívia	3
São Tomé e Príncipe	5	Brasil	15
Senegal	145	Chile	7
Serra Leoa	3	Colômbia	49
Somália	10	Costa Rica	1
Sudão	1	Cuba	29
Togo	5	Equador	7
Trindade e Tobago	1	Jamaica	3
Tunísia	7	Paraguai	3
Zimbabwe	2	Perú	14
<b>Europa</b>	<b>5.260</b>	Venezuela	54
Alemanha	178	<b>Ásia e Médio Oriente</b>	<b>1.396</b>
Arménia	1	Bangladesh	32
Áustria	8	Cazaquistão	54
Bélgica	38	China	375
Bielorrússia	45	Coreia do Sul	2
Bósnia Herzegovina	1	Filipinas	26
Bulgária	182	Iêmen	1
Croácia	2	Índia	365
Dinamarca	7	Indonésia	3
Escócia	1	Irão	42
Eslováquia	6	Iraque	10
Eslovénia	2	Israel	2
Espanha	59	Japão	5
Estónia	12	Jordânia	1
Finlândia	15	Lémen	1
França	126	Líbano	1
Geórgia	61	Malásia	4
Grécia	29	Mongólia	1
Holanda	138	Nepal	119
Hungria	15	Palestina	1
Irlanda	22	Paquistão	271
Islândia	1	Quirguistão	5
Itália	64	Síria	1
Letónia	22	Tailândia	19
Lituânia	31	Uzbequistão	55
Luxemburgo	1	<b>Outros</b>	<b>472</b>
Macedónia	1	<b>Total</b>	<b>8.282</b>

## ANEXO 6

### 6 - Caracterização SócioGráfica dos Formandos da Amostra (2010)

N.º	Código	Região	Sexo	Idade	Situação face ao Emprego	Escolaridade	Tempo. Perm. Port.	País de Origem
1	N01	Norte	M	35-44	Empregado	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Ucrânia
2	N02	Norte	H	35-44	Desempregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Rússia
3	N03	Norte	M	35-44	Desempregado/a	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Ucrânia
4	N04	Norte	M	Mais de 45	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
5	N05	Norte	M	Mais de 45	Desempregado/a	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Ucrânia
6	N06	Norte	M	25-34	Desempregado/a	9 anos	NR	Paquistão
7	N07	Norte	H	Mais de 45	Desempregado/a	9 anos	NR	Paquistão
8	N08	Norte	H	35-44	Desempregado/a	9 anos	NR	Paquistão
9	N09	Norte	H	35-44	Desempregado/a	9 anos	NR	Paquistão
10	N10	Norte	M	Mais de 45	Desempregado/a	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Rússia
11	N11	Norte	M	25-34	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
12	N12	Norte	M	25-34	Desempregado	12 anos	> 5 anos	Ucrânia
13	N13	Norte	H	35-44	Desempregado	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
14	N14	Norte	H	25-34	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Ucrânia
15	N15	Norte	M	35-44	Empregado/a	9 anos	3 - 5 anos	Ucrânia
16	N16	Norte	M	35-44	Empregado/a	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Rússia
17	N17	Norte	H	25-34	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Ucrânia
18	N18	Norte	M	25-34	Desempregado	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
19	N19	Norte	M	25-34	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Rússia
20	N20	Norte	H	35-44	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Ucrânia
21	N21	Norte	M	25-34	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Ucrânia
22	N22	Norte	H	35-44	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Ucrânia
23	N23	Norte	M	15-19	Desempregado	12 anos	6 - 12 m	Ucrânia
24	N24	Norte	M	Mais de 45	Empregado/a	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Ucrânia
25	N25	Norte	H	Mais de 45	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Rússia
26	N26	Norte	H	35-44	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Rússia
27	N27	Norte	M	25-34	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Rússia
28	N28	Norte	H	35-44	Trab. Conta Própria	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
29	N29	Norte	H	35-44	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Rússia
30	N30	Norte	M	20-24	Inactivo	NR	1 - 2 anos	Ucrânia
31	N31	Norte	M	20-24	Inactivo	9 anos	1 - 2 anos	Espanha
32	N32	Norte	M	25-34	Desempregado	Bach./Licenc.	> 5 anos	Roménia
33	N33	Norte	M	Mais de 45	Desempregado	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Ucrânia
34	N34	Norte	M	25-34	Desempregado.	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Ucrânia
35	N35	Norte	M	Mais de 45	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
36	N36	Norte	M	35-44	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
37	N37	Norte	H	Mais de 45	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
38	N38	Norte	H	35-44	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
39	N39	Norte	H	25-34	Desempregado	12 anos	> 5 anos	Ucrânia
40	N40	Norte	M	35-44	Desempregado.	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
41	N41	Norte	H	35-44	Não Responde	Bach./Licenc.	NR	Ucrânia
42	N42	Norte	M	35-44	Desempregado	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Ucrânia
43	N43	Norte	H	25-34	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Ucrânia
44	C01	Centro	H	35-44	Desempregado	9 anos	NR	Burkina Faso
45	C02	Centro	H	Mais de 45	Empregado/a	9 anos	> 5 anos	Rússia
46	C03	Centro	M	35-44	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Ucrânia
47	C04	Centro	M	25-34	Desempregado	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Ucrânia
48	C05	Centro	M	20-24	Empregado/a	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Ucrânia
49	C06	Centro	H	Mais de 45	Empregado/a	9 anos	> 5 anos	Ucrânia
50	C07	Centro	M	Mais de 45	Empregado/a	12 anos	3 - 5 anos	Ucrânia

N.º	Código	Região	Sexo	Idade	Situação face ao Emprego	Escolaridade	Tempo. Perm. Port.	País de Origem
51	C08	Centro	H	35-44	Empregado/a	9 anos	> 5 anos	Ucrânia
52	C09	Centro	M	35-44	Trab. Conta Própria	12 anos	6 - 12 m	Reino Unido
53	C10	Centro	H	Mais de 45	Inactivo	9 anos	6 - 12 m	Reino Unido
54	C11	Centro	M	35-44	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Alemanha
55	C12	Centro	M	35-44	Trab. Conta Própria	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Reino Unido
56	C13	Centro	M	Mais de 45	Inactivo	12 anos	3 - 5 anos	Reino Unido
57	C14	Centro	H	35-44	Trab. Conta Própria	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Reino Unido
58	C15	Centro	M	Mais de 45	Inactivo	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	EUA
59	C16	Centro	M	35-44	Desempregado/a	12 anos	> 5 anos	Reino Unido
60	C17	Centro	H	Mais de 45	Trab. Conta Própria	12 anos	< 6 m	Reino Unido
61	C18	Centro	M	35-44	Inactivo	Mestrado	3 - 5 anos	Reino Unido
62	C19	Centro	H	Mais de 45	Inactivo	12 anos	3 - 5 anos	Reino Unido
63	C20	Centro	M	Mais de 45	Inactivo	Bach./Licenc.	> 5 anos	Alemanha
64	C21	Centro	M	25-34	Inactivo	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Reino Unido
65	C22	Centro	M	Mais de 45	Trab. Conta Própria	Bach./Licenc.	6 - 12 m	Reino Unido
66	C23	Centro	M	Mais de 45	Trab. Conta Própria	12 anos	3 - 5 anos	Holanda
67	C24	Centro	H	35-44	Inactivo	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	País de Gales
68	C25	Centro	M	25-34	Inactivo	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Reino Unido
69	C26	Centro	H	Mais de 45	Inactivo	12 anos	3 - 5 anos	Reino Unido
70	C27	Centro	M	Mais de 45	Inactivo	12 anos	3 - 5 anos	Bélgica
71	C28	Centro	M	Mais de 45	Desempregado/a	Bach./Licenc.	6 - 12 m	Portugal
72	C29	Centro	H	Mais de 45	Inactivo	12 anos	> 5 anos	Reino Unido
73	C30	Centro	H	Mais de 45	Inactivo	12 anos	> 5 anos	Reino Unido
74	C31	Centro	M	Mais de 45	Inactivo	12 anos	> 5 anos	Reino Unido
75	C32	Centro	M	Mais de 45	Inactivo	12 anos	> 5 anos	Reino Unido
76	C33	Centro	M	Mais de 45	Inactivo	12 anos	1 - 2 anos	Reino Unido
77	C34	Centro	M	Mais de 45	Inactivo	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Ilhas Maurícias
78	C35	Centro	H	Mais de 45	NR	Dout./Pós Dout.	3 - 5 anos	Reino Unido
79	L01	Lisboa	M	35-44	Empregado/a	9 anos	1 - 2 anos	China
80	L02	Lisboa	H	25-34	Desempregado	Pré-Escolar	3 - 5 anos	Guiné-Bissau
81	L03	Lisboa	M	20-24	Empregado/a	12 anos	6 - 12 m	Nepal
82	L04	Lisboa	H	25-34	Empregado/a	12 anos	6 - 12 m	Nepal
83	L05	Lisboa	H	Mais de 45	Trab. Conta Própria	9 anos	> 5 anos	China
84	L06	Lisboa	H	35-44	Empregado/a	12 anos	3 - 5 anos	Congo
85	L07	Lisboa	H	25-34	Empregado/a	9 anos	1 - 2 anos	China
86	L08	Lisboa	M	25-34	Empregado/a	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Nepal
87	L09	Lisboa	M	35-44	Desempregado	4 anos	6 - 12 m	Outra
88	L10	Lisboa	M	Mais de 45	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	China
89	L11	Lisboa	M	25-34	Empregado/a	6 anos	6 - 12 m	China
90	L12	Lisboa	H	25-34	Empregado/a	9 anos	1 - 2 anos	China
91	L13	Lisboa	H	15-19	Empregado/a	12 anos	6 - 12 m	Roménia
92	L14	Lisboa	H	15-19	Inactivo	9 anos	1 - 2 anos	China
93	L15	Lisboa	M	25-34	Empregado/a	9 anos	> 5 anos	China
94	L16	Lisboa	H	25-34	Empregado/a	9 anos	1 - 2 anos	Índia
95	L17	Lisboa	H	35-44	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Alemanha
96	L18	Lisboa	H	35-44	Empregado/a	12 anos	1 - 2 anos	Senegal
97	L19	Lisboa	H	35-44	Desempregado	12 anos	3 - 5 anos	Senegal
98	L20	Lisboa	M	25-34	Empregado/a	Bach./Licenc.	6 - 12 m	Lituânia
99	L21	Lisboa	M	35-44	Desempregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Roménia
100	L22	Lisboa	M	25-34	Desempregado/a	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Roménia



N.º	Código	Região	Sexo	Idade	Situação face ao Emprego	Escolaridade	Tempo. Perm. Port.	País de Origem
101	L23	Lisboa	M	Mais de 45	Desempregado	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Roménia
102	L24	Lisboa	H	15-19	Desempregado	12 anos	1 - 2 anos	China
103	L25	Lisboa	M	25-34	Empregado/a	6 anos	3 - 5 anos	China
104	L26	Lisboa	M	15-19	Desempregado	12 anos	1 - 2 anos	Cazaquistão
105	L27	Lisboa	H	20-24	Empregado/a	Bach./Licenc.	6 - 12 m	Moldávia
106	L28	Lisboa	M	35-44	Empregado/a	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Alemanha
107	L29	Lisboa	H	25-34	Empregado/a	Bach./Licenc.	6 - 12 m	Nepal
108	L30	Lisboa	M	25-34	Inactivo	Bach./Licenc.	1 - 2 anos	Itália
109	L31	Lisboa	M	25-34	NR	Dout./Pós Dout.	6 - 12 m	Polónia
110	L32	Lisboa	M	20-24	Inactivo	12 anos	3 - 5 anos	Paquistão
111	L33	Lisboa	M	25-34	Desempregado/a	Dout./Pós Dout.	< 6 m	México
112	L34	Lisboa	H	25-34	Inactivo	Mestrado	< 6 m	Paquistão
113	L35	Lisboa	M	20-24	Desempregado/a	Bach./Licenc.	< 6 m	Itália
114	L36	Lisboa	H	25-34	Desempregado/a	12 anos	< 6 m	Paquistão
115	ALG01	Algarve	M	Mais de 45	Inactivo	12 anos	> 5 anos	França
116	ALG02	Algarve	M	Mais de 45	Inactivo	12 anos	NR	Alemanha
117	ALG03	Algarve	H	Mais de 45	Empregado/a	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Holanda
118	ALG04	Algarve	M	Mais de 45	Inactivo	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Holanda
119	ALG05	Algarve	M	35-44	Empregado/a	9 anos	3 - 5 anos	Ucrânia
120	ALG06	Algarve	M	25-34	Empregado/a	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Ucrânia
121	ALG07	Algarve	H	35-44	Desempregado/a	9 anos	3 - 5 anos	Ucrânia
122	ALG08	Algarve	M	25-34	Empregado/a	12 anos	3 - 5 anos	Ucrânia
123	ALG09	Algarve	H	25-34	Empregado/a	12 anos	3 - 5 anos	Ucrânia
124	ALG10	Algarve	M	35-44	Desempregado/a	Bach./Licenc.	3 - 5 anos	Bolívia
125	ALG11	Algarve	H	Mais de 45	Empregado/a	Bach./Licenc.	> 5 anos	Suécia
126	ALG12	Algarve	M	20-24	Empregado/a	12 anos	6 - 12 m	Sérvia
127	ALG13	Algarve	H	35-44	Trab. Conta Própria	Bach./Licenc.	NR	França
128	ALG14	Algarve	M	25-34	Empregado/a	Bach./Licenc.	6 - 12 m	Alemanha
129	ALG15	Algarve	M	25-34	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Roménia
130	ALG16	Algarve	M	35-44	Empregado/a	12 anos	3 - 5 anos	Roménia
131	ALG17	Algarve	H	Mais de 45	Empregado/a	12 anos	> 5 anos	Moldávia
132	ALG18	Algarve	M	35-44	Inactivo	12 anos	3 - 5 anos	Austrália
133	ALG19	Algarve	M	Mais de 45	Empregado/a	9 anos	> 5 anos	China

## ANEXO 7

### 7 - Quadros de Apoio à Avaliação do Programa PPT pelos Beneficiários

**Tabela I – Distribuição dos Questionários por Região, 2010**

Região	H	M	Frequência Absoluta (Total)	Frequência Relativa
Norte	18	25	43	32%
Centro	13	22	35	26%
Lisboa	17	19	36	27%
Alentejo	0	0	0	0%
Algarve	6	13	19	14%
<b>Total:</b>	<b>54</b>	<b>79</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

**Tabela II – Distribuição dos/as Formandos/as por Situação face ao Emprego, 2010**

Situação face ao Emprego	H	M	Frequência Absoluta (Total)	Frequência Relativa
Desempregado	12	23	35	26%
Empregado	27	32	59	44%
Inactivo	8	19	27	20%
Trabalhador por conta própria	5	4	9	7%
Outro	2	1	3	2%
<b>Total:</b>	<b>54</b>	<b>79</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

**Tabela III – Distribuição dos/as Formandos/as por Habilitações Literárias, 2010**

Habilitações Literárias	H	M	Frequência Absoluta (Total)	Frequência Relativa
Pré-Escolar	1	0	1	1%
4 Anos	0	1	2	2%
6 Anos	0	2	2	2%
9 Anos	14	7	21	15%
12 Anos	22	24	46	35%
Bacharelato/ Licenciatura	15	41	56	42%
Mestrado	1	1	2	2%
Doutoramento/ Pós-Dout.	1	2	3	2%
N/R	0	1	1	1%
<b>Total:</b>	<b>54</b>	<b>79</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

**Tabela IV – Distribuição dos Formandos por Tempo de permanência em Portugal, 2010**

Tempo de Permanência em Portugal	H	M	Frequência Absoluta (Total)	Frequência Relativa
Menos de 6 meses	3	2	5	4%
6 M – 12 m	5	11	16	12%
1 - 2 Anos	8	16	24	18%
3 - 5 Anos	9	25	34	26%
Mais de 5 anos	23	23	46	35%
N/R	6	2	8	6%
<b>Total:</b>	<b>54</b>	<b>79</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

**Tabela V – Distribuição dos/as Formandos/as por Nacionalidade, 2010**

Nacionalidade	H	M	Frequência Absoluta (Total)	Frequência Relativa
Alemanha	1	5	6	5%
Austrália	0	1	1	1%
Bélgica	0	1	1	1%
Bolívia	0	1	1	1%
Burkina-Faso	1	0	1	1%
Cazaquistão	0	1	1	1%
China	5	6	11	8%
Congo (Rep.)	1	0	1	1%
Espanha	0	1	1	1%
EUA	0	1	1	1%
França	1	1	2	2%
Guiné-Bissau	1	0	1	1%
Holanda	1	2	3	2%
Ilhas Maurícias	0	1	1	1%
Índia	1	0	1	1%
Itália	0	2	2	2%
Lituânia	0	1	1	1%
México	0	1	1	1%
Moldávia	2	0	2	2%
Nepal	2	2	4	3%
País de Gales	1	0	1	1%
Paquistão	5	2	7	5%
Polónia	0	1	1	1%
Portugal	0	1	1	1%
Reino Unido	8	11	19	14%
Roménia	1	6	7	5%
Rússia	5	4	9	7%
Sérvia	0	1	1	1%
Senegal	2	0	2	2%
Suécia	1	0	1	1%
Ucrânia	15	25	40	30%
Outra	0	1	1	1%
<b>Total:</b>	<b>54</b>	<b>79</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

**Tabela VI – Distribuição dos Formandos por Nível de Proficiência em Língua**

Variável	Nível de Proficiência Linguística					Frequência Absoluta
Domínio da Língua Portuguesa	Muito Bem	Bem	Razoável	Com dificuldades	Sem proficiência	Total
Falar	3	23	43	63	1	133
Compreender	8	33	42	46	4	133
Ler	9	30	50	40	4	133
Escrever	2	19	47	61	4	133

**Tabela VII – Distribuição dos Formandos por Expectativa de aprendizagem**

Que esperava aprender no curso	Frequência Absoluta	Total de Inquiridos (%)
Falar Português	93	<b>70%</b>
Melhorar Português	68	<b>51%</b>
Escrever Português	63	<b>47%</b>
Gramática	60	45%
Outra	1	1%
N. Aplicável	0	0%
N/ R	2	2%

**Tabela VIII – Distribuição dos/as Formandos/as por Expectativa de Retorno**

Que esperava obter no fim do curso	Frequência Absoluta	Total de Inquiridos (%)
Melhorar o Português	103	<b>77%</b>
Novos conhecimentos	43	<b>32%</b>
Arranjar novos amigos	35	<b>26%</b>
Comunicar melhor com os colegas	31	<b>23%</b>
Arranjar um novo trabalho	23	17%
Reconhecimento Pessoal	13	10%
Reconhecimento Profissional	11	8%
Trabalhar melhor	9	7%
N. Aplicável	0	0%
Outra	0	0%
N/ R	1	1%

## ANEXO 8

### 8 - Quadros Custo por Formando - Estudo comparativo com a Tipologia 6.1 – Formação para a Inclusão

**Tabela I – Custo Médio por Formando Abrangidos, por ano**

Ano	2008			2009			2010		
Tipologia	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos abrangidos	Custo por Formando (€)	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos abrangidos	Custo por Formando (€)	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos abrangidos	Custo por Formando (€)
<b>TI 6.1</b>	5.359.058,09	5.816	921,43	11.329.733,59	5.022	2.256,02	10.343.973,83	4.917	2.150,94
<b>TI 8.6.1</b>	436.160,44	746	584,67	576.261,48	524	1.099,74	692.602,40	322	2.150,94
<b>TI 9.6.1</b>	764.228,07	558	1.369,58	1.357.174,72	713	1.903,47	1.149.339,71	945	1.216,23
<b>Total:</b>	<b>6.559.446,60</b>	<b>7.120</b>	<b>921,27</b>	<b>13.263.169,79</b>	<b>6.259</b>	<b>2.119,06</b>	<b>12.185.915,94</b>	<b>6.184</b>	<b>1.970,56</b>

**Tabela II – Custo Médio por Formando Certificado**

Anos	2008-2010				
Tipologia	Despesas Aprovadas pela AG (€)	Nº de formandos abrangidos	Custo por Formando (€)	Nº de formandos certificados	Custo por Formando Certificado (€)
<b>TI 6.1</b>	27.032.765,51	15.755	1.715,82	7.341	3.682,44
<b>TI 8.6.1</b>	1.705.024,32	1.592	1.071,00	665	2.563,95
<b>TI 9.6.1</b>	3.270.742,50	2.216	1.475,97	999	3.274,02
<b>Total:</b>	<b>32.008.532,33</b>	<b>19.563</b>	<b>1.636,18</b>	<b>9.005</b>	<b>3.554,53</b>